

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

**Bancos Comunitários como Adequação Sociotécnica
Financeira: uma análise crítica ante o potencial de
autossustentabilidade**

William Retamiro

São Carlos – SP
2023

WILIAM RETAMIRO

**Bancos Comunitários como Adequação Sociotécnica
Financeira: uma análise crítica ante o potencial de
autossustentabilidade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Teixeira Machado

Co-orientador: Prof. Dr. Wagner de Sousa Leite Molina

São Carlos – SP
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato William Retamiro, realizada em 11/10/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria Lúcia Teixeira Machado (UFSCar)

Prof. Dr. Ladislau Dowbor (PUC-SP)

Prof. Dr. Paulo Jorge Reis Mourão (UMinho)

Profa. Dra. Maria Zanin (UFSCar)

Prof. Dr. Cidival Moraes de Sousa (UEPB)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

RESUMO

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) se tornaram um importante instrumento para a expansão das Finanças Solidárias por intermédio do microcrédito, em grande parte, devido às políticas públicas que ocorreram desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Com a ascensão de governos ultraliberais e desprendidos de uma perspectiva progressista após o golpe de 2016, os apoios cessaram fazendo com que se iniciasse o malogro destes instrumentos caracterizados como sendo uma Adequação Sociotécnica (AST), oriundos da produção de ciência a partir dos movimentos sociais de finanças solidárias, que é uma forma de produzir conhecimento, logo proporcionam a apropriação social do conhecimento por meio da inclusão sociotécnica, defendido pelo campo de estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Mediante a isso, observou o potencial de autossustentabilidade financeira dos BCD sob a hipótese da captação de recursos diretos com os potenciais investidores, a fim de proporcionar e resgatar a função produtiva do dinheiro, para tanto, há instrumentos legais como D11646 e o PLP 93/2007 que indicam a captação direta de recursos pelos BCD. Para averiguar esta hipótese, o estudo foi realizado por meio de pesquisa de campo com a aplicação de questionários para dois grupos distintos: (i) equipe gestora do BCD e; (ii) potenciais inversores financeiros solidários nos BCD. Realizada a coleta dos dados, estes foram tratados em um primeiro momento pela estatística descritiva e posteriormente a análise cruzada, pela qual identificou de forma consistente o potencial de captação ante ao público-alvo dos BCD pesquisados. Contudo, a ausência de instrumentos de gestão prejudica a garantia e a confiança de retorno das aplicações, sendo os pesquisadores da Ciência Econômica parte importante para a construção destes recursos. Tais resultados de condicionalidades indicam para além da possibilidade da economia de impacto social, a necessidade de um reposicionamento quanto à gestão dos BCD, instrumentalizando-se de indicadores de gestão interna, a fim de manter a autossustentabilidade sem que se perca o princípio básico da economia solidária, que é uma considerável forma de humanizar a economia. Sob as vistas da perspectiva do campo CTS, notou-se que os Bancos Comunitários, enquanto uma AST, são instrumentos que proporcionam a condição para a produção da ciência de forma engajada, com vistas aos movimentos sociais das finanças solidárias, bem como promove a apropriação social do conhecimento.

Palavras-chave: Adequação Sociotécnica. Autossustentabilidade financeira. Bancos Comunitários. Finanças Solidárias. Inversores financeiros solidários.

ABSTRACT

Community Development Banks (BCD) have become an important instrument for the expansion of Solidarity Finance through microcredit, largely due to the public policies that have been offered since the creation of the National Secretariat for Solidarity Economy. With the rise of ultra-liberal governments and detached from a progressive perspective after the 2016 coup, support ceased, causing the failure of these instruments characterized as Sociotechnical Adequacy (AST), originating from the production of science from social movements. of solidarity finance, which is a way of producing knowledge, therefore aims at the social appropriation of knowledge through socio-technical inclusion, defended by the CTS field of studies. Therefore, the research analyzed the potential for financial self-sustainability of the BCD under the hypotheses of possible fundraising directly from potential investors, in order to provide and redeem the productive function of money. For this purpose, there are legal instruments such as D11646 and the PLP 93 /2007 which may enable direct fundraising by BCD. To verify this hypothesis, the study was carried out through field research with the application of questionnaires to two distinct groups: (i) BCD management team and (ii) potential joint financial investors in BCD. After data collection was carried out, they were initially treated by descriptive statistics and later by cross-analysis, through which partnerships consistently revealed the potential for capturing the target audience of the BCDs researched. However, the absence of management instruments undermines the reliability of investment returns, with Economic Science researchers playing an important role in the construction of these resources. Such conditionality results indicate, in addition to the possibility of social impact savings, the need for a repositioning regarding the management of the BCD, using internal management indicators, to maintain self-sustainability without losing the basic principle of the economy solidarity, which is a specific way of humanizing the economy. From the perspective of the CTS field, it was noted that Community Banks, as an AST, are instruments that provide a way to do science in an engaged way, with a view to social movements of solidarity finance, as well as promoting the appropriation social knowledge.

Key-words: Sociotechnical Adequacy. Self-sustainability. Community Banks. Solidarity Finance. Solidarity Financial Investor.

Lista de ilustrações

| | |
|---|----|
| Figura 1: Correlação dos termos de pesquisa sobre Bancos de Desenvolvimento Comunitário | 26 |
| Figura 2: Interconexão das instituições financeiras e a concentração de poder | 35 |
| Figura 3: Rede de relação entre os segmentos da pesquisa | 39 |
| Figura 4: Rede de relação dos termos correlacionados com “economia solidária” | 40 |
| Figura 5: Correlação entre os termos “economia solidária” e “tecnologia” - delimitação da pesquisa junto a BDTD | 40 |
| Figura 6: Topologia dos Bancos Comunitários - Brasil (2021) | 57 |

Lista de gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Disposição em aplicar nos BCD pesquisados | 89 |
| Gráfico 2: Disposição de prazo e valores para aplicação em um BCD | 95 |
| Gráfico 3: Taxa média mensal de juros das operações de microcrédito com recursos direcionados - Pessoas físicas (Mar/2011-Jun/2023) | 98 |

Lista de quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Estrutura analítica dos questionários | 72 |
|---|----|

Lista de Tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Temas abordados pelas publicações no período de 2003 a 2014 | 23 |
| Tabela 2: Matriz de objetos de estudo sobre BCD | 28 |
| Tabela 3: Dados socioeconômicos da região de atuação dos BCD pesquisados | 75 |
| Tabela 4: Amostragem por BCD | 77 |
| Tabela 5: Dados financeiros anuais dos BCD pesquisados | 84 |
| Tabela 6: Tabela de Contingência e Teste X ² - Aceite de rendimento inferior x Condicionalidade | 92 |
| Tabela 7: Condicionalidade para inversão financeira por BCD pesquisado | 93 |
| Tabela 8: Estimativa monetária de captação, cessões de crédito e valor futuro – sem reempréstimo | 101 |
| Tabela 9: Simulação de resultado financeiro da operação de crédito do BCD | 102 |

Lista de abreviaturas e siglas

| | |
|--------|---|
| ANEFAC | Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade |
| AST | Adequação sociotécnica |
| BACEN | Banco Central do Brasil |
| BCD | Banco Comunitário de Desenvolvimento |
| BDTD | Banco de Teses e Dissertações |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| C&T | Ciência e Tecnologia |
| CE | Ciência Econômica |
| CECH | Centro de Educação e Ciências Humanas |
| CFT | Comissão de Finanças e Tributação |
| COPOM | Comitê de Política Monetária |
| COSIF | Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil |
| CTS | Ciência, Tecnologia e Sociedade. |
| DF | Demonstrativo Financeiro |
| ECOSOL | Economia Solidária |
| EES | Empreendimentos Econômicos Solidários |
| FRS | Fundos Rotativos Solidários |
| ICC | Índice de Custo de Capital |
| IOF | Imposto sobre Operações Financeiras |
| IPCA | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo |
| IR | Imposto de Renda |
| MB | Multiplicador Bancário |
| MEI | Microempreendedores Individuais Pessoa Jurídica |
| MPTS | Ministério do Trabalho e Previdência Social |
| NEGA | Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa |
| OBM | Observatório de Bancos Comunitários e Moedas Sociais |
| PPGCTS | Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade |
| PLACTS | Pensamento Latino-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade |
| PLP | Projeto de Lei Complementar |
| POF | Pesquisas de Orçamentos Familiares |
| SENAES | Secretaria Nacional de Economia Solidária |
| SM | Salário-Mínimo |
| SNCC | Sistema Nacional de Crédito Cooperativo |
| TAC | Taxa de Abertura de Crédito |
| TC | Tecnociência Capitalista |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| TJLP | Taxa de Juros de Longo Prazo |
| TLP | Taxa de Longo Prazo |
| TS | Tecnociência Solidária |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 10 |
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. JUSTIFICATIVA | 17 |
| 3. O CAMPO DE ESTUDOS CTS E A CIÊNCIA ECONÔMICA | 28 |
| 3.1 A contribuição da epistemologia do campo CTS e a Ciência Econômica | 28 |
| 3.2 Revisando saberes: a Ciência Econômica e o campo CTS | 33 |
| 4. MICROFINANÇAS POTENCIALIZADAS PELA RENOVAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS | 41 |
| 4.1 O capitalismo financeiro resistido pela Tecnociência Solidária | 41 |
| 4.2 A profanação da tecnociência capitalista | 43 |
| 4.3 As microfinanças sob a perspectiva das finanças solidárias | 46 |
| 4.4 Bancos Comunitários como expressão da Adequação Sociotécnica para as finanças solidárias | 53 |
| 4.5 Bancos Comunitários: situação, contratempos e oportunidade | 59 |
| 5. PERCURSO METODOLÓGICO | 68 |
| 5.1 Critérios e BCD selecionados | 70 |
| 5.2 Caracterização dos inversores financeiros solidários | 77 |
| 6. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS | 80 |
| 6.1 Análise dos questionários | 80 |
| 6.2 A questão dos juros no Brasil e para os BCD | 95 |
| 7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA | 103 |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| REFERÊNCIAS | 112 |
| APÊNDICE | 125 |
| ANEXO | 125 |

APRESENTAÇÃO

Sou Wiliam Retamiro, graduado em Ciências Econômicas (PUC-SP/Centro Santanna) e Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional (Universidade de Taubaté). Atualmente sou doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade no Centro de Educação e Ciências Humanas. Também fui aluno especial no doutorado em Planejamento e Gestão de Território na UFABC e de disciplina isolada em Economia da Inovação Tecnológica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Ao longo da minha trajetória acadêmica como discente, os meus trabalhos de conclusão de cursos na graduação e mestrado, sempre abordaram a Economia Solidária (ECOSOL) como foco de pesquisa. A ECOSOL possui em seu cerne o propósito de humanizar as relações econômicas no trabalho e produção, por meio da descentralização do capital produtivo a fim de que haja a equidade na geração de trabalho e renda. Por isso, intensifico as pesquisas por meio de uma economia aplicada, a fim de difundir uma ciência econômica humanizadora.

Nas experiências profissionais seculares que vivenciei, coordenando projetos de incubação de empresas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e de incubação de cooperativas junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Santo André, a questão da humanização da atividade econômica sempre foram meu foco de observação, independentemente de ser esta a finalidade do trabalho. Atualmente, voluntariamente, integro um coletivo que iniciou a sensibilização para criar uma rede de comércio local e coordenei uma pesquisa dos reflexos econômicos da cadeia produtiva da cultura no município de Jacareí (SP), onde resido.

Como docente no ensino superior, tanto na graduação, como na pós-graduação, orientei diferentes trabalhos de pesquisa, bem como elaborei projetos para a captação de recursos junto ao Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), entre outros. Todos com o objetivo de investigar e difundir os resultados das práticas da ECOSOL, a fim de que contribuir com a elaboração de políticas públicas em âmbito local e suprir as organizações sociais de informações, diagnóstico e análises quanto ao seu território.

Agora, por meio desta pesquisa que submeto a esta banca examinadora, almejo suprir uma ausência identificada ao longo das pesquisas precedentes que é a proposição de uma alternativa para a autossustentabilidade financeira, por meio da tecnociência solidária, para ser aplicada pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Por ter residido mais de 30 anos em uma comunidade de alta vulnerabilidade social no município de São Bernardo do Campo (SP), de onde sou natural, hoje posso notar o quanto um Empreendimento Financeiro Solidário poderia atenuar a dura exclusão social e econômica vivenciada por milhares de famílias na comunidade, sobretudo, após integrar o Grupo de Apoio a Economia Solidária, de uma organização estrangeira que atua na mesma comunidade.

Mescla-se aqui, portanto, o meu processo histórico-estrutural com o desejo de fortalecer um instrumento de finanças solidárias que, se fosse implantado em territórios periféricos em períodos das décadas perdidas, certamente, os frutos sociais colhidos nos anos seguintes seriam melhores e com uma perspectiva de haver uma economia mais humanizada por meio dos negócios de impacto social, cujo reflexo é a democratização de acesso ao crédito de forma justa e sustentável para a população excluída deste direito fundamental para o desenvolvimento humano e, principalmente, para a sua sobrevivência.

1. INTRODUÇÃO

Diante do processo histórico do planejamento territorial brasileiro, o qual visou atender às exigências globais que resultaram na fragmentação territorial, as questões acerca da gestão pública e do planejamento levam a indagar: O pensamento sobre a sociedade ainda contempla a necessidade de garantir o planejamento dos sistemas complexos, tal como o território? O modelo historicamente implementado e replicado ainda responde às exigências das novas demandas sociais?

As cidades contemporâneas se caracterizam pelas suas incertezas inerentes, o que pode ser útil para lucubrar acerca da gestão do território, sendo a metápolis um espaço especializado pelas lógicas econômicas múltiplas, com seus conflitos, fragmentações dos interesses coletivos e a deslegitimação das instituições urbanas (Limena, 2012). Logo, questiona-se sobre que forma lidar com esta complexidade, a fim de pensar a gestão e o planejamento futuros.

Dentre tantas formas de tentar responder esta e outras questões, mediante as diferentes áreas do saber, se faz necessário perceber que o território exige, primeiramente, compreender o imaginário social, rompendo com a tendência de reproduzir as políticas públicas clássicas, propondo inovações, precedidas por mudanças na concepção de intervenção pública, que valorizem ações endógenas e horizontalizadas, a fim de suprir as demandas locais, por meio da própria riqueza territorial. Valorizar a diversidade de sujeitos no território se torna um fator de fundamental importância para uma nova perspectiva científica.

Ascher (1998) aponta a necessidade de novas políticas de planejamento, cuja atenção seja dada ao desenvolvimento do potencial humano, por meio de novos valores e atitudes, afirmando que este não pode mais pretender ser antecipatório, programático e imperativo, enquadrando-o e gerindo-o em suas múltiplas dimensões. Porém, devem ser adotados instrumentos que admitam caracterizações, criatividade, incerteza, contradição, ambiguidade e fluidez.

Ainda segundo o mesmo autor, é vista a necessidade de propostas inovadoras aptas a enfrentar a má qualidade de vida, por intermédio de redes de desenvolvimento local, solidárias, tecidas por políticas de revalorização dos setores da cidade em crise. Ao preservar suas identidades, as comunidades reafirmam seu empoderamento, mediante a

formulação de políticas que atendam aos paradigmas tecnoeconômicos, a fim de contribuir para a ressignificação social.

As dimensões das sustentabilidades econômica, cultural e política são intrínsecas aos territórios, que demandam a articulação para fins de novos projetos de desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, a crise de cidadania corrente nas cidades exaure os interesses coletivos e a capacidade de mobilização, se tornando um desafio para a articulação de projetos locais que programem a participação dos agentes locais na sua própria gestão.

Pensar o novo planejamento local exige, antes de tudo, abdicar das soluções autocráticas e dos princípios universais. Compreender a diversidade crescente nas cidades dá luz à democratização das tecnologias, com a proposta de uma inovação de gestão territorial, por intermédio de um pensamento aberto, processual e dinâmico, oriundo dos atores locais.

O planejamento deve estar imbuído do pensamento renovador, em cujo cerne haja a atenção para o desenvolvimento do potencial humano, metamorfoseando a realidade da sociedade, com a promoção dos novos modos de vida associativos, articulando o local e o global.

Portanto, o que se demanda nos planejamentos, de fato, é a extrapolação das soluções técnicas e de políticas tradicionais, exigindo a ousadia representada em perspectivas promissoras, em que os habitantes sejam o ponto central, com base na justiça social, igualitária e sustentável, logo, de forma digna aos cidadãos.

Trata-se, portanto, de um jeito de fazer ciência que tenha a sua origem na luta e feita pelas pessoas, sem neutralidade, necessária, engajada e transdisciplinar, em que a sociedade seja participativa, e negando as autorias individualizadas, mas fazendo prevalecer o coletivo. A tecnologia deve ser produzida por meio de um acordo social, engendrada na propriedade coletiva e legitimando o associativismo e a autogestão. Nisto, o campo de estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) contribui para o objeto da tese, buscando a apropriação social do conhecimento, por meio de uma inclusão sociotécnica.

Diante da necessidade de práticas de caráter inovador que atendam às novas demandas sociais e econômicas, um novo conceito de inclusão por meio da geração de trabalho e renda tem se destacado nas economias locais, os Bancos Comunitários de

Desenvolvimento (BCDs), que transcendem a mera oferta de microcrédito, já que atuam no empoderamento da sociedade pelo território e suas riquezas.

Outra parte integrante no desenvolvimento social e econômico são as instituições sociais que, para fins de delimitação e esclarecimento do conceito nesta pesquisa, serão empregadas de acordo com Chauí (2003), como sendo a prática social fundada no reconhecimento público de suas atribuições estruturada por ordenamentos, regras e valores de reconhecimento. Para reiterar o foco da abordagem deste projeto, Berger e Berger (2004) apontam se tratar de entidades sociais que o povo enxerga quase como um ente, que paira sobre a vida do indivíduo, tal como, por exemplo, o Estado, a economia e o sistema financeiro.

Inicialmente, a abordagem do Estado se caracteriza como a de principal importância, sem detrimento das demais, pois deste emana o papel de regulador das demais instituições, das relações sociais e políticas, bem como detém mecanismos de controle social. Ademais, a administração do Estado se dá por meio dos gestores, dos quais se esperam vistas à cidadania e ao social, imersos nos aspectos de direito administrativo e de representação social, com a visão global de gestão, a fim de fundar parcerias com os diferentes setores, por meio de estratégias previamente planejadas, com a interação entre os planos, os programas, as metas e as ações, para que resultem no desenvolvimento econômico e social.

No âmbito acadêmico, a economia é uma ciência humana, que estuda o indivíduo em seu meio social, decorrente do seu comportamento perante as demandas de recursos disponíveis para satisfazê-lo. Portanto, busca soluções para os problemas existentes em relação ao funcionamento dos sistemas econômicos e a correlação de seus agentes, para que o ambiente do desenvolvimento passe a ser objeto de investigação, para que este venha configurar a base para a formulação de propostas de dignidade humana.

O desenvolvimento econômico tem sua origem no comportamento humano, que é passível de escolhas, as quais implicam em conflitos que ocorrem devido ao não atendimento da demanda, ou que estas demandas não são atendidas em sua plenitude e, portanto, incapazes de satisfazer o indivíduo, e resultam na “lei da escassez” de recursos, prescrevendo a necessidade de se alocar de forma eficiente os fatores de produção disponíveis, a fim de se obter bens e serviços, que servirão para atender as necessidades infinitas dos consumidores (Retamiro; Vieira, 2017).

Desta forma, medir o desenvolvimento significa um desafio! Por vezes, os modelos econométricos não atendem a este objetivo, pois as políticas endógenas refletem o resultado de seus pressupostos que, por parte do Estado, mostram-se limitadas, permitindo a expansão dos conceitos capitalistas, por meio dos conglomerados econômicos que atuam no mundo econômico globalizado, ocasionando problemas sociais, porém, locais (Vieira, 2009).

A Academia, o setor privado e o setor público formam o tripé básico para que se pense o planejamento territorial de regiões em fase de formação. Assim, discutir-se-á a relação imbricada destas instituições sociais, suas ausências na formatação territorial, bem como a expectativa depositada nestas, almejando a democratização de acesso ao crédito.

No bojo econômico, a crise vivenciada ao longo das duas décadas perdidas no final do século XX fez surgir iniciativas caracterizadas como empreendimentos financeiros solidários, relacionadas à ECOSOL, especialmente os chamados BCDs, cujo objetivo é atuar pelo desenvolvimento econômico e social do território em que está localizado. Por intermédio de serviços financeiros desenvolvidos em rede de natureza associativa e solidária, almejam o desenvolvimento territorial, por meio da geração de trabalho e renda, ante o apoio aos pequenos empreendimentos produtivos e de prestação de serviços e comercialização.

Contudo, Silva Junior (2007) destaca que os BCDs enfrentam dificuldades similares, decorrentes de suas origens e condições, devido à ausência de capacitação dos gestores, considerando que a autogestão é um caráter fundamental para o processo.

Ainda no bojo das dimensões da sustentabilidade, destaca-se a social e a institucional, haja vista a necessidade de desenvolver novos produtos e serviços que fortaleçam a independência de projetos governamentais, proporcionando a autonomia do Banco Central (BC). Também figura na lista de dificuldades a necessidade de lastro das moedas sociais, que possibilita a emissão e a transferência, o que garante a circulação destas.

Este trabalho objetiva investigar a sustentabilidade financeira, por meio do potencial da captação autônoma de recursos, que busca atenuar a ausência de projetos governamentais, por vezes limitados e suscetíveis a ideologias que direcionem as políticas públicas, de forma a não apoiar os BCDs e, quando surgem, a verba disponibilizada não atende à gama de projetos existentes.

O mercado de microcrédito é caracterizado um potencial econômico para os bancos privados. Contudo, as exigências convencionais para a liberação de crédito excluem parte significativa dos potenciais clientes. Assim, com base no potencial de crescimento do mercado de microcrédito, mas, ainda, com falhas no mercado de cessão de crédito, os BCDs constituem uma alternativa, como elo de mediação entre os potenciais inversores financeiros solidários (pessoas que estariam dispostas a realizar aplicações nos BCDs) e o público-alvo dos bancos comunitários, por meio da captação de recursos em depósitos à vista ou a prazo, mantendo inalterados os princípios de empoderamento social do território e das demais conquistas almejadas pela política de microcrédito solidário.

Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo, com visitas técnicas a dois BCDs, para os quais foram explicados o objetivo da pesquisa e que seriam parte atuante na pesquisa, promovendo o compartilhamento do questionário a partir de suas redes de relação e apoio. Finalizada a coleta de dados, tais foram tratados por meio de uma análise de estatística descritiva, a fim de averiguar as correlações entre as respostas e estimar o potencial de captação de recursos financeiros, sob a hipótese de servirem como alavancagem financeira para a oferta de microcrédito nas respectivas comunidades, o que resultou em um potencial atrativo, mas que também diagnosticou a fragilidade nos instrumentos de gestão, que poderiam fortalecer a confiança dos eventuais inversores financeiros solidários.

Por fim, corrobora com a perspectiva de que o planejamento e as práticas de intervenção devem imbuir-se da renovação e da inovação, compreendendo as sociedades e estabelecendo o diálogo interdisciplinar que promova o saber incluyente, sendo um dos princípios do campo CTS. Pensar a sociedade como macroconceito conjectura sobre a sua multidimensionalidade, de forma a atentar às formas pelas quais se afirma nos territórios contemporâneos e pode ser percebida pelas perspectivas macro e micro, de modo a se construir uma análise crítica, refutando a autocracia e o absentismo de visionário, como as que foram implementadas ao longo do processo histórico.

2. JUSTIFICATIVA

A economia capitalista é caracterizada pela relação social de trabalho entre exploradores e explorados. Ao longo dos séculos sob a égide capitalista, foi possível ver os malogros socioeconômicos, que perduram atualmente, sendo notáveis pela concentração de renda global.

No Brasil, ocorre a repetição desta concentração de riqueza, agravada pelo passado por regimes ditatoriais que geriram a macroeconomia de forma a levedá-la, mas sem repartir a fatia deste bolo. Com foco no acesso ao sistema financeiro, o malogro se repetiu, excluindo, aproximadamente, 30% da população do sistema financeiro, o que restringiu o acesso às alternativas financeiras de desenvolvimento humano.

As décadas perdidas, sobretudo nos anos 1990, provocaram a derrocada da indústria nacional e, conseqüentemente, o agravamento das condições socioeconômicas. Neste bojo obscuro, a ECOSOL surge como um processo de reforma do pensamento quanto às relações de trabalho, buscando torná-las mais justas e bem distribuídas.

Com a evolução das práticas econômicas solidárias, as tecnologias sociais são desenvolvidas e replicadas como um ato de profanação da tecnociência capitalista tradicional. Dentre os segmentos econômicos “profanados”, está o financeiro que, devido ao advento dos BCDs, iniciou uma nova fase de inclusão socioeconômica.

Embora tenham vivenciado uma expansão em boa parte do território nacional, nos últimos dez anos, os BCDs têm sofrido com a ausência de apoio das diferentes esferas governamentais, decorrente da suspensão de repasses para sua constituição e difusão. Diante disso, urge a necessidade de um processo de inovação quanto à autossustentabilidade financeira, bem como a renovação do *modus operandi* deste instrumento de tecnociência solidária financeira.

Sendo a ECOSOL identificada como uma política pública de desenvolvimento, reforçada pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, visando a retomada do desenvolvimento econômico como meta prioritária de combate à fome, movimentou a ECOSOL, presente em parte do território) (Singer, 2013). As políticas públicas em Economia Solidária proporcionaram grande incentivo para as atividades dos bancos comunitários, inclusive, pela articulação para a obtenção de recursos que financiassem os bancos comunitários.

O Banco Palmas¹ destaca-se como o principal BCD, o que lhe possibilitou participar de convênios. No ano de 2010, a parceria firmada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) previa o investimento de R\$ 5,7 milhões, sendo que 52,6% deste valor foi destinado às operações de microcrédito por intermédio dos BCDs e 38,6% em caráter não reembolsável, cujo objetivo era o de estruturar novas unidades de BCDs. No ano seguinte, o resultado foi a concessão de 5.582 créditos a 67 BCDs em todo o território nacional (BNDES, 2011).

Apesar do apoio financeiro, a alta taxa de inadimplência levou à necessidade de renegociação junto ao seu financiador, apesar das taxas serem subsidiadas, logo, de baixo custo. Mediante a renegociação realizada em 2015, o BNDES exigiu a contratação de especialista para reestruturar a metodologia da análise de risco para o microcrédito. Em vista disso, analisou-se a escala de oferta, o valor médio das operações, a taxa de inadimplência e de juros, o que resultou em maiores exigências e uma análise de risco e retorno dos empreendimentos por parte do Banco Palmas (Barrêto; Ceridono; Bueno, 2015).

Em análise relacionada às transferências de origem pública destinadas ao estado de São Paulo, por intermédio de instrumentos celebrados pela SENAES, verificou-se que, no período de 2011 a 2016, o valor de R\$ 2.173.045,58 foi destinado para “ações de apoio e fomento às iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário (finanças)” (Anze, 2017, p. 153).

Para além dos aspectos de gestão, denota-se que a principal fonte de recursos dos BCDs é de origem pública; logo, sujeita às oscilações políticas, que direcionam as decisões relativas às práticas de fomento.

Após o golpe parlamentar, jurídico e midiático com interesses empresariais e atendendo a interesses internacionais (Santos; Baccega; Mateus, 2021), em 2016, as práticas econômicas neoliberais foram ampliadas. Um exemplo disso é a alternância da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), anteriormente utilizada pelo principal fomentador dos bancos comunitários, o BNDES, para a Taxa de Longo Prazo (TLP), fazendo com que o percentual aplicado às operações desse um salto. No caso de agosto de 2021, a TJLP

¹ O Banco Palmas é considerado o primeiro BCD do país, criado na comunidade de Palmares, na periferia do município de Fortaleza (CE). Atualmente, é integrante da Rede de Bancos Comunitários, com mais de 100 BCD associados.

passa de 4,88% ao ano (a.a.) para o valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)²+3,03% a.a., fazendo com que as operações do BNDES não fossem mais atrativas em relação aos bancos comerciais privados.

Com o avanço da linha política ultradireitista no país, por meio da eleição do então candidato Jair Bolsonaro, a política de desenvolvimento social por meio das atividades econômicas solidárias foi desprestigiada. Este fato foi comprovado por meio da Lei nº 13.844 (Brasil, 2019), a qual extinguiu o Ministério do Trabalho, que sediava a Senaes, que foi realocada no Ministério da Cidadania, contribuindo para que as práticas econômicas progressistas da ECOSOL ficassem restritas a uma política de assistência social (Pinho, 2019).

A presente pesquisa lança a hipótese de que, mediante a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2007, o qual propõe a captação direta de depósitos à vista e a prazo pelos BCDs, galgar-se-á a autossustentabilidade financeira. Contudo, nota-se a ausência de estudos de cunho econômico e financeiro junto aos públicos-alvo deste PLP, ou seja, os gestores dos BCDs e os potenciais investidores.

Ante a esta possível defasagem de estudos de viabilidade econômica e de uso de indicadores de gestão nos BCDs, o objetivo desta pesquisa é investigar seu potencial de autossustentabilidade como uma Adequação Sociotécnica (AST) financeira, mediante a captação de recursos de forma direta com o público de suas respectivas redes de atuação, buscando mitigar a dependência e a volatilidade de ações políticas.

Por outro lado, durante muito tempo, a construção social vigorante acerca da ciência foi vista como algo elitizado e de pouco acesso, e talvez ainda seja.

O campo de estudos CTS é caracterizado pela sua interdisciplinaridade e transversalidade. A epistemologia se torna uma característica inerente ao campo CTS, o que colabora para a sua ampla multiplicidade e interconexão na promoção do saber científico.

O conteúdo expressado pela sigla CTS possui em seu bojo os objetivos das pesquisas acadêmicas que investigam os aspectos sociais decorrentes da ciência e da tecnologia, o que a torna heterogênea em seu campo de ação, bem como de caráter crítico quanto à sua tradicional assimilação à Ciência e Tecnologia (C&T), já que a sigla “S”

² De acordo com o Relatório de Mercado Focus da reunião de 20 de agosto de 2021, a estimativa do IPCA é de 7,11% que, somado a 3,03%, perfaz a TLP em 10,14% para o mês de agosto de 2021, 2,08 vezes maior que a TJLP.

incorpora a ciência da sociologia e filosofia sob o perfil de uma análise crítica e propositiva. Dessa forma, os estudos CTS investigam a dimensão social da ciência e da tecnologia, perpassando pelo processo histórico-estrutural da sociedade e conjecturando as perspectivas dos impactos de cunho político, econômico, cultural e ambiental (Linsingen; Pereira; Bazzo, 2003).

No campo de desenvolvimento humano para a participação dos agentes territoriais, os estudos CTS provocam o debate acerca da aplicação dos conceitos de ciência perante uma sociedade de caráter democrático, por meio de uma análise mais técnica acerca do emprego das atividades de tecnologia que visam inserir a sociedade na tomada de decisões que afetem a sua territorialidade e comportamento social.

Nesta pesquisa, são averiguados os referenciais teóricos acerca da tecnociência solidária, como forma de revisar a aplicação dos instrumentos em prol dos territórios de baixa renda. Além disso, é realizada uma análise de potencial econômico e financeiro de captação de recursos diretos e de outros serviços que poderão ser realizados pelos BCDs, a fim de averiguar a sua viabilidade como um instrumento de economia de impacto.

Questionários específicos foram aplicados para cada um dos diferentes públicos-alvo desta pesquisa, cujos dados coletados foram tratados por meio da análise cruzada, indicando a possibilidade de autossustentabilidade financeira dos BCDs, caso estes possam realizar as captações diretamente, junto aos potenciais investidores.

Destaca-se que os potenciais inversores financeiros foram pesquisados em diferentes características quanto à renda, condicionalidades para aplicação, dentre outros aspectos que, em sua grande maioria, evidenciam a disponibilidade em aportar recursos.

Os estudos de métodos quantitativos em economia constituem dados que ocorrem devido ao comportamento humano, sendo a sociedade ao mesmo tempo a demandante e a ofertante de serviços e produtos de C&T.

Os estudos relacionados ao campo CTS transcendem a materialidade e a ciência exata, ao integrarem a sociedade neste campo, sendo uma ação disruptiva, que eleva o grau de complexidade. No caso da Ciência Econômica (CE), esta complexidade contamina parte de seus estudiosos, que, por vezes, sucumbem ao viés humanitário representado pela letra “S” da sigla CTS, para exponenciar os conceitos individualistas da Escola Clássica da Economia.

Frizon (2015) indica que as instituições de ensino, especialmente as universidades na qualidade de braço acadêmico do Estado, são como um microagrupamento dos atores,

na perspectiva de apoio e fomento, realizando atividades de capacitação, incubação, assistência técnica, gestão, fomento ao crédito, entre outras. A pesquisadora identificou estas instituições como as principais apoiadoras dos BCDs, sendo o grupo que mais contribui para o conhecimento e a realização de eventos, com grande potencial de apoio em ações mais operacionais.

Ainda, segundo a mesma autora, as instituições de ensino superior incorrem na “falta de perenidade nas ações de capacitação, as quais poderiam ter também um foco maior nas necessidades apontadas pela comunidade (educação financeira, matemática, computação, empreendedorismo, contabilidade e gestão)” (Frizon, 2015, p. 75).

A proposição de ações construtivistas leva a CE a repensar a compreensão da sociedade, por meio de análises interdisciplinares que atentem para a vida cidadã em uma concepção aberta, processual e gradual. Os estudiosos da CE devem se atentar aos esforços científicos para o desenvolvimento do potencial humano, repensando os seus valores e propósitos, a fim de que se propicie um futuro promissor para a sociedade.

Verifica-se, portanto, que a CE necessita de uma revisão em sua atuação no meio acadêmico, o que pode ser obtido por meio da inserção dos conceitos do campo CTS, o qual propõe uma visão disruptiva, que promova uma renovação educacional, política, cultural e social.

A CE é, sobretudo, uma ciência humana, que estuda o indivíduo em seu meio social, decorrente do seu comportamento perante as demandas dos recursos disponíveis para satisfazê-lo. Por outro lado, o campo CTS se apresenta como a área do saber capaz de correlacionar os aspectos da tecnociência com os anéis da sociedade, por meio dos impactos que a C&T provoca na sociedade, sendo este o ponto em comum entre CTS e CE.

Dessa forma, anela obter soluções para os problemas existentes, com vistas ao funcionamento do sistema econômico e a correlação de seus agentes, tornando o ambiente do desenvolvimento objeto de investigação, para que este venha a configurar a base para a formulação de políticas públicas.

Contudo, a CE ainda está aquém de seu potencial quanto ao volume e à qualidade de pesquisas sobre BCDs. Entre os anos de 2003 e 2014, uma pesquisa bibliométrica identificou que houve apenas uma dissertação acerca do tema de BCD, em um curso de Pós-graduação em Ciências Econômicas, tendo como palavras-chave que mais se aproximam da gestão financeira: “microcrédito” em sete publicações; “finanças

solidárias” em quatro publicações; “inclusão financeira” em duas publicações; e “economia” em apenas uma publicação (Frizon; Carvalho; Zanin, 2015). Logo, verifica-se que os termos correlacionados à autossustentabilidade ou similares não constam nas publicações averiguadas.

Através da observação realizada por uma pesquisa bibliométrica, que mensura a evolução de estudos de dissertações e teses publicados pelas universidades brasileiras entre os anos de 2003 e 2014, com foco nas tendências e lacunas nos assuntos que perpassam pelos BCDs, de acordo com Frizon, Carvalho e Zanin (2015), foram identificadas, neste período, 31 publicações sobre o assunto, sendo 24 dissertações e sete teses, das quais, 48% focaram na Região Nordeste e 38% na Região Sudeste.

Ainda segundo o mesmo estudo, conforme a Tabela 1, os temas abordados pelas publicações não contemplam as proposições analisadas, cujo foco é investigar a possibilidade de os BCDs obterem autossustentabilidade financeira, por meio da captação de recursos.

Tabela 1: Temas sobre Economia Solidária abordados pelas publicações no período de 2003 a 2014

| Palavras-chave | Quantidade | Palavras-chave | Quantidade |
|--|------------|--|------------|
| Economia Solidária (socioeconomia solidária) | 18 | Produção e reprodução da força de trabalho | 1 |
| Banco Palmas | 11 | Redes de relações sociais | 1 |
| Microcrédito | 7 | Movimentos sociais | 1 |
| Desenvolvimento local | 5 | Participação social | 1 |
| Finanças solidárias | 4 | Solidariedade | 1 |
| Desenvolvimento (humano) sustentável | 3 | Associação de moradores | 1 |
| Moeda social | 3 | Educação | 1 |
| Inclusão financeira | 2 | Regulação | 1 |
| Emancipação | 2 | Gestão | 1 |
| Crediamigo | 2 | Associativismo | 1 |
| Comunidade | 2 | Empreendimento solidário | 1 |
| <i>(Continuação)</i> | | | |
| Engenharia Urbana | 1 | Redes | 1 |
| Planejamento urbano | 1 | Incubação | 1 |
| Tecnologias sociais | 1 | Empreendedorismo | 1 |
| Organização comunitária | 1 | Cidade | 1 |
| Trabalho solidário | 1 | Trabalho | 1 |
| Políticas públicas | 1 | Mutirão | 1 |

| | | | |
|------------------------------------|---|--|---|
| Redes locais de economia solidária | 1 | Direito constitucional e economia social | 1 |
| Movimento de moradia | 1 | Banco Central e Economia Solidária | 1 |
| Economia plural | 1 | Economia - aspecto sociológicos | 1 |
| Banco de crédito popular | 1 | Sustentabilidade | 1 |
| Economia | 1 | Gênero | 1 |
| Autogestão | 1 | Agente de crédito (papel profissional) | 1 |
| Movimentos dos sem-terra | 1 | Pobreza | 1 |
| Assentamento rural | 1 | Empoderamento | 1 |
| Cooperativismo | 1 | Redes sociais | 1 |
| Correspondente bancário | 1 | Capital social | 1 |
| Tecnologia bancária | 1 | Redes de cooperação | 1 |
| Modelos de gestão de redes | 1 | Gestão social comunitária | 1 |
| Sociedade Civil | 1 | Família | 1 |

Fonte: Frizon; Carvalho; Zanin, 2015.

Embora o tema tenha sido foco de estudos nas universidades brasileiras nos últimos anos, ainda não se esgotaram as possibilidades de análises e explorações acerca do processo de desenvolvimento local com foco nos BCDs. Nisto, as universidades desempenham o papel de promotoras do saber, intrinsecamente relacionadas à transmissão dos valores sociais e das crenças das culturas humanas. O ambiente universitário possui a capacidade de transformar o indivíduo e, por sua vez, a sociedade, conscientizando dos seus direitos e deveres, a fim de que este seja um agente transmissor dos conhecimentos desenvolvidos, socializando-os, para perfazer os papéis sociais.

Portanto, identifica-se que o mercado de microcrédito é caracterizado como um potencial econômico para os bancos privados, conforme observado no relatório Panorama do Microcrédito (2017), do BC, apresentando que a carteira de microcrédito no ano de 2016 foi de R\$ 4,2 bilhões para os Microempreendedores Individuais (MEI) Pessoa Jurídica e de R\$ 64,6 bilhões para a pessoa física registrada como MEI. Contudo, as exigências convencionais para a liberação de crédito excluem uma parte significativa dos potenciais clientes.

Com base no potencial de crescimento do mercado de microcrédito, mas com as falhas de mercado para a cessão deste, os BCDs se constituem uma alternativa como elo de mediação entre potenciais inversores financeiros solidários e o público-alvo.

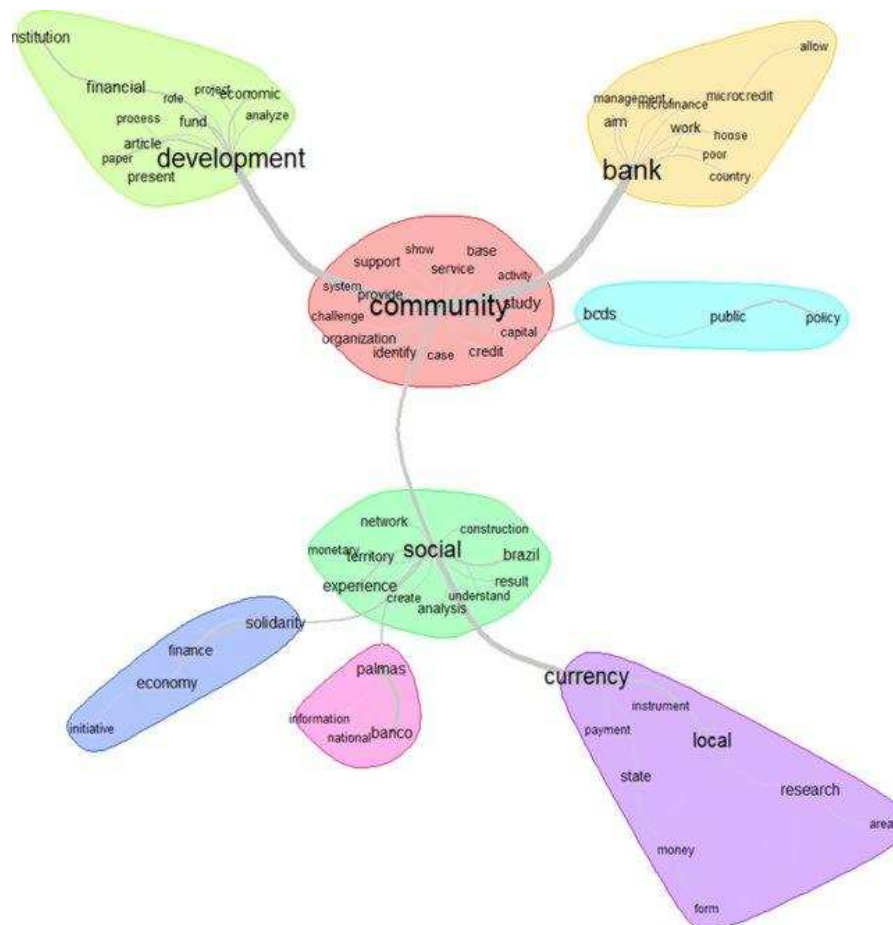
A hipótese de proposição de um fundo de aval ou de financiamento popular, que mantenham inalterados os princípios de empoderamento social do território e das demais

conquistas almejadas pela política de microcrédito solidário, poderá constituir um meio de independência do poder público, diminuindo a suscetibilidade às alternâncias ideológicas de governos, além de fortalecer as relações sociais e econômicas com os financiadores populares, os quais denominaremos nesta pesquisa como inversores financeiros solidários.

Porém, estudos mais aprofundados, que proponham a relação entre o apoio financeiro, por meio de um fundo de aval/financiamento popular, mediante uma análise de viabilidade econômica dos BCDs e da sua autossustentabilidade, ainda são inexistentes, conforme explana a Figura 1, abaixo.

Em outro estudo bibliométrico, baseado em 78 artigos nas bases das plataformas Eumed e ResearchGate, Mourão e Retamiro (2020) verificaram, ao aplicarem a formatação condicional por cores, destacando o número de publicações encontrados na análise vertical e horizontal, valores extremos para a matriz tabela dos resumos das publicações selecionadas, o que passa a ser foco da análise seguinte.

Figura 1: Correlação dos termos de pesquisa sobre Bancos de Desenvolvimento Comunitário



Fonte: Mourão; Retamiro, 2020.

Passando para a análise da Tabela 2, iniciando pela coluna do termo principal “Banco Comunitário Desenvolvimento”, este aparece 62 vezes no cruzamento com os 12 termos que compõem a pesquisa. Dentre estes, o termo principal está em intersecção com as palavras-chave “Economia Social” e “Microcrédito” 11 vezes em cada uma.

Outro termo que indica uma associação frequente com o termo principal é o da palavra “Moeda Social”, que surge dez vezes nas citações, a qual está diretamente ligada ao termo “Palmas Moeda”, em oito ocasiões, demonstrando que o Instituto Palmas, citado como um dos BCDs que serão entrevistados, é o objeto de estudo mais pesquisado em relação a moedas sociais.

Porém, na intersecção entre a linha e a coluna com o assunto “Fundo de Aval” para as publicações que estudam os BCDs, se torna perceptível a ausência desta prática para apoio aos integrantes das redes de bancos comunitários e moedas sociais.

Em outra pesquisa, realizada para corroborar com a delimitação pretendida neste estudo junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), os termos “Microcrédito”, “Bancos Comunitários de Desenvolvimento” e “Sustentabilidade Financeira” foram identificados em apenas 17 teses/dissertações depositadas, nenhuma que contenha a abordagem quantitativa, o que poderia indicar um estudo econométrico ou financeiro acerca dos BCDs.

O presente projeto visou empregar a abordagem quantitativa para a análise dos dados financeiros, por meio dos demonstrativos dos BCDs integrantes da pesquisa, a fim de aferir indicadores de gestão do grupo pesquisado.

Do outro grupo a ser pesquisado, por intermédio dos questionários que foram apresentados aos potenciais inversores financeiros solidários, também será aplicada a abordagem quantitativa, a fim de aferir a disposição sobre o risco de investimento, expectativa de taxa de retorno quanto ao aspecto financeiro, volume de disponibilidade de investimento, e demais dados pertinentes ao tema.

Diante do acima exposto, esta pesquisa objetiva analisar a viabilidade de aportes oriundos de inversores financeiros solidários em bancos comunitários configurados como uma adequação sociotécnica financeira para a manutenção da sustentabilidade financeira dos BCDs, de forma a averiguar a viabilidade econômica destes por meio de estudos econômicos de cunho financeiro-contábil – critério ausente nas pesquisas previamente realizadas.

Para tanto, se faz necessário diagnosticar a situação financeira dos BCDs que serão pesquisados por meio dos seus Demonstrativos Financeiros (DFs) ou instrumentos/documentos similares que proporcionem identificar o volume de crédito demandado, o valor médio das parcelas, a taxa de inadimplência, o fluxo médio mensal (entradas e saídas), número de clientes/agregados, além de outros dados que contribuam com a análise financeira.

Tabela 2: Matriz de objetos de estudo sobre BCD

| Palavras chaves | Autogestão | BCD | Bancos privados | Desenvolvimento local | Economia Social | Empoderamento social | Fragmentação territorial | Fundo de aval | Microcrédito | Moeda Social | Palmas Moeda | Política Pública |
|--------------------------------|------------|-----------|-----------------|-----------------------|-----------------|----------------------|--------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|------------------|
| Autogestão | - | 5 | 1 | 2 | 2 | - | 1 | - | 2 | 1 | - | - |
| Banco Comunit. Desenvolvimento | 5 | - | 4 | 8 | 11 | 2 | 1 | - | 11 | 10 | 8 | 2 |
| Bancos privados | 1 | 4 | - | 1 | 2 | - | - | - | 6 | - | - | - |
| Desenvolvimento local | 2 | 8 | 1 | - | 4 | 1 | 1 | - | 3 | 4 | 3 | 3 |
| Economia Social | 2 | 11 | 2 | 4 | - | 1 | 1 | - | 6 | 5 | 6 | 1 |
| Empoderamento social | - | 2 | - | 1 | 1 | - | - | - | - | 2 | 1 | - |
| Fragmentação territorial | 1 | 1 | - | 1 | 1 | - | - | - | - | 1 | - | - |
| Fundo de aval | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Microcrédito | 2 | 11 | 6 | 3 | 6 | - | - | - | - | 3 | 5 | - |
| Moeda Social | 1 | 10 | - | 4 | 5 | 2 | 1 | - | 3 | - | 7 | 2 |
| Palmas Moeda | - | 8 | - | 3 | 6 | 1 | - | - | 5 | 7 | - | 1 |
| Política Pública | - | 2 | - | 3 | 1 | - | - | - | - | 2 | 1 | - |
| TOTAL | 14 | 62 | 14 | 30 | 39 | 7 | 5 | 0 | 36 | 35 | 31 | 9 |

Fonte: Mourão; Retamiro, 2020.

3. O CAMPO DE ESTUDOS CTS E A CIÊNCIA ECONÔMICA

A abrangência do campo de estudos CTS perpassa por diferentes áreas do saber, o que denota a sua indiscutível interdisciplinaridade.

Por inserir em seus estudos os reflexos sociais decorrentes da tecnociência, o campo CTS evoca, concomitantemente, as ciências exatas, humanas e biológicas. Nesta pesquisa, as ciências humanas, por meio da CE, se apresentam como outra área do saber, que pode e deve ser ampliada no campo CTS, a fim de que a tecnociência, que objetiva atender aos mercados, seja diagnosticada como uma alternativa para o atendimento das demandas sociais, incluindo o foco do campo CTS, que é a sociedade.

3.1 A contribuição da epistemologia do campo CTS e a Ciência Econômica

Por meio de pesquisas com embasamento científico, Kosminsky e Giordan (2002) e Goldschmidt *et al.* (2016) identificaram percepções junto a estudantes sobre o acesso aos estudos e às práticas científicas, algo restrito aos grupos mais elitistas. Contudo, Gil-Perez *et al.* (2001) chamam a atenção para a necessidade de demonstrar o caráter social do desenvolvimento científico pelas pessoas em seu contexto e desenvolvimento, reduzindo e, quem sabe, eliminando o estigma de que há um perfil quase hereditário de “fazer ciência” (Souza; Farias; Antunes, 2021).

Segundo Lippman (1922), as tomadas de decisão devem se restringir a duas classes distintas, para uma adequada gestão territorial, sendo: (i) os especialistas, responsáveis pela coleta de dados e pesquisas referentes aos temas considerados de grande importância; e (ii) os governantes, responsáveis pela elaboração e a execução de políticas públicas, baseadas na ação da primeira classe.

Em tempos mais recentes, há pensamentos que defendem a suposta neutralidade da C&T. De acordo com Auler (2002), a suposta neutralidade está baseada em alguns aspectos, sendo: (i) no determinismo tecnológico³, supondo que a evolução tecnológica proporciona uma mudança social linear, além de assumir um papel autônomo, logo, alheio às influências sociais o que o torna como fator impeditivo para pautar propostas de processos educacionais críticos e propositivos em relação a assuntos sócio-tecno-

³ Termo criado por Thorstein Veblen (1857-1929), um economista e sociólogo norte-americano que criticou duramente o sistema capitalista selvagem. teoria reducionista que pressupõe que a tecnologia de uma sociedade impulsiona o desenvolvimento de sua estrutura social e valores culturais (Corrêa; Geremias, 2016).

científicas (e econômicas); (ii) no salvacionismo científico-tecnológico definido pelo modelo linear de progresso, tendo em vista que a C&T fora criada com a finalidade de sanar os problemas da humanidade e, por consequência, promover o pleno bem-estar social. Por último e não menos questionável, está o (iii) modelo de decisões tecnocráticas, no qual o autor defende que a crença poderá neutralizar/eliminar a sociedade do processo de decisões técnico-científicas, em que somente o especialista detêm condições de resolver os problemas sociais de maneira ideologicamente neutra.

Tal perspectiva expressa uma visão elitista de gestão pública, na qual a ciência fica restrita a uma elite intelectual, enquanto a sociedade se torna mera demandante dos serviços de tecnologia.

Em contraponto a esta visão, Dewey (1927) adota uma visão pragmática acerca do conhecimento, na qual os indivíduos integrantes da territorialidade são, por natureza, investigadores dinâmicos e solucionadores de problemas.

A teoria da suposta neutralidade é esvaziada quando confrontada com o não atendimento de questões socioeconômicas, conforme expresso abaixo:

O espectro de problematizações deve ser pensado também para questões que tenham como pano de fundo alertas, alternativas e concepções que superem a suposta neutralidade da Ciência e Tecnologia, como interesses de grupos dominantes em estabelecer tipos e formas de fornecimentos; decisões, muitas vezes, não restritas ao conhecimento técnico, mas também político. Ou, por que há pouco incentivo às políticas de produção e desenvolvimento científico-tecnológico referente à possibilidade de usos de fontes alternativas de energia? Sendo o Brasil um país com diversidades naturais e culturais, quais políticas públicas referentes à questão energética são pensadas diante dessas diversidades? As comunidades locais participam desse processo? Quais as potencialidades e limitações, devido ao recurso hídrico brasileiro e aspectos econômico-financeiro e socioambiental, das pequenas centrais hidrelétricas? Problematizações como essas possibilitarão um olhar crítico para um problema amplo e global, investigando, por exemplo, o que seria mais interessante para o contexto local brasileiro considerando as desigualdades sociais, as necessidades da população, e, os diferentes recursos naturais existentes no nosso país (Rosa; Strieder, 2018, p. 109).

Fica evidente a necessidade da atuação dos(as) agentes do território, que estabelecem uma relação no ambiente, formas de acesso e a apropriação da ciência (saber) e da tecnologia (ofício), pela incorporação com os saberes já existentes no território que, agregados aos novos saberes, promovem reconfigurações que agreguem em prol da territorialidade, conforme afirmativa:

(...) não é possível a apropriação de conhecimentos de C&T ignorando as experiências e conhecimentos que os diferentes públicos incorporaram (e incorporam) como parte da sua socialização e participação na vida social (Hayashi; Sousa; Rothberg, 2011, p. 8).

Quanto à ciência, esta possui a diversidade e a amplitude que o termo possui, perpassando pela medição experimental e exploratória, modelos hipotéticos, análise estatística, entre outros. No entanto, o sucesso na solução de problemas específicos por intermédio da tecnologia, bem como a sua credibilidade decorrente de análises e interpretações de contextos sociais e históricos, suplanta a diversidade de conteúdos e definições.

Na perspectiva dos estudos CTS, a tecnologia resulta em um produto que transcende o saber tecnicista, tendo em vista que está imbuído de aspectos sociais e econômicos, pelos quais é possível obter uma visão crítica sobre o tema, considerando que nem sempre a tecnologia obteve os efeitos desejados e, por vezes, atuando contra o anelo da sociedade.

Sendo a sociedade o terceiro conceito, esta é de caráter natural e inerente à sobrevivência do indivíduo. O desenvolvimento técnico-científico é oriundo da demanda social que, simultaneamente, a caracteriza conforme a sua percepção com a tecnociência e a relação para com ela.

De acordo com Freeman e Soete (1997), o conceito de inovação perpassa pelos aspectos de tecnologia e sociedade, porém, sem um caráter humanizado em seu conceito, pois, para a elaboração própria, a inovação somente é possível se houver uma correlação dos aspectos técnicos por meio da invenção (tecnologia), e os aspectos comerciais por meio do mercado (sociedade).

Dessa forma, em um mundo no qual a C&T é onipresente, o risco do uso inadequado desta também se apresenta de forma contínua, o que torna necessária a abordagem dos princípios de responsabilidade.

Com base nos conceitos epistemológicos acerca do campo CTS, verifica-se a necessidade de desmistificar os conceitos sobre C&T pela perspectiva sociológica, e por intermédio da participação dos diferentes atores sociais com foco na representatividade ao longo do processo, o que é possível pela elucidação do tema no âmbito educacional, cujo objetivo é a proximidade do tema C&T com a sociedade e, esta última, como a principal beneficiária do processo.

Retomando a contraposição de Dewey a Lippman, o primeiro destaca a necessidade de uma democracia participativa, mas, para que tal aconteça de forma plena e real, se faz necessário o acesso ao conhecimento e conscientização da sociedade acerca dos seus direitos de qualificação e proposição de políticas públicas de cunho desenvolvimentista, negando tacitamente a ideia defendida por Lippman, de que somente os especialistas e os governantes teriam esta autoridade.

Contudo, conforme expressa Dahl (2012), o que ocorre na atualidade não deve ser denominado como democracia, mas sim como poliarquia⁴, a qual é inferior à democracia, tendo em vista que os sistemas decisórios atuais promovem a substituição da democracia direta por um modelo no qual a maioria das políticas públicas e as leis são oriundas dos mandatários, ao invés de uma ação endógena dos mandantes.

Determinar que um campo de estudos tenha dominantes e dominados significa, sob a perspectiva de Bourdieu, que o domínio se dá por aqueles com maior capital simbólico, que podem não ter reconhecimento nos meios de comunicação. Análises sobre como a divulgação científica consegue maior repercussão na academia sem ser apropriada pela indústria cultural têm ganhado expressão (Formeton *et al.*, 2021).

A ausência da difusão do saber, com base na perspectiva de Dewey, vai ao encontro da necessidade de difusão da ciência como saber, mediante o acesso à tecnologia com um caráter desmistificado e perceptível pela sociedade.

Tal ação pode ser factível se inserida no arcabouço educacional, sendo a “ferramenta essencial para a transformação econômica regional, por possibilitar a ampliação da visão crítica, culminando com a inquietação ante a uma situação desfavorável de caráter social e econômico” (Retamiro; Araújo; Vieira, 2013, p. 155), e tornando um aspecto convencional à sociedade que, por sua vez, se empoderará de seus conceitos e práticas, o que os tornarão agentes ativos no território em que vivem e, por consequência, renegando aos conceitos elitistas defendidos por Lippman (1922).

Analisando o campo CTS pelo sentido de pertencimento, Vessuri (2002) denota a necessidade de um processo de revisão do modelo europeu saindo da percepção tradicional, que denomina “desocidentalização”, e consiste em assumir a ciência uma cultura relacionada aos atores sociais capazes de constituir tecnologias endógenas,

⁴ Regime político que se distingue por duas características amplas, sendo: (i) a cidadania se estende a uma proporção comparativamente alta de adultos, e (ii) entre os direitos de cidadania, está a oposição aos altos funcionários do governo e fazê-los deixar o cargo por votação.

reestruturando e adaptando para a região os estudos científicos oriundos de outras culturas, com a participação da sociedade na criação de tecnologia.

Na América Latina, as áreas de ciência e tecnologia estão diretamente atreladas ao mercado industrial e comercial e, de forma mais reduzida, ao poder público, como estratégia de crescimento econômico. Por meio do Pensamento Latino-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS)⁵, objetivava-se tornar as áreas de C&T relacionadas às estratégias de desenvolvimento social e econômico, com base na crítica ao modelo convencional de inovação, a fim de metamorfosear as referidas áreas para o atendimento de demandas sociais sanáveis por meio da ciência e da tecnologia (Linsingen, 2007).

Diante do objetivo proposto pela PLACTS, os estudos CTS possibilitam uma formação humanística no meio acadêmico de diferentes áreas de ensino, a fim de incentivar uma visão crítica e propositiva nos assuntos de impactos sociais decorrentes de novas tecnologias com identidade latino-americana e imersos nas políticas do campo CTS.

Define-se, portanto, que a ciência deve assumir uma ação engajada, a fim de possibilitar a revolução dos movimentos sociais, para que seja feita por estes e para estes.

De forma mais pragmática, as ações do campo CTS podem ser mais perceptíveis nos estudos relacionados às economias solidária e social, que emergiram nos anos 1990 como alternativa ao processo econômico convencional, conforme expressa Dagnino:

(...) busca transcender a visão estática e normativa, de produto já idealizado, e introduzir a ideia de que a tecnociência (ou segundo os sociólogos da ciência hoje mais influentes, a ciência; e segundo os da tecnologia, a tecnologia) é em si mesma um processo de construção social e, portanto, político (e não apenas um produto) que terá que ser operacionalizado nas condições dadas pelo ambiente específico onde irá ocorrer, e cuja cena final depende dessas condições e da interação passível de ser lograda entre os atores envolvidos (Dagnino, 2014, p. 35).

⁵ Corrente de pensamento autônoma, originada nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina e elaborada por cientistas, engenheiros e matemáticos, com o objetivo de alcançar outros caminhos e instrumentos para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico na região, almejando transgredir a cadeia linear de desenvolvimento imposta pela lógica norte-americana, que impunha a ideia de o desenvolvimento científico e tecnológico ser uma condição necessária e suficiente para gerar o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Ainda, objetiva que a C&T seja capaz de satisfazer as necessidades regionais do povo latino-americano (Medeiros; Strieder; Machado, 2021).

Diante do exposto, o campo de estudos CTS surge como um pensamento disruptivo ante ao tradicionalismo predominante na restrição da C&T. Sua ação maiêutica estimula o saber cultural, social, político e da tecnociência servindo à sociedade, ao invés de ser excluída por meio da expansão da C&T.

Ademais, o campo CTS possibilita a revisão conceitual das diferentes áreas do saber, gerando uma revisão nos conceitos atuais que, eventualmente, tenham se despreendido de sua função original, prejudicando a sociedade global. Dentre estas áreas de estudos, este trabalho se propõe a analisar a CE sob a ótica do campo CTS, a fim de identificar como os conceitos decorrentes da ação disruptiva do campo CTS promovem a revisão da economia na sua atualidade.

Em suma, considera-se que a ciência é uma construção social, tendo em vista que os cientistas estão vulneráveis às suas crenças, ideologias e integram núcleos de interesse e, portanto, não possui neutralidade.

3.2 Revisando saberes: a Ciência Econômica e o campo CTS

A CE estuda a devida alocação dos fatores de produção, sendo: (i) a terra, que é a origem do setor primário que possibilita os insumos de produtos; (ii) o capital, que consiste nas ferramentas necessárias para a produção; (iii) trabalho, que é o emprego da força e da intelectualidade humana. A tecnologia surge como sendo o ofício da fusão dos três fatores anteriores, por meio da *techné*, que *objetiva* “(...) a solução dos problemas práticos em servir de guia para os homens na sua luta para melhorar e aperfeiçoar a sobrevivência, na cura de doenças, na construção de instrumentos e edifícios e outros” (Oliveira, 2008, p. 4).

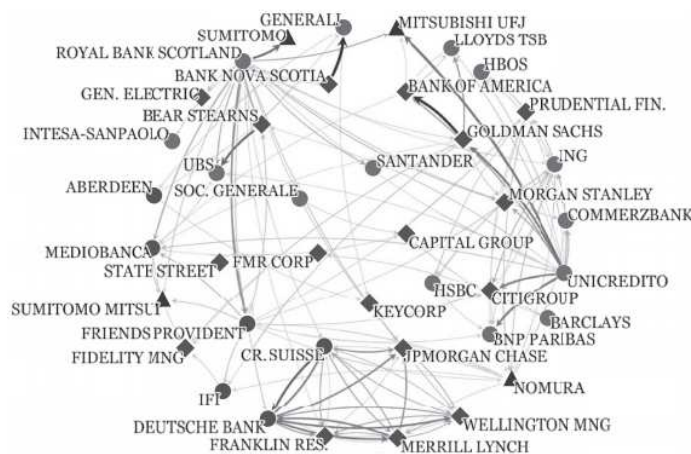
O advento da Escola Clássica adquiriu valor científico por meio da abordagem teórica do valor-trabalho pelo método dedutivo, simplificando e generalizando as proposições econômicas, com base nas ideias filosóficas do individualismo, estabelecendo os conceitos da livre concorrência (Sandroni, 1999).

Para a economia clássica, a riqueza de uma nação se dá pelo valor de troca dos bens desta, associada à capacidade produtiva e expansão do mercado, o que, para Smith (1996), proporcionaria o ganho para todos os participantes. Contudo, os pressupostos de não intervencionismo e do equilíbrio econômico automático não funcionaram, resultando em desemprego e má distribuição de renda.

Segundo Hilferding (1985), as crises gerariam monopólios controlados pelo capital financeiro, dividindo os países em grupos distintos, sendo: (i) os países com estrutura industrial e financeira; e (ii) os países fornecedores de força de trabalho de baixo custo e ofertantes de insumos. Tal aspecto corrobora com a afirmação de Furtado (1965) acerca do conceito centro-periferia, no qual os países da América do Sul, ricos em insumos naturais, eram dependentes da tecnologia e da ciência dos países industrializados.

O poderio financeiro destes países industrializados sobre os países subdesenvolvidos expandiu suas ações baseadas na doutrina da Escola Clássica, resultando na concentração do controle econômico das empresas transnacionais, com 737 agentes que detêm 80% do controle de todas essas empresas globais, denotando um processo de arquitetura de poder (Dowbor, 2017).

Figura 2: Interconexão das instituições financeiras e a concentração de poder



Fonte: Dowbor, 2017.

Este poder decorre da interconexão destas instituições, cujo domínio pode ser identificado na figura 1, na qual as instituições americanas (losangos) e europeias (círculos) possuem maior poder perante as demais (triângulos).

Entre 2005 e 2007, o valor dos produtos derivados dos bancos comerciais variou 100%, extinguindo o poder do Estado de manutenção do equilíbrio social. O saber da CE sucumbiu aos preceitos ditados pelo poder monetário, confirmando o êxito da teoria individualista da Escola Clássica.

O resultado desta concentração é de que as dez pessoas mais ricas do mundo têm uma riqueza seis vezes maior do que os 3,1 bilhões mais pobres do mundo. No Brasil, os

20 maiores bilionários concentram mais riqueza do que 60% da população, sendo, em números absolutos, o total de 128 milhões de brasileiros (Oxfam, 2017).

A Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior, de 13 de julho de 2007, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Ciências Econômicas, ao definir como perfil desejado do formando no referido curso, estabelece que:

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como **sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais**, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais (Ministério da Educação, 2007, n.p.) [**grifo nosso**].

A demanda de bens e serviços resulta no avanço da tecnologia, que é o anelo da sociedade por uma melhor qualidade de vida, acreditando na suposta neutralidade da C&T. Porém, para alguns casos, esta tecnociência não é acessível e democrática, já que a concentração do poder econômico leva à concentração de capital.

O campo CTS engaja a ciência na discussão de grupos sociais excluídos e de minorias para fortalecer atitudes práticas e igualitárias no tocante às questões de ordem social e da tecnociência, para um desenvolvimento socioeconômico que atenuem os males sociais oriundos de uma prática econômica clássica e individualista, a fim de aproximar a cultura humanista e a científico-tecnológica, o que deveria ser melhor absorvido pela CE.

A introdução de estudos do campo CTS no âmbito da CE sensibiliza o indivíduo para perceber o seu macroambiente, se identificando com a sua territorialidade e possibilitando criar a identidade coletiva. Isto posto, a tecnociência poderá obter um viés com menor grau tecnocrata e a formação do indivíduo imbuída de um caráter crítico e propositivo.

A proposição de ações construtivistas leva o pesquisador da CE a repensar a compreensão da sociedade, por meio de análises interdisciplinares que atentem para a vida cidadã de concepção aberta, processual e gradual.

O campo CTS consiste em uma área do conhecimento que atua, dentre outras formas, para restabelecer os princípios econômicos, pois pensar o novo planejamento

local exige, antes de tudo, abdicar das soluções autocráticas e dos princípios universais. Compreender a diversidade crescente nas cidades dá luz à democratização das tecnologias, com a proposta de uma inovação de gestão territorial, por intermédio de um pensamento aberto, processual e dinâmico, oriundo dos atores locais.

Nisto, conjectura-se que “o desenvolvimento tecnológico envolve conflito e negociação entre grupos sociais com concepções diferentes acerca dos problemas e soluções” (Cabral; Pereira, 2011, p. 21). Tal ação da sociedade na ciência e tecnologia é percebida na elaboração dos artefatos tecnológicos, os quais são notados pelas correlações de ação dos diferentes grupos sociais.

As políticas de planejamento futuras devem estar imbuídas do pensamento renovador, em cujo cerne haja a atenção para o desenvolvimento do potencial humano, metamorfoseando a realidade da sociedade, com a promoção dos novos modos de vida associativos, articulando o local e o global.

Portanto, o que se demanda nos planejamentos, além da extrapolação das soluções técnicas e de políticas tradicionais, é a ousadia representada em perspectivas promissoras, na qual os habitantes sejam o ponto central, com base na justiça social, igualitária e sustentável, logo, de forma digna aos cidadãos.

Weinberg (1972) coloca como a possibilidade de enfrentar questões transcientíficas, as quais, de certo ponto de vista da epistemologia, podem ser respondidas com a linguagem da ciência.

Isto posto, a CE é uma ciência humana, que estuda o indivíduo em seu meio social, decorrente do seu comportamento perante as demandas dos recursos disponíveis para satisfazê-lo, chamando de *trade-off*. Por outro lado, o campo CTS se apresenta como a área do saber capaz de correlacionar os aspectos da tecnociência com os anelos da sociedade, por meio dos impactos da C&T, sendo este o ponto em comum entre CTS e CE.

Crombie (1994) aponta que a elaboração de modelos hipotéticos, como a análise estatística de populações em economia, é uma forma alternativa de fazer ciência. Ao encontro disso, as informações do Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que agrega pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, com o intuito de investigar os impactos que a ciência e a tecnologia têm na economia, na sociedade e na qualidade de vida das pessoas.

A CE, que antes objetivava a solução dos problemas econômicos, com o intuito de proporcionar a melhoria da qualidade de vida da sociedade, agora parece ser a confirmação da síndrome de Frankenstein (Bazzo; Pereira; Von Linsingen, 2008), tendo em vista que se distancia, em sua maior parte, da sociedade para a qual deveria atender.

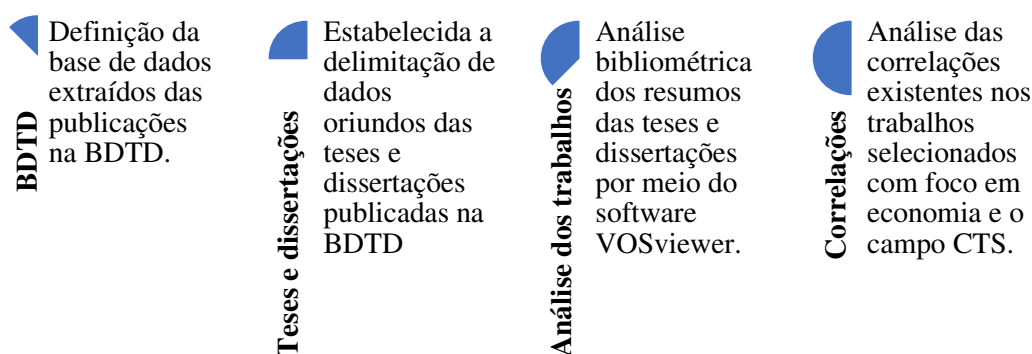
A correlação entre o campo CTS e a CE possibilita a identidade entre estas áreas do saber, bem como explana a situação na qual cada uma destas está interligada.

Com o intuito de investigar as produções científicas no campo CTS que tenham a CE em seu bojo de pesquisa, fez-se a escolha das palavras “Economia”, “Ciência”, “Tecnologia” e “Sociedade” nos campos de busca por termos.

A delimitação foi realizada para a área do conhecimento em Ciências Sociais Aplicadas, que abrange os campos de conhecimentos interdisciplinares que empregam seus estudos nos aspectos da realidade humana.

Com pesquisas entre os anos de 2005 e 2023, logo, no período que antecede a crise financeira global de 2008, quando estudos econômicos já a apontavam, e posterior, para os estudos sobre o tema, com foco em economia e o campo CTS. Também foi analisada a produção científica existente na referida plataforma da BDTD, com vistas a identificar produções acadêmicas que correlacionem a economia e o campo CTS, a fim de obter uma pesquisa de cunho explicativo, por meio da técnica bibliométrica. A organização dos dados foi realizada conforme abaixo:

Figura 3: Esquematização da organização metodológica.



Fonte: Elaboração própria.

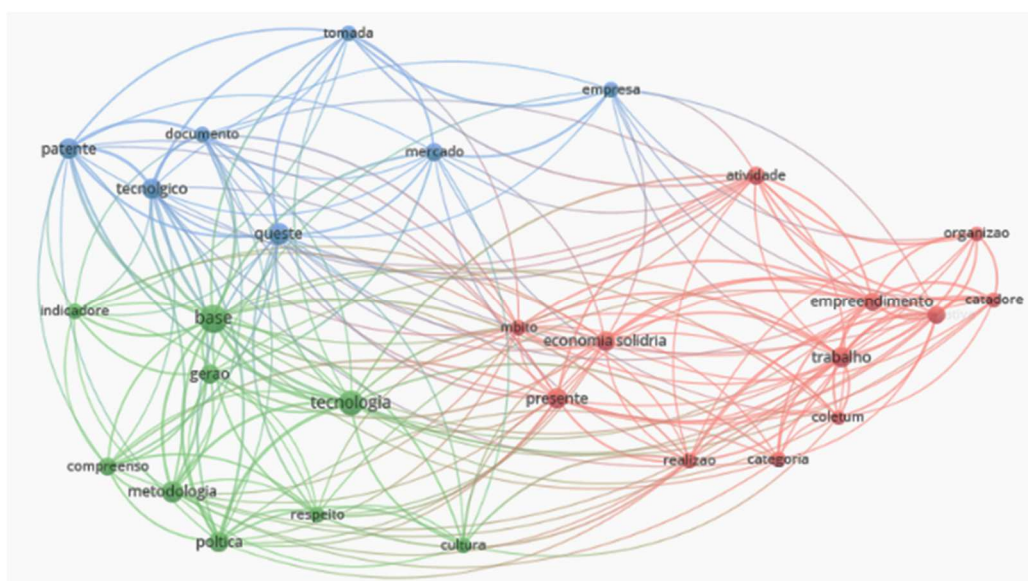
Os primeiros resultados identificaram 93 teses e dissertações que atenderam ao que fora anteriormente especificado (68 dissertações e 25 teses). Verifica-se que a contribuição de estudos *stricto sensu* que correlacionem as áreas ainda é escassa.

A análise bibliométrica foi desenvolvida por meio do *software VOSviewer* para a função de mineração de texto, a fim de construir e visualizar as coocorrências de termos relacionados à economia e ao campo CTS, que foram extraídos dos resumos das 49 produções identificadas.

Sendo as correlações possíveis determinadas pelo *software* utilizado somente com o mínimo de três de ocorrências dos termos, após excluir as preposições e ligações, o programa selecionou 157 termos.

O mapa ilustrado (Figura 3) no tipo *network visualization* apresenta a rede de relação na qual os termos definidos pelo *VOSviewer* ficaram alocados, sendo definidos em três *clusters*.

Figura 3: Rede de relação entre os segmentos da pesquisa



Fonte: Elaboração própria, com uso do *software Vosviewer*.

Na Figura 4, o termo “Economia Solidária” é a única referência sobre economia existente nos resumos extraídos, tendo ligação com outros 20, demonstrando que as pesquisas optam por uma economia de caráter disruptivo.

4, já que são frutos de pesquisas relacionadas ao campo social, que também está intrinsecamente imbuído na economia.

Ao refinar a busca destes resultados com foco no termo “Economia Solidária”, foram identificadas apenas cinco pesquisas com este conteúdo, sendo que somente uma teve como objeto de estudo os bancos comunitários⁶, investigando as relações de parcerias para mitigar as dificuldades vividas pelos BCDs.

⁶ O único estudo identificado foi elaborado por Nayana Frizon, com defesa em 2015, intitulado “Bancos comunitários de desenvolvimento: identificação de relações estratégicas de parceria”, que pode ser acessado pelos *links* https://btdt.ibict.br/vufind/Record/SCAR_51553ebce1f4f1a8381d9d2b481d6cc6 na BDTD e <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1150> no Repositório Institucional da UFSCar.

4. MICROFINANÇAS POTENCIALIZADAS PELA RENOVAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS

Ao longo de séculos, as finanças têm sido o principal modo de averiguar a exclusão social pela falta da democratização do acesso financeiro. Conhecer, estudar e debater novas perspectivas são um modo de promover a revisão dos processos de concentração, indicando as novas possibilidades e as inovações surgidas a partir da ação comunitária, proporcionando a ciência a partir dos agentes do território, bem como sua instrumentalização, possibilitando o acesso e, por consequência, a democratização financeira.

4.1 O capitalismo financeiro resistido pela Tecnociência Solidária

Temos que rever, em particular, sob essa perspectiva, as atividades da pequena e média empresa, bem como do setor informal, que desempenham um papel fundamental como contrapeso das atividades das grandes corporações; a organização dos sistemas participativos da população, para que o cidadão possa efetivamente exercer a sua cidadania e influir sobre as suas condições concretas de vida no espaço local; a criação de uma nova cultura urbana que permita à população viver e não apenas se proteger e sobreviver (Dowbor, 2016, p.64).

O acesso democrático e inclusivo ao sistema financeiro ainda é um desafio!

De acordo com o BC (2021), 77% dos respondentes a uma pesquisa sobre acesso e utilização da tecnologia para os serviços financeiros pessoais informaram que possuem conta bancária. Logo, possuem acesso ao sistema financeiro. Ainda, aponta a correlação de possuir uma conta bancária ao nível de renda, à escolaridade e ao trabalho formal.

Quanto à renda, a pesquisa indica que, quando é elevada, também aumenta o número de pessoas que possuem conta, iniciando com 65% entre os que possuem rendimento de até dois salários-mínimos (SM), para 100% entre aqueles que possuem renda igual ou superior a 20 SM.

Em relação ao nível de escolaridade, 60% dos que possuem conta bancária indicaram não ter escolaridade, enquanto 100% entre os titulados com doutorado, por exemplo, possuem. Em relação ao vínculo empregatício, somente 55% dos desempregados possuem conta, mas 99% dos funcionários públicos disseram ser titulares.

Por fim, o relatório indica ser um desafio para o BC criar um ambiente que possibilite diminuir a parcela da população que não possui acesso aos serviços financeiros, cuja estratégia é a eletrônica dos instrumentos de pagamento.

Segundo Dymski e Isenberg (2010), uma pessoa não bancarizada é uma situação problemática, caso a pessoa esteja isolada do acesso aos serviços financeiros, principalmente aos possíveis serviços para uma família de baixa renda.

A ideia acerca das políticas de inclusão de agentes econômicos de baixa renda aos serviços financeiros deve-se ao fato de acreditar que tais possam estar sem acesso por serem empresários em surgimento, e poderiam gerar renda, caso estivessem providos de incentivos financeiros.

Logo, as políticas públicas devem possibilitar a oferta e, conseqüentemente, o acesso às microfinanças, como uma forma de dar suporte aos empreendedores. Outra perspectiva é a de que agentes financeiros que operam livremente possam realizar lucros por meio da oferta de serviços de forma mais eficiente do que o governo, sob a argumentação de que a livre entrada neste mercado garanta juros competitivos, conforme já participado pelo Banco Mundial:

(...) o aumento do acesso financeiro poderia ser promovido por fortes e abrangentes políticas macroeconômicas e do setor financeiro. Além disso, o Governo poderia e deveria responsabilizar-se por reformas regulatórias para capacitar os mercados financeiros a funcionar mais facilmente, e por políticas com objetivo de melhorar o acesso. Tais políticas deveriam ser dirigidas de forma a permitir os grupos excluídos participarem eficientemente dos mercados financeiros. Isto poderia dirigir o foco em direção a uma revisão dos incentivos em vez de programas especiais de finanças pública (Kumar, 2004, n.p.).

Pessoas e empreendimentos não bancarizados estão sujeitos à exclusão financeira, principalmente pelo fato de o sistema bancário – imbuído da tecnociência capitalista – ter falhado ou ao não ter manifestado interesse em ofertar serviços financeiros a preços competitivos.

Conforme afirma Neder (2013), acerca da perspectiva de Freenberg, o conhecimento científico e tecnológico que é empregado na atualidade não proporciona o desenvolvimento socioeconômico. Para que isto ocorra, a tecnociência precisará estar imbuída de valores e princípios que neguem o *status quo* mantido pelo capital financeiro e, somente assim, se logrará o êxito da chamada “Ciência e Tecnologia para a Cidadania”. Utópico!

4.2 A profanação da tecnociência capitalista

A sociedade é o foco do fetiche da mercadoria⁷, pois “os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital” (Marx, 2011, p. 34).

Em sequência a este raciocínio, Agamben (2009) analisa que os dispositivos influenciam nas decisões do indivíduo, provocando a relativa redução das relações deste para com a sociedade, decorrente do anelo atendido pelo dispositivo. Também, em outra oportunidade, afirma que “não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo” (Agamben, 2005, p. 13). O mesmo autor define o conceito de dispositivo na contemporaneidade como sendo:

(...) um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, lingüístico e não-lingüístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos (Agamben, 2005, p. 9).

Após a captura do indivíduo pelo fetiche dos dispositivos contemporâneos, o resgate deste exige um processo de contraposição ao que Agamben chama de “profanação”.

Dogmatizada na doutrina econômica capitalista, a tecnociência soa como um cântico suave aos ouvidos de um deus maior, idolatrado pelos indivíduos atingidos pelos fetiches de tais dispositivos, sendo este o deus-mercado. Esta relação do conceito de dispositivo com o sagrado pode ser evidenciada pelo que o mesmo autor relata:

O termo latino *dispositio*, do qual deriva o nosso termo ‘dispositivo’, vem, portanto, para assumir em si toda a complexa e esfera semântica da *oikonomia* teológica. Os dispositivos, dos quais fala Foucault, estão de algum modo conectados a esta herança teológica, podem ser de algum modo reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou a essência e o modo em que ele administra e governa as criaturas (Agamben, 2005, p. 12).

O mercado, sobretudo o financeiro, consolidou-se como uma divindade pós-moderna, impassível de questionamentos, logo, um deus idolatrado por meio da oferta de

⁷ Conceito elaborado por Marx (1996) de que, no sistema capitalista, as mercadorias ocultam as relações sociais de exploração do trabalho, o que ocorre devido à obtenção do lucro pelos detentores dos meios de produção.

seus dispositivos financeiros como a prova de bondade para com o seu público, neste caso, os consumidores.

Mais enfaticamente nos últimos dois séculos, o mercado se colocou acima dos aspectos sobrenaturais, vindo a ser, desde então, o fator *sine qua non* para a razão da existência humana (e ainda será por um bom tempo), perceptível pelas transformações decorrentes do crescimento de uma economia com impacto na qualidade da vida social por meio do consumo, quando comparada aos tempos anteriores ao seu surgimento.

Portanto, vê-se a necessidade de alforriar a tecnociência deste deus-mercado, o que exige o ato de profanação, que é uma ação contra o dispositivo, pois a ciência como construção social será produzida pelos e para o público do território, restituindo, assim, a tecnociência para o uso comum (Agamben, 2009). A tecnociência por meio dos bens tangíveis e intangíveis é considerada como sendo sagrada e pertencente ao deus-mercado, logo, não é possível que toda a sociedade a possua e usufrua desta. Nessa perspectiva, transgredir este preceito resultaria em restituir à propriedade dos humanos, portanto, um ato de profanação.

Como se estivessem a tergiversar sobre o tema da tecnociência, os economistas clássicos contemporâneos permeiam o caminho de que a tecnociência está contida – logo, submissa – na economia do conhecimento, sob o argumento de que se trata de um novo campo de estudos da cadeia produtiva convencional e o seu potencial para a geração de riqueza, evidenciando a propriedade intelectual, bem como a relação entre a arte e a tecnologia (Serra; Fernandez, 2015).

Ante a esta situação, tal qual uma dominação religiosa pelo deus-mercado, obsta-se afirmar que o “bem cultural é um bem social irredutível, cujos benefícios não podem ser atribuídos a indivíduos precisos” (Benhamou, 2007, p. 154).

Nisto, em uma perspectiva solidária, a CE transcende as questões de técnicas do mercado, o que coaduna as esferas econômicas e políticas, visto que as construções sociais englobam tais esferas (Laville, 2017).

O conceito da economia social e solidária explica e distingue esta da economia de mercado. O conceito “social” refere-se às formas de integração social das relações econômicas, enquanto o termo “solidário” à organização social que, por intermédio da atividade econômica, objetiva o desenvolvimento econômico coletivo e sustentável (Coraggio, 2017). Logo, tais conceitos demonstram a ação contrária ao que atende ao deus-mercado.

Coraggio (2017) ainda apresenta os conceitos dos quais são investidos a ECOSOL, o que é demonstrado ao analisar seus princípios básicos, que são:

- Trabalho digno para os trabalhadores e trabalhadoras com acesso aos meios de produção e com inclusão de todas as formas de conhecimento.
- Sem exploração do trabalho alheio por quaisquer características (social, étnico, de gênero ou geracional).
- Responsabilidade social no processo produtivo.

Estes princípios, quando levados à comunidade excluída do processo econômico, remetem ao ato de profanação da economia convencional, pois a prática solidária da economia suplanta a lógica racional cotidiana.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (Singer, 2002, p. 10).

Na ECOSOL, a comunidade é colocada no centro das decisões, sendo, concomitantemente, a que delibera sobre as ações coletivas e, portanto, uma ação planificadora econômica.

Portanto, a ECOSOL se consolida como uma estratégia de profanação da lógica econômica liberal, pela defesa da apropriação coletiva e democrática da tecnociência. Em relação à abstração acerca da tecnociência, segundo Dagnino (2019), esta deflui da ação intelectual de um ator social na modificação de um produto ou serviço gerado sob o seu controle, que poderá ser apropriado conforme o interesse em que se enquadra.

Sob a égide capitalista, toda a ação cognitiva que resulta em um processo de trabalho passível de apropriação pelo deus-mercado, cujo contexto socioeconômico lança a tecnociência à propriedade privada. Embora seja gestada por trabalhadores e trabalhadoras, tal é desapropriada destes pelo acordo social do mercado de trabalho,

apoiado pela estrutura reforçada pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)⁸, os quais infundem a construção perpétua de apropriação da tecnociência pelo capitalista.

De forma antagônica, a tecnociência solidária permeia a mesma decorrência cognitiva, que resulta em um processo de trabalho da ação coletiva de trabalhadores e trabalhadoras. A diferença está no contexto socioeconômico, que está embasado na propriedade coletiva dos meios de produção, também estabelecido em um acordo social baseado no associativismo, de controle autogestionário e cooperativo, portanto, de apropriação coletiva da tecnociência.

A tecnociência solidária resulta na organização intelectual de um grupo de fazedores/produtores, que agem em um processo de trabalho motivado por um contexto socioeconômico local, possibilitando a propriedade coletiva e compartilhada dos meios de produção, resultando em uma AST, que decorre de um acordo social que articula o associativismo.

É por meio desse trabalho colaborativo e autogerido que se produz uma transformação no produto ou serviço gerados, em que a materialização do resultado seja apropriada conforme a intenção de conscientização, mobilização, participação e empoderamento dos movimentos populares e da ação pública, a fim de promover a geração de conhecimento para a produção de bens e serviços que promovam a sustentabilidade dos empreendimentos solidários que emergem na economia capitalista periférica brasileira.

4.3 As microfinanças sob a perspectiva das finanças solidárias

No Brasil, a exclusão social perpassa pela ausência de acesso ao sistema financeiro para o desenvolvimento de atividades profissionais e de subsistência.

De acordo com o *Global Findex Database 2021*⁹, o Brasil configura entre os países com maior taxa de crescimento na titularidade de contas bancárias, crescendo aproximadamente 15%, sendo que, na totalidade, a titularidade de contas entre os adultos mais ricos era de 85% em 2021, em comparação a 82% entre os adultos mais pobres. Porém, apesar da evolução na quantidade, a disparidade, quando analisada sob a

⁸ Althusser (1985) define que as instituições como a igreja, escolas, núcleo familiar, entre outros, servem como reprodutores de uma ideologia da classe dominante, servindo como AIE.

⁹ Pesquisa realizada pelo Banco Mundial, elaborada por meio de entrevistas com 150 mil pessoas, em 140 países, sobre a evolução da inclusão financeira, que usa os indicadores de posse de conta, pagamentos, poupança, empréstimo e gerenciamento de risco.

perspectiva do acesso conforme o gênero, o mesmo estudo aponta que as mulheres têm 31% mais probabilidade do que homens de ficarem sem conta bancária, ao dizerem que precisariam de acesso ao crédito. Portanto, além da condição socioeconômica, a exclusão é por gênero, também neste segmento (Demirgüç-Kunt, et. al., 2022, n.p.).

As razões pelas quais uma grande parte da população (30%) ainda permaneça desbancarizada, segundo o mesmo estudo, se devem à escassez monetária, afirmação participada por 57,8% da população sem acesso ao sistema financeiro. Outra informação relevante desta pesquisa é a de que 25% dos pesquisados apontam a falta de confiança no sistema financeiro, o que é reforçado pelo fato de que 60% das pessoas desbancarizadas possuem acesso à internet e celulares, logo, a tecnologia de comunicação não é um fator privativo do acesso ao sistema.

Tais disparidades ocorrem, dentre outros motivos, pela assimetria informacional, que consiste no fenômeno que afeta as negociações, tornando-as ineficientes, uma vez que afeta o equilíbrio entre os ofertantes e demandantes, sendo uma oportunidade para a obtenção de maiores resultados financeiros na relação de demanda e oferta (Grossman; Stiglitz, 1980); (Aldrichi, 2006). Isso desencadeia o problema de seleção adversa¹⁰, pois faz com que o agente financiador insira os custos inerentes ao risco do negócio, elevando os juros e as taxas administrativas.

A assimetria das informações ocasiona um desvio da eficiência de mercado, sobretudo para o consumidor do bem/serviço, indicando a existência dos arranjos institucionais na sociedade.

Rockenmeyer e Vieira (2018) afirma que o mercado de crédito é um dos segmentos econômicos caracterizados pela assimetria informacional, pois os tomadores de crédito de baixa qualidade (aqueles com maior probabilidade de inadimplência) estão mais propensos a demandarem crédito, cujo perfil provoca a elevação da taxa de juros e a oferta de crédito de baixa qualidade para o consumidor (juros altos, aquisição induzida de outros produtos financeiros etc.), caracterizando a seleção adversa e, por consequência, provocando desequilíbrios econômicos.

Diante desta situação, a população de baixa renda tende a contrair crédito em forma de empréstimo (dinheiro) ou de crédito parcelado (crediário, cartão de crédito etc.) (Brusky; Fortuna, 2002), os quais possuem, respectivamente, taxas de juros anuais

¹⁰ A seleção adversa consiste em um tipo de falha de mercado, provocada pelas informações assimétricas, que ocorre quando os produtos e serviços são ofertados de forma que se eleve a oferta de produtos/serviços de baixa qualidade e reduza a venda daqueles de alta qualidade.

acumuladas, entre junho de 2020 a junho de 2021, de 46,07% (empréstimo pessoal bancos) e 73,31% (juros do comércio)¹¹, sendo consideravelmente superior à taxa básica de juros, definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) em 5,25% em junho de 2021.

Embora proporcione uma distorção da equidade econômica, esta seleção adversa possibilita a maximização do lucro do segmento financeiro. Assim, o fortalecimento de tecnologias financeiras para a oferta de empréstimos em pequenas quantias financeiras para a população de baixa renda fortalece a expansão das microfinanças.

Contudo, o estímulo ao mercado de crédito por parte da população de baixa renda como forma de mitigar a pobreza se caracteriza como uma adequação neoliberal do sistema financeiro diante de um mercado atomizado, que proporciona ganhos no curto prazo. Já a médio e longo prazos, a mera oferta de concessão de crédito de baixo valor pode se revelar ilusória, adversa ao desenvolvimento e com potenciais impactos negativos para a economia local, podendo comprometer a implementação de “estratégias maiores de desenvolvimento econômico e social sustentável, podendo constituir até mesmo uma nova forma de ‘armadilha da pobreza’ (poverty trap)” (Bateman; Chang, 2009, p. 2).

Logo, a implementação de estratégias de microfinanças que estejam esvaziadas do caráter solidário e comunitário tende ao esvaziamento de apoio, pois reforça suas convicções em empreendimentos individualizados e de caráter concorrencial.

Considerando o exposto acima, a estratégia de microfinanças esvaziada de uma articulação de redes de cooperação econômica no território, como forma de combater a pobreza por meio do acesso ao crédito, se mostra ineficiente quanto aos resultados de médio e longo prazos.

A promoção de arranjos financeiros alternativos, que sejam articulados sob os preceitos da ECOSOL, tendo o associativismo e a autogestão como bases fundamentais, podem assumir um relativo grau de enraizamento local, logo, definido como finanças solidárias (Silva, 2017).

França Filho (2008) expõe a proposição de combinar lógicas econômicas diversas, dentre as quais explana acerca da economia não monetária:

¹¹ Dados obtidos na Pesquisa de Juros da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) – Evolução das taxas mensais de juros/Pessoa Física. Disponível em <https://www.anefac.org/pesquisa-de-juros>.

(...) é um tipo de relação de troca orientada, principalmente, segundo a lógica da dádiva, tal como descrita por M. Mauss (2001). A dádiva compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Nesse tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal, e o objetivo da circulação dos bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais. A lógica da dádiva obedece, assim, a um tipo de determinação social específica, pois, ao mesmo tempo livre e obrigada, a dádiva é essencialmente paradoxal (França Filho, 2008, p. 226).

A relação híbrida destacada acima, que propõe coadunar o princípio econômico do mercado regulado ao princípio da reciprocidade, transcende a satisfação hedonista das necessidades, em prol dos laços sociais. Desse modo, insta-se o fato de a ECOSOL ser uma prática processual e gradual de adaptação parcimoniosa, possibilitando as alterações de ordens política, social e econômica, logo, uma reforma na economia, compreendida como estratégia, pela qual se atinge o processo de evolução, sobretudo quando ocorre de forma parcimoniosa, a julgar por ser a sociedade problemática, portanto, o objeto de transformação (Retamiro; Vieira, 2017).

O documento de conclusão do Projeto de Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local (Instituto Cidadania, 2006), apresentou 15 propostas para recapitalizar as comunidades, mediante um maior volume de recursos com juros baixos, maior capilaridade, simplicidade de acesso, de forma desburocratizada e com garantias flexíveis, aliadas à capacitação de agentes de crédito.

Dentre as propostas, destaca-se a de elevar o volume de crédito disponível para o “circuito inferior” da economia, ou seja, para as atividades econômicas de pequena escala (pequenos comércios e demais atividades de serviços voltadas para o mercado local e a população com menor mobilidade social), de forma a reverter o processo de descapitalização destes territórios.

Somente a disponibilização de crédito no território não é suficiente. Considerando a necessidade de capacitação de lideranças comunitárias e demais formas de acesso na medida, para generalizar as iniciativas de organização da demanda nas comunidades, a oferta financeira popular, por si só, não garante o desenvolvimento socioeconômico.

Outra proposta consiste em ofertar um cofinanciamento aos municípios que tenham como política pública lançar projetos de desenvolvimento local, a fim de constituir a alavancagem, promovendo a articulação entre iniciativas das diversas esferas de governo.

De último destaque das diversas propostas, está a de fixar uma porcentagem de reinvestimento local das poupanças, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos da América, que embora apregoe a extrema liberdade econômica, especialmente a financeira, criou a *Community Reinvestment Act* (CRA) (Lei de Reinvestimento Comunitário), que obriga as agências bancárias a reapplicarem boa parte dos recursos captados na própria comunidade. Assim, adequa-se à realidade dos territórios brasileiros, assegurando os mecanismos de incentivo que priorizem investimentos produtivos locais relativamente às aplicações financeiras.

Compreendida a necessidade de ser uma alternativa financeira que atenda a demanda social da comunidade, sem perder a compreensão de estar inserida em um sistema de mercado, as finanças solidárias fundamentam em seus pressupostos, conforme destaca Silva (2017):

- I. Não possuem finalidade lucrativa, haja vista ser um arranjo financeiro alternativo à estratégia das microfinanças do mercado financeiro convencional.
- II. O propósito econômico é inerente à finalidade social, como, por exemplo, combater a pobreza no território.
- III. Prioriza as relações de proximidade, ciente da existência de um universo moral e de vínculos sociais.
- IV. Emprenha-se enquanto iniciativa de democracia econômica.

Com base nos pressupostos acima explanados, as práticas das finanças solidárias se colocam para além da mera e esvaziada oferta de microcrédito para fins de investimento produtivo ao molde capitalista concorrencial. Tais premissas possuem vistas às demandas territoriais de forma estruturada e contextualizada, metamorfoseando-se para atender à realidade de cada momento do contexto local, com base em sua realidade socioeconômica.

Nessa perspectiva, o acesso ao crédito deixa de ser somente uma ferramenta de dinâmica econômica para, também, ser identificado como uma ação democrática no âmbito financeiro, logo, um direito.

As Finanças Solidárias referem-se a um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas. (...) Nesse sentido, as finanças solidárias distinguem-se do sistema financeiro convencional pelas regras de acesso e funcionamento qualitativamente diferenciadas que são definidas solidariamente pelas comunidades ou conjunto de associados. Sem exigências de garantias prévias em bens, busca fortalecer e reproduzir relações de confiança com base na reciprocidade e na proximidade dos participantes dessas iniciativas. (Brasil, 2013, n.p.).

Além de um direito, o Termo de Referência da Política Nacional de Economia Solidária expressa, de forma transparente, que as finanças solidárias constituem uma forma de democratizar o acesso ao crédito, por meio da autogestão entre os agentes participantes do território. Ademais, se contrapõe ao sistema financeiro convencional quanto ao processo de avaliação de crédito e pela adoção do *score* pessoal, quando a avaliação de concessão de microcrédito exime o tomador das garantias convencionais.

Outrossim, para além da concessão do crédito, ao longo de sua trajetória, as finanças solidárias articulam as inovações econômicas ajustadas às realidades do seu público-alvo, com o objetivo de sanar os problemas sociais com práticas de baixo custo e de fácil operação, logo, de relativa facilidade de implementação.

Dessa forma, busca-se o impacto social no território, de caráter não discriminatório e orientado para o mercado interno de massa, caracterizando-se pela práxis liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto, sendo, assim, capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas (Dagnino, 2014). Logo, trata-se de uma tecnociência solidária.

Isto posto, a implementação de uma tecnociência solidária financeira possui, em seu bojo, ações que ultrapassam a oferta de linhas de microcrédito. Tais inovações promovem a criação e a implementação de um sistema de dinâmica econômica sob a perspectiva socioterritorial das finanças solidárias, a fim de assegurar o acesso aos serviços financeiros de forma adequada, buscando a valorização do capital social humano.

Para tanto, a adoção dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) são práticas sociais que associam o financiamento de iniciativas produtivas de caráter comunitários e organização (Silva, 2017) popular, por intermédio do apoio financeiro para os empreendimentos situados no território sob as condições e os contextos histórico-culturais nos quais se encontram.

Sob a conjectura de que os beneficiários de um determinado FRS possuam ativos mensuráveis em valor financeiro, o que lhe pode servir como garantia de uma eventual tomada de recursos financeiros na forma de empréstimo que, ao final do prazo pré-acordado, venha servir de capital para outro tomador. Este giro entre em um grupo de empreendedores proporciona a geração de um fundo, cujas alocações dos recursos são destinadas sob uma decisão conjunta da comunidade integrante, ou por um comitê gestor devidamente designado para tal função.

Ao ser gerido de forma autogestionária pela comunidade integrante da constituição do FRS, resulta no exercício da solidariedade, devido à mobilização e valorização social da produção e poupança comunitária, conferindo uma nova perspectiva de coletividade, mantendo as características socioterritoriais e, concomitantemente, receptiva à inserção de novos agentes investidores, que demonstrem o interesse de construir e ampliar o projeto, mas respeitando as características das finanças solidárias (Rocha; Costa, 2005).

Esta forma de organização busca romper com a estrutural dependência de grandes conglomerados financeiros capitalistas para a obtenção de crédito e das ações de programas governamentais que reforçam a dependência sistema, conforme expressa Dowbor:

Não é com *vouchers à la Ronald Reagan* que se democratiza o acesso, e sim por meio de políticas locais de desenvolvimento, no quadro do empoderamento efetivo das comunidades. Os exemplos dos países nórdicos (ver *Viking Economics*, de George Lakey), na China (*China's Economy*, de Arthur Kroeber), da Alemanha (ver o sistema *Sparkassen*) e outras experiências que encontramos em *The Public Bank Solution*, de Ellen Brown, mostram o imenso potencial racionalizador de gestão que a descentralização do poder de decisão e dos recursos correspondentes permite (Dowbor, 2020, p. 173).

Por isso, assegurar o acesso aos serviços financeiros sob a perspectiva socioterritorial, por meio da ação coletiva autogestionária, se torna um fator *sine qua non* para o desenvolvimento socioeconômico local.

Portanto, a dinâmica financeira em territórios caracterizados pela vulnerabilidade socioeconômica denota o comportamento social de como os indivíduos tomam as suas decisões de escolha (*trade-off*). A democratização do acesso às práticas de crédito devidamente controladas e periodicamente avaliadas para serem adequadas à realidade territorial se mostra fundamental para a viabilização de projetos de desenvolvimento local, que garantam a reprodução social das famílias (Silva, 2017).

Diante da ausência de políticas públicas de caráter inovador que atendam às novas demandas sociais e econômicas, um novo conceito de inclusão, por meio da geração de trabalho e renda, tem se destacado nas economias locais, que são os BCDs, que transcendem a mera oferta de microcrédito, já que atuam no empoderamento da sociedade pelo território e suas riquezas.

4.4 Bancos Comunitários como expressão da Adequação Sociotécnica para as finanças solidárias

Diante do bojo de ação abarcado pelo campo CTS, a ciência empregada à tecnologia – quanto ao *techné* –, com foco em beneficiar a sociedade, se faz uma característica ao objeto de estudo desta pesquisa.

Conforme participado no epílogo da seção anterior, a tecnociência solidária atua no processo inversamente proporcional à tecnociência capitalista, pois possui a característica de propor a sustentabilidade econômica aos empreendimentos autogestionários, proporcionando a criatividade do produtor local com foco no mercado interno de massa, com a gestão horizontalizada e adaptada às características socioeconômicas da territorialidade (Dagnino, 2014).

Bava (2004), enquanto expressava acerca da tecnologia social, corrobora com a perspectiva de que esta possui métodos e técnicas que atendem além dos aspectos operacionais produtivos, considerando que possibilita o processo de empoderamento da comunidade por meio das representações coletivas, requerendo o posicionamento nos espaços públicos, com o intuito de propor alternativas de desenvolvimento, por meio de experiências inovadoras, com foco no atendimento da população e pela distribuição de renda.

Decorrente desta ação de empoderamento, a tecnociência solidária galga espaço para ser pauta no meio das políticas públicas, por reconhecer o *“papel protagonista da sociedade civil e dos atores locais nas etapas da elaboração e implementação de uma política”* (Costa; Dias, 2013, p. 224), possibilitando a construção de novos arranjos para a elaboração de políticas para o estabelecimento de alianças entre o poder público e a sociedade civil.

Também conforme mencionado anteriormente, a CE é definida como a que estuda a alocação dos fatores de produção, incluindo a tecnologia, que consiste no ofício por meio da associação dos três fatores de produção, logo, a *techné* objetiva “a solução dos

problemas práticos, em servir de guia para os homens na sua luta para melhorar e aperfeiçoar a sobrevivência” (Oliveira, 2008, p. 4).

Outro aspecto a ser abordado na presente pesquisa é o conceito de sustentabilidade em suas diferentes dimensões, sendo: (i) a social, a qual se consolida pelos processos a equidade na distribuição de bens e renda, com o intuito de proporcionar qualidade de vida e redução das disparidades socioeconômicas; (ii) a econômica, cuja alocação e gestão dos recursos produtivos sejam eficientes e possibilitem a redução das diferenças; (iii) a cultural, identificada pelo respeito à pluralidade do saber acadêmico e popular para sanar questões adequadas para o território; e (iv) a política institucional, que objetiva consolidar os processos democráticos e regular a alocação de recursos para o desenvolvimento, a fim de que garanta à sociedade o direito de usufruir das diversas dimensões da sustentabilidade (Retamiro; Silva; Vieira, 2013).

Diante da necessidade de popularização das tecnologias, reforçando que estas na abrangência do campo CTS consistem no ofício, a ECOSOL é a principal ação que embasará os estudos deste trabalho, pois vem ampliando o seu espaço e visibilidade nos últimos 20 anos, sobretudo no período recente, agravado pela crise social e econômica decorrente da pandemia de COVID-19. Ademais, a ECOSOL é analisada como “um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social” (França Filho, 2008, p. 156).

Perpassando por uma análise conceitual, o conhecimento sobre o tema possibilita a análise crítica acerca da ação econômica no território para a revisão do processo econômico convencional, a fim de reforçar o embasamento teórico do assunto e a (re)construção societal (Carvalho; Shimbo; Zanin, 2017).

Dessa forma, debater a ECOSOL leva a uma discussão contextual decorrente dos temas de crise do trabalho, combate à pobreza, desigualdade social, inclusão das diversidades e as dimensões da sustentabilidade. Neste âmbito, é possível compreender a ECOSOL e vislumbrá-la nas práticas das unidades de ações territoriais, percebendo a sua dinâmica, como um instrumento factível para a geração de trabalho e renda, que promove o desenvolvimento socioeconômico em territórios caracterizados pela vulnerabilidade social.

Dentre as ferramentas que possibilitam a ação da ECOSOL nos territórios socialmente vulneráveis, estão os BCDs, geridos pelos agentes das comunidades, que objetivam promover a identificação das riquezas humanas e naturais dos territórios.

Na perspectiva de França Filho e Silva Jr. (2009), os BCDs representam “uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”. Logo, as ações e o modo de funcionamento destes impõem no território a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores, amparada pela ECOSOL, para o fortalecimento da economia local (Rigo, 2014). Por conseguinte, articulam as suas potencialidades, averiguam os seus desafios enquanto estratégia de organização socioeconômica junto a populações mais empobrecidas.

Com destaque na melhoria das condições de qualidade de vida do território no qual se localiza, a gestão do banco comunitário é realizada de forma autogestionária, ou seja, pela própria comunidade. O apoio financeiro do microcrédito pode se dar por meio de crédito na moeda soberana nacional (real), ou pela moeda local. Desta forma, os bancos comunitários se distinguem dos demais bancos convencionais e de determinadas cooperativas de crédito, devido aos seguintes aspectos: (i) a gestão ser realizada pela própria comunidade, o que confere um grau de confiabilidade quanto ao direcionamento de responsabilidade e necessidade do crédito; (ii) sua política de juros é condizente com a realidade social e econômica dos agentes que integram o território, o que resulta na geração de trabalho e renda, por meio da implementação de novos negócios; (iii) o destaque do controle social e econômico nas relações de concessão e cobrança; e (iv) a criação de instrumentos de comercialização existentes no mercado, mas caracterizados pelo território (cartões de crédito da moeda local, moeda social e, em alguns casos, as moedas virtuais), o que confere a caracterização das redes de economia local reconhecidas pelos comerciantes, produtores e consumidores.

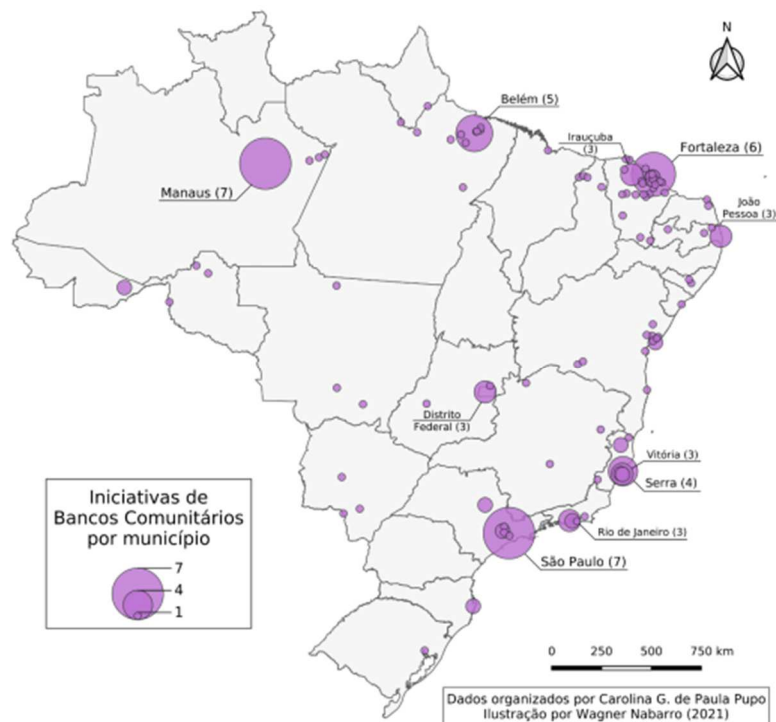
Assim, corroboram com este diagnóstico Frizon, Carvalho e Zanin (2015):

BCDs disponibilizam serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de reorganizar suas economias locais, apoiando o desenvolvimento econômico e social nos territórios em que se localizam (Frizon; Carvalho; Zanin, 2015, p. 705).

Diante dos reflexos positivos obtidos por esta experiência, ocorreu a disseminação dos BCDs, tanto que, em 2006, a SENAES assinou um convênio com o Instituto Palmas, com o intuito de replicar esta ação para âmbito nacional, inclusive com o apoio de outros órgãos públicos, tais como governos estaduais e, especialmente, o BNDES.

Pupo (2022) relata que os BCDs têm adquirido capilaridade no território brasileiro, sendo 148 presentes em 25 unidades federativas, sediadas principalmente em áreas periféricas do país, ou em locais caracterizados pela vulnerabilidade das metrópoles, o que denota que estes são instrumentos que atuam mediante baixos volumes de tecnologia e capital.

Figura 6: Topologia dos Bancos Comunitários - Brasil (2021)



Fonte: Pupo, 2022, p. 5.

Reiterando que a ciência não possui neutralidade, já que reflete os interesses e valores das pessoas, logo, é uma construção social. Sendo um grupo social que estabelece uma ciência e uma tecnologia que, após efetivada em um aparato tecnológico (criação de um novo processo de trabalho ou equipamento), esta retorne para a sociedade que o criou, promovendo o impacto pelo conhecimento, indicando ser um ato de construção de um novo tipo de relações sociais de produção e, por fim, resultando em uma AST.

A AST se trata do resultado da ciência necessária, engajada e aplicada pelos atores locais, por meio do reprojeto do conhecimento tecnocientífico, agregado com equipamentos e insumos em formas de organização da produção coletiva, revelando-se uma ciência participativa, conforme corrobora abaixo:

Dado que é uma construção social, ela pode ser reprojetaada mediante a politização e internalização de valores e interesses alternativos, e a observância de preceitos de pluralidade, controle democrático interno e a priori, nas instituições onde costuma ser produzida. A Adequação Sociotécnica tem como condição adicional a incorporação, a este processo de reprojetoamento, dos atores sociais diretamente interessados em contar com um conhecimento para a produção de bens e serviços coerente com seus valores e interesses (Dagnino, 2019, p. 49).

A difusão da tecnociência solidária promove a AST, o que incentiva a interação democrática das relações de produção dos atores do território e dos produtos, técnicas e metodologias da tecnologia (Ogiboski, 2012).

Ademais, Dagnino (2019) destaca expressões que possibilitam identificar uma tecnociência solidária, com base na sua afirmação quanto ao “modo (1) como conhecimentos (2) devem (3) ser empregados (4) visando à produção (5) e ao consumo de bens e serviços (6) em redes de economia solidária (7), respeitando seus valores e interesses (8), para satisfazer necessidades (9) coletivas (10)” (Dagnino, 2019, p. 65).

Ao analisar o modo, enquanto AST, os BCDs operam de forma a atender a democratização do crédito, logo, de modo aberto, bem como adaptativo, conforme a cultura territorial no qual está situado, visto que possui uma operação específica, pois constitui-se de uma forma de construção coletiva e endógena.

Sendo objeto de estudo da comunidade científica, indica a abordagem interdisciplinar das diferentes áreas do saber, conjugando-as de forma a proporcionar a democratização e acesso à geração de riqueza local, promovendo as minorias sociais como o centro das tomadas de decisão e empoderando-as na identidade territorial, a fim de que os BCDs estejam inseridos e ativos nos processos de organização social e coletiva das comunidades, inclusive dos meios de produção, como instrumento fomentador da dinâmica econômica.

Em contraposição à tecnociência convencional financeira capitalista, os BCDs difundem o princípio das finanças solidárias, especialmente pelo emprego das moedas sociais, que são um instrumento fundamental para os BCDs, pois, por meio destas, trabalha-se a intermediação monetária e ofertas de microcrédito, que possibilitam o consumo produtivo e redes de ECOSOL, valorizando os aspectos do território (cultura, valores etc.) denotando se constituir em uma AST.

Ainda, os BCDs preenchem um hiato decorrente da falha de mercado no setor financeiro capitalista, ao promover o acesso dos desbancarizados às linhas de microcrédito. O desenvolvimento socioeconômico do território é um de seus objetivos

expressos mediante a dinamização econômica local, que proporcione condições para a geração de trabalho e renda, a fim de elevar a qualidade de vida de forma coletiva.

Como a identidade territorial é uma das formas para a difusão das riquezas locais e de reconhecimento como um espaço pertencente à comunidade, os BCDs, enquanto uma AST, servem como mecanismos financeiros locais, buscando reestruturar a economia do território. Isso reforça a estratégia de desenvolvimento endógeno, sendo o BCD a instrumentalização financeira por meio da moeda social como vetor catalisador para o desenvolvimento comunitário (Schroeder; Miyazaki; Fare, 2011).

Complementares e inerentes aos BCDs, as moedas sociais são uma estratégia inovadora para o fortalecimento econômico e da identidade do território (Freire, 2011). Além disto, as tecnologias sociais permeiam o campo das finanças e, por sua vez, os BCDs se consolidam como organizações locais, que integram o campo das finanças solidárias.

Sendo as finanças solidárias a atuação para atender os grupos que compõem também o escopo de instrumentos não financeiros, diante da pandemia de COVID-19, os instrumentos abarcados também permearão a referida pesquisa, denotando a sua participação e importância estratégica nas ações e potenciais pesquisas, para atenuar os impactos derivados da pandemia.

Pode-se, portanto, afirmar que o BCD se trata de uma AST, pois possui, em seus princípios, uma ação contra-hegemônica à tecnociência capitalista financeira, tendo em vista que profana a lógica das finanças capitalistas, desconstruindo-a da raiz e reconstruindo-se como tecnociência solidária no âmbito das operações financeiras, por ter a sua origem na organização, pensamento e estruturação populares.

Complementar a isso, os BCDs podem ser abarcados no conceito de empreendimento de economia de impacto, pois, de acordo com o Decreto nº 11.646 (D11646), anteriormente comentado, além de serem um empreendimento financeiro solidário passíveis de (i) receberem o apoio ao desenvolvimento com atuação na capacitação e na formação de empreendedores, bem como (ii) gerarem novos conhecimentos sobre a economia de impacto e atuarem na sua disseminação (Brasil, 2023).

Tal instrumento legal, o D11646, vai ao encontro da nona proposta do Projeto de Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, acerca de facilitar o financiamento a organizações da sociedade civil na prestação de serviços sociais, exigindo destas a mesma transparência de prestação de contas das empresas, promovendo

a criação de organizações sem fins lucrativos de intermediação financeira (Instituto Cidadania, 2006).

4.5 Bancos Comunitários: situação, contratempos e oportunidade

No Brasil, embora ainda existisse, em 2014, a estimativa de 19.708 empreendimentos que reúnem 1.423.631 associados, distribuídos em 2.804 municípios, que movimentam R\$ 12 bilhões/ano, a ideologia ultradireitista do atual governo ignorou seu valor econômico e social (Barrêto; Ceridono; Bueno, 2015).

As diferentes publicações e explanações acerca dos BCDs evidenciam estudos, principalmente após a crise financeira global de 2008 (Mourão; Retamiro, 2020), mas sem evidenciar a sua capacidade de autossustentabilidade financeira.

Verifica-se, portanto, que a dependência exclusiva de verbas públicas para a manutenção dos BCDs se caracteriza como um risco, devido à vulnerabilidade da perspectiva de financiamento a partir da gestão pública. Tal dependência provoca a vulnerabilidade destes instrumentos de finanças solidárias, que se demonstram cruciais para a dinamização da economia do território, promovendo a geração de trabalho e renda e, portanto, o combate direto à pobreza e fortalecimento das garantias sociais.

A alternância de programas de governo que sejam imbuídos de práticas neoliberais que objetivem os resultados quânticos de curto prazo, em detrimento dos benefícios qualitativos obtidos tanto no médio como no longo prazo, provocam a vulnerabilidade dos BCDs quanto à credibilidade junto às pessoas dos territórios em que atuam.

Como exemplo, após o golpe parlamentar de 2016, os apoios destinados aos BCDs foram consideravelmente reduzidos e, mesmo durante um período do governo de caráter mais progressista, o último repasse oriundo do BNDES para o Banco Palmas foi no ano de 2013, quando já era possível identificar sinais de alternância nas práticas econômicas do governo federal.

Portanto, estudar ações com o intuito de mitigar a dependência dos BCDs das diferentes esferas públicas em relação às finanças se torna necessário, para que tal instrumento de inclusão social e econômica não seja suplantado pelos mecanismos de serviços financeiros mais acessíveis, como, por exemplo, as *fintechs*, que não possuem identidade com os territórios vulneráveis. Faz-se, necessária, portanto, a inovação do processo de gestão e de sustentabilidade financeira.

Nessa perspectiva, o acesso ao crédito deixa de ser somente uma ferramenta de dinâmica econômica para, também, ser identificado como uma ação democrática no âmbito financeiro, logo, um direito.

As Finanças Solidárias referem-se a um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas. (...) Nesse sentido, as finanças solidárias distinguem-se do sistema financeiro convencional pelas regras de acesso e funcionamento qualitativamente diferenciadas que são definidas solidariamente pelas comunidades ou conjunto de associados. Sem exigências de garantias prévias em bens, busca fortalecer e reproduzir relações de confiança com base na reciprocidade e na proximidade dos participantes dessas iniciativas. (Brasil, 2013, n.p.).

Como os BCDs são instrumentos de acesso popular ao financiamento, tais se enquadram na Recomendação nº 17, de 29 de abril de 2016, a qual orientava que o BNDES e a extinta Senaes, do também extinto Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), por meio do acordo de cooperação firmado em 2013, realizassem ações para a criação de iniciativas estruturantes e estratégicas, a fim de disponibilizar recursos de caráter de investimento para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), dentre os quais, de fomento às finanças solidárias.

No Art. 4º da referida recomendação, designava-se estruturar um Fundo Social de Investimentos nas atividades da ECOSOL, com o intuito de desenvolver mecanismos de captação de recursos, tais como o retorno de financiamentos para investimentos em empreendimentos de ECOSOL (retorno parcial), bem como de outras fontes e parceiros públicos e privados.

Atentando para a possibilidade de inserir no contexto as parcerias de caráter privado, o que pode ser fortalecido pelo que expressa o § 4º, do mesmo artigo:

Possibilitar a estruturação ou adaptação de fundos garantidores já existentes para viabilizar as linhas de crédito para capital de giro, investimentos e constituição de cotas-parte envolvendo na parceria as cooperativas de crédito solidário (Brasil, 2016, n.p.).

É possível notar que há espaço para a proposição de novas formas de incentivo para a ação de finanças solidárias, principalmente pela modernização da oferta de microcrédito produtivo.

Sob o prisma do respectivo arcabouço, Freire (2011) expressa que a análise por meio da ciência jurídica deve considerar as contribuições de diversos campos de elaboração intelectual, a fim de ampliar os canais de abordagem dos fatos sociais, reforçando a apreciação crítica da realidade empírica, o que fortalece a capacidade de fruição de direitos. A autora ainda afirma que “a moeda ou os produtos substitutos da moeda podem assumir uma multiplicidade de formas jurídicas” (Freire, 2011, p. 47). Logo, as moedas sociais utilizadas nos BCDs se caracterizam como meio que pode assumir as funções da moeda, sendo meio de troca e unidade de medida¹².

Embora ainda não haja uma regulação específica para os BCDs, sendo a sua constituição jurídica uma organização de direito privado, sem fins lucrativos e com objetivos sociais, enquadram-se no § 9º, Art. 3º da Lei nº 9.790/99, o qual reza pela “experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito” (Brasil, 1999, n.p.).

Apesar dessas características, os BCDs ainda estão limitados quanto ao seu potencial. Ademais, embora o PLP 93/2007 venha a ter muita contribuição para ampliar os limites de atuação dos BCDs, estes ainda precisarão comprovar a sua sustentabilidade financeira.

O incentivo legal mais recente identificado ao relato desta pesquisa é datado de 16 de agosto de 2023, sendo o D11646, que institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto, o qual define em seu § 1º, no Art. 3º:

I - economia de impacto - modalidade econômica caracterizada pelo equilíbrio entre a busca de resultados financeiros e a promoção de soluções para problemas sociais e ambientais, por meio de empreendimentos com impacto socioambiental positivo, que permitam a regeneração, a restauração e a renovação dos recursos naturais e a inclusão de comunidades, e contribuam para um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo (Brasil, 2023, n.p.).

O referido Decreto tem a finalidade de articular os órgãos e entidades do governo federal, do setor privado e da sociedade civil, para possibilitar a oferta de capital pela mobilização de recursos públicos e privados destinados ao financiamento para a economia de impacto, bem como a adoção de instrumentos financeiros adequados às

¹² Há, ainda, uma terceira função da moeda, que é a reserva de valor; contudo, como os BCD têm, dentre os seus objetivos, a dinamização da atividade econômica local, o uso da moeda social como reserva de valor (poupança) incorreria na contradição dos objetivos dos BCD.

especificidades, por meio da geração de dados que possam dar visibilidade a tais negócios.

Ainda no § 4º do Art. 3º do mesmo Decreto, considera como organizações intermediárias as “instituições que ofereçam suporte aos negócios de impacto e que facilitem e apoiem a conexão entre a oferta por investidores, doadores e gestores, e a demanda de capital por negócios que gerem impacto socioambiental” (Brasil, 2023, n.p.).

Diante disso, procurar diagnosticar as condições atuais dos BCDs para saber se estes possuem uma gestão que possibilite formas de demonstrar segurança aos potenciais inversores financeiros é fundamental, o que será verificado por meio dos instrumentos de gestão financeira e o potencial de prospecção dos recursos.

Outro instrumento legal, mas ainda em fase de análise pelas comissões da Câmara dos Deputados, é o PLP 93/2007 (Câmara Dos Deputados, 2007), de autoria da Deputada Federal Luiza Erundina, que propõe a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, bem como o Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias e os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário; teve seus pareceres aprovados nas comissões, mas ainda aguarda o parecer da Comissão de Finanças e Tributação (CFT)¹³.

Tanto o D11646, como a eventual aprovação do PLP 93/2007, proporcionará a ampliação das práticas das finanças solidárias por intermédio dos BCDs¹⁴, possibilitando que os 15 serviços financeiros previstos no Art. 10º sejam prestados.

Dentre os serviços que, eventualmente, poderão ser realizados pelos BCDs, destacam-se a possibilidade de captar depósito à vista, depósito a prazo e poupança, operar títulos de capitalização e gerir carteiras de investimentos voltadas às iniciativas econômicas populares e solidárias.

A ampliação dos serviços financeiros dos BCDs possibilitará o atendimento das demandas por microcrédito sob as práticas das finanças solidárias. Porém, a sustentabilidade financeira do BCD dependerá dos índices comuns às instituições financeiras convencionais, uma vez que as ações de investimento a fundo perdido por parte dos bancos de fomento ou pelas transferências aos BCDs são vulneráveis ao

¹³ O PLP 93/2007 teve a sua última ação legislativa em 06 de junho de 2021, para análise pela CFT. Mais informações sobre o trâmite deste PLP estão disponíveis pelo [link https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=361065](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=361065).

¹⁴ No PLP 93/2007, os BCDs são denominados “Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário”, mas, no disposto no Art. 9º, é possível verificar que se trata do mesmo instrumento da prestação de serviços sob a perspectiva da finança solidária.

alinhamento da política macroeconômica que, em governos considerados liberais ou ultraliberais, dispensam a atenção para as práticas econômicas solidárias no primeiro momento, mas que poderão sucumbir sob a perspectiva das finanças solidárias após a concretização de avanços de transmutação legal no setor financeiro.

Assim, com o intuito de reduzir a dependência financeira dos BCDs das transferências de verbas públicas, quer seja pelo aporte de investimento a fundo perdido ou por contemplação de editais, é necessário que os BCDs estejam em condições financeiramente sustentáveis e devidamente comprováveis, a fim de que a captação de recursos seja realizada, proporcionando ao investidor financeiro solidário (decorrente da captação de depósitos à vista e a prazo) a transparência necessária para a aplicação em determinada carteira de investimento.

Dessa forma, caberá aos gestores dos BCDs providenciarem os demonstrativos financeiros (DFs) contábeis para a comprovação da solidez financeira, conforme dispõe o Art. 24 do PLP 93, bem como atender às demais normas já estabelecidas, ou que surgirem para o fim do propósito deste PLP, as quais costumam prezar pelo rigor fiscal e manutenção do setor financeiro, ainda que em detrimento do acesso das classes sociais de renda muito baixa ao sistema financeiro.

Além de atender as regulamentações plausíveis, os BCDs ainda terão a necessidade de atender aos interesses dos potenciais investidores, que poderão preferir aplicar em determinada carteira de produtos financeiros em um BCD que atenda à sua expectativa territorial, tal como optar por investir no território onde reside, além de atender ao que expressa o Art. 17 e ao disposto no §1º, haja vista que, por ser o BCD uma AST voltada para o combate à pobreza por meio da geração de trabalho e renda em determinado território, o investidor poderá ter a opção de realizar a aplicação.

Captar recursos financeiros, gerir carteira de investimentos ou operar títulos de capitalização significa trabalhar com recursos de terceiros que servirão para ofertar microcrédito nos respectivos territórios de atuação dos BCDs.

Para tanto, a taxa de juros costumeiramente baixa – praticada pelas ações de finanças solidárias – deverá ser adequada em relação ao mercado secular, a fim de suprir, de forma autônoma, os custos e despesas para a manutenção de um BCD. Atuar com a captação de recursos exigirá dos gestores dos BCDs a organização contábil e financeira ajustada, para fazer frente às demandas por microcrédito dos atores do território e, concomitantemente, manter o acesso destes ao ato democrático de acesso ao crédito.

Considerando que os BCDs não terão o apoio financeiro em caráter de subvenção, a captação de recursos de terceiros terá a função de realizar a alavancagem financeira, fazendo com que o volume de recursos alheios se torne maior em relação aos recursos do capital social empregado nos BCDs.

A utilização de recursos de terceiros para compor o capital objetiva otimizar o retorno dos investimentos realizados, o que é justificado somente quando o custo de captação é inferior à taxa de retorno obtida na operação efetuada (Wernke, 2017).

Tais informações de ordem técnica-financeira se tornam imprescindíveis, para que a sustentabilidade financeira dos BCDs possibilite o investimento autônomo e independente de transferências públicas de quaisquer naturezas, a fim de que, em casos de alternância de governos, os BCDs não sejam negativamente impactados como outrora.

As pessoas respondentes dos questionários serão aqui designadas como inversores financeiros solidários. Tal terminologia objetiva atribuir aos participantes uma perspectiva diferenciada à dos meros especuladores financeiros, que realizam aplicações financeiras em instituições sem quaisquer expectativas de contribuição para o desenvolvimento econômico local.

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, o termo “inverter” significa (i) alterar, mudar completamente, inverter o rumo, o processo; (ii) trocar a ordem de; (iii) aplicar, investir: inverter capitais.

Ainda possui diferentes definições quando analisado em contextos variados, tais como: (i) no campo financeiro, remete ao capital que é aplicado em certo negócio, ato ou efeito de empregar ou aplicar diretamente capitais fixos e particulares de risco numa empresa, com fim especulativo; (ii) no campo da engenharia, equipamento utilizado em sistemas fotovoltaicos para converter a corrente contínua (CC) da bateria ou banco de baterias em corrente alternada (CA) para alimentar equipamentos convencionais. Além disso, ao ser traduzido do espanhol tem o significado de investidor.

Além do termo significar tecnicamente a ação de realizar uma aplicação financeira, carrega também a simbologia de mudar o destino do dinheiro, invertendo a ordem de um valor financeiro que seria utilizado pelo capital especulativo para o seu devido emprego na geração de trabalho e renda. Dessa forma, almeja resgatar o conceito da produtividade do dinheiro.

Os inversores financeiros solidários, potencialmente detentores de recursos financeiros aplicados em outras instituições financeiras, poderão redirecionar uma parte de seus recursos para os BCDs, quer seja pela rentabilidade que poderá vir a ser aferida,

ou pela compreensão de ser o BCD local uma estratégia disruptiva quanto ao método de dinamização econômica descentralizada.

Neste caso, a aplicação dos indicadores de gestão, que expressam a capacidade dos empreendimentos de obterem a captação de recursos, evidenciando os índices de liquidez, poderão ser instrumentos financeiros de análise dos BCDs.

Decerto, independentemente de quaisquer que sejam os índices utilizados para aferir a sustentabilidade financeira de um BCD, a eventual aprovação do PLP 93 exigirá a organização financeira e contábil destes, por meio da exposição dos demonstrativos financeiros, a fim de que estejam aptos a receberem os aportes decorrentes das captações.

Reiterando que os BCDs consistem em uma AST baseada nos princípios da tecnociência solidária, com vistas à democratização do acesso ao microcrédito e atendendo às proposições das finanças solidárias, atuar pela sua evolução para a transposição da fase de combate à pobreza se torna possível em um processo de longo prazo, mas que depende de variáveis extraterritoriais, como, por exemplo, das políticas macroeconômicas de caráter socialmente inclusivo. Mas, também, de questões relacionadas ao aprimoramento deste estratégico instrumento de democratização de acesso às finanças solidárias, as quais surgem como desafios no atual momento.

Os instrumentos legais expandem a possibilidade de captação de recursos para os BCDs. Porém, ao mesmo tempo em que se configura em algo positivo, também se torna um desafio por parte dos gestores, pois os BCDs estarão sujeitos ao acompanhamento e fiscalização de suas atividades por parte do BC, obrigando-se, inclusive, da apresentação semestral de suas demonstrações contábeis (Artigos 23 e 24 do PLP 93), sendo um fator positivo para a transparência e legalidade do processo de gestão.

Embora, em um primeiro momento, possa ser necessário o aporte por meio de transferências de verbas públicas, a fim de que sirva como alavancagem financeira, a sustentabilidade do BCD dependerá da dinâmica econômica do território em que está inserido, logo, a utilização do aporte servirá como oferta de microcrédito produtivo ou de consumo.

Paralelamente, os gestores precisarão captar os recursos de terceiros sob a perspectiva de uma eventual descontinuidade do apoio financeiro oriundo do poder público. Assim, os DFs são imprescindíveis para a prospecção por inversores financeiros solidários, ou seja, os poupadores e correntistas.

Tendo como prática usual de quaisquer pessoas dispostas a realizar aplicações financeiras, indagar sobre a lisura e suporte da instituição na qual deseja aportar, traz a

necessidade de que os BCDs possuam tais registros devidamente estruturados, para que sirvam de instrumentos de transparência, facilitando a captação de recursos de terceiros.

Entretanto, nas pesquisas de estudos *stricto sensu* cujos objetos sejam os BCDs, verifica-se a inexistência ou, ao menos, de fácil acesso, de estudos de cunho financeiro-contábil sobre a saúde financeira exclusivamente destes.

Outro desafio consiste no fato de que os potenciais inversores financeiros tenderão a optar pelo BCD com o qual possam se identificar, quer seja pela localidade territorial, afinidade social, entre outros nexos.

Isto poderá fazer com que os gestores locais se vejam diante da necessidade de um planejamento estratégico ainda maior, pois, além dos DFs que deverão estar conforme a legislação, haverá a demanda de uma organização estruturada, que indique as perspectivas econômicas do território que garantam a dinâmica econômica, a baixa inadimplência e, por conseguinte, o retorno do investimento realizado pelo investidor social.

Além dos desafios expostos, há ainda mais um. Apesar dos instrumentos legais que promovem a chamada economia de impacto serem um avanço para a luta dos bancos comunitários, os instrumentos de captação dos recursos ainda são um custo de capital. A operacionalização, conforme descrita, indica a necessidade de inserção de outros instrumentos legais (Fundo Garantidor de Crédito – FGC –, Imposto sobre Operações Financeiras – IOF –, Imposto de Renda – IR –, entre outros), que encarecerão o custo financeiro operacional, além da necessidade de suprir outros custos e despesas operacionais (agente de crédito, equipamentos, *softwares* etc.). Logo, o Índice de Custo de Captação (ICC) será um fator imprescindível para a composição dos juros que serão aplicados pelo BCD, havendo, ainda, a necessidade de estimar o *spread*, para servir de excedente que venha a compor o patrimônio líquido.

Destarte, à vista do que é exposto neste trabalho, a necessidade de renovação das práticas de gestão e atuação territorial dos BCDs se torna um fator fundamental para a sobrevivência deste instrumento. Esta renovação provocará a necessidade de inovação das práticas de gestão dos BCDs, lançando um novo modelo deste instrumento, imprescindível para atender aos princípios das finanças solidárias, demandando um reposicionamento estratégico e comportamental por parte das equipes gestoras dos BCDs, mediante a elaboração de novas ações internas, que dinamizem a economia do território em que estão inseridos.

Caso contrário, os BCDs estarão sujeitos ao malogro da prática assistencialista, sem a perspectiva de evolução por um instrumento econômico dinamizador para um determinado território em combate à pobreza, fazendo questionar quanto ao propósito originário de desenvolvimento econômico deste empreendimento de finanças solidárias, capaz de promover a inclusão socioeconômica, pois, caso não se atenda à renovação e inovação, está sujeito a um projeto de caráter assistencialista.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Inicia-se pela sistematização e embasamento, por meio de uma pesquisa descritiva, que visa observar, registrar, analisar e correlacionar os fenômenos sem quaisquer manipulações desses, possibilitando os desdobramentos seguintes, pois permite a investigação e, conseqüentemente, a identificação das características de tal fenômeno (Richardson, 1999).

As pesquisas de natureza exploratória possibilitam descrever a natureza das variáveis analisadas, pois consistem em investigações que permitem identificar os elementos necessários de uma determinada população averiguada, o que é possível por meio da obtenção de dados. Dessa forma, as pesquisas caracterizam as referidas variáveis, pelas quais se torna possível a análise qualitativa e quantitativa (Triviños, 1987).

Assim, a abordagem quantitativa se desenvolve expondo a realidade na qual os dados são obtidos, ao apresentarem os sentidos e abrangendo o volume de dados, a fim de classificá-los e tornando-os inteligíveis por intermédio das variáveis. Já a abordagem qualitativa, atua analisando os aspectos dos valores, representações e culturas, adentrando na complexidade de fenômenos, investigando os fatos e os processos de grupos sociais.

Destarte, esta pesquisa demanda tanto a abordagem qualitativa como a quantitativa, tendo em vista a complementaridade, que possibilitará a melhor análise da informação para a adequada coleta e análise dos dados, a fim de sistematizar os resultados a serem obtidos (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 2006).

Ademais, além das abordagens supradescritas, o processo de observação de campo com base nas visitas técnicas realizadas constitui outro método factível e plausível para a absorção das informações e desenvolvimento da análise do objeto de estudo. Contudo, as visitas que possibilitariam identificar situações que facilitariam a percepção da necessidade de mais dados e o prazo de solicitação e atendimento dessas demandas em tempo hábil para que as equipes gestoras dos BCDs pudessem atender no ínterim de suas dinâmicas, foram prejudicadas pela pandemia de COVID-19, principalmente entre 2020 e a metade de 2022.

Quanto aos principais instrumentos para investigação da viabilidade de uma ação de articulação comercial entre a instituição social BCD e os hipotéticos inversores financeiros solidários, a coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionários distintos para os dois grupos (gestores de BCDs e hipotéticos inversores financeiros solidários), a fim de obter informações quantitativas e qualitativas sobre as perspectivas

de ambas as partes acerca de indicadores de renda média, demanda por crédito, valor médio de crédito, segmentos preferenciais, taxa de juros, entre outros indicadores, que demonstrem as possíveis convergências e divergências entre a oferta e demanda por crédito.

O estudo de múltiplos casos é viável, pois, para este grupo, foi aplicado um questionário virtual, a ser respondido pelos respectivos gestores de cada um dos BCDs designados, o qual teve como objetivo: (i) identificar o porte do BCD; (ii) identificar o perfil de renda/faturamento de seus clientes; (iii) identificar a potencial de captação de recursos para emprego na oferta de microcrédito no território em que atua o BCD; e (iv) identificar as condições para a cessão de crédito aplicadas pelo BCD.

Para tanto, foram formuladas questões simples, para que sejam compreendidas de forma concreta e precisa, considerando o grau de conhecimento do grupo entrevistado. Tais questões são apresentadas com respostas de múltipla escolha, fechadas, mas com uma série de possíveis opções que abrangem diferentes facetas sobre o assunto abordado. Ademais, a técnica de respostas por múltipla escolha possibilita a tabulação dos dados, além de permitir a exploração em melhor profundidade.

As respostas apresentadas pelo grupo de inversores financeiros solidários validam as possíveis condições pré-contratuais de retorno exigidas pelos potenciais inversores financeiros solidários, sendo:

- I. Financeiro: mediante o aporte financeiro para o prazo mínimo de 24 meses, o investidor social obterá a remuneração condizente com a de uma aplicação financeira conservadora, por exemplo, equivalente ao Tesouro Direto.
- II. Social: o aspecto qualitativo mensurado pela evolução dos dados potenciais sobre o volume de crédito demandado, bem como as análises decorrentes de ações anteriores que indiquem o volume de trabalho gerados, renda média e outros que forem possíveis identificar.
- III. Verificar a convergência das condições pré-contratuais entre os inversores financeiros solidários e as condições de oferta de microcrédito dos gestores dos BCDs.

Conforme informado anteriormente, a pesquisa passa por analisar a convergência de interesses entre dois grupos sociais dissemelhantes, a fim de investigar a probabilidade

de uma possível celebração de acordo econômico; a pesquisa foi realizada de forma distinta para cada um desses grupos, conforme descrito no Quadro 4.

Em suma, a abordagem foi a quantitativa para ambos os grupos pesquisados, por meio de estatística descritiva, ao considerar que os dados coletados são quantificáveis, pois, dentre as propostas da pesquisa, está a análise do fenômeno a partir de quantificações, por meio de estatísticas e estimativas financeiras. Dessa forma, coube ao pesquisador apresentar os resultados a partir de uma estrutura, como tabelas e gráficos, a fim de traduzir os dados quantitativos em informações para elaborar classificações e análises, para expor a realidade na qual os dados foram obtidos, a fim de classificá-los e torná-los inteligíveis.

A abordagem qualitativa também foi empregada na pesquisa, ao realizar a análise das representações e culturas, adentrando na complexidade de fenômenos, investigando os fatos e os processos de grupos sociais, para sistematizar os resultados a serem obtidos.

5.1 Critérios e BCD selecionados

Em relação à localização, optou-se por bancos comunitários conforme os requisitos acima descritos e que estejam sediados em regiões metropolitanas, por serem do ponto de vista de risco financeiro, áreas nas quais, apesar da vulnerabilidade social, também se encontra a população com melhores condições de realizar aplicações financeiras, de acordo com o estudo a partir da metodologia de análise de impacto regulatório, elaborado pela Assessoria de Análise Econômica e Gestão de Riscos (ASA) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que aponta a Região Sudeste como sede de 65% das pessoas que realizam aplicações financeiras (Comissão de Valores Mobiliários, 2021).

Outro fator preponderante é a condição socioeconômica que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após apuração do Censo de 2022, as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro continuam sendo as duas maiores do país.

Quadro 1: Estrutura analítica dos questionários

| Seção | Foco | Questões gestão BCD | Objetivo | Questões investidores financeiros solidários |
|--------------|-------------------------------|--|--|---|
| 1 | TCLE | TCLE | Concordância em participar | TCLE |
| 2 | Identificação | Obter dados para identificação dos participantes (respondentes) da pesquisa | Identificar os responsáveis pelas respostas | Identificar o grau de conhecimento de cada entrevistado em relação aos Bancos Comunitários. |
| 3 | Condições atuais | Analisar os índices financeiros e as demandas dos Bancos Comunitários | Analisar a convergência entre investidores e gestão do BCD | Obter informações financeiras dos respondentes, a fim de traçar um diagnóstico sobre as características dos hipotéticos investidores financeiros solidários. |
| 4 | Condicionalidades financeiras | Mediante a hipótese de que o Banco Comunitária esteja autorizado em captar recursos diretos, objetiva identificar as condicionalidades exigidas e passíveis de serem assumidas pelo banco comunitário. | Averiguar as condicionalidades financeiras de cada grupo | Obter informações quanto as condicionalidades para a hipotética aplicação financeira, a fim de averiguar se tal proposta é possível e em que poderia contribuir para que os Bancos Comunitários possam ter mais autonomia e foco na economia do território em que se situa. |

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Segundo o Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros, elaborado pelo Ipea (IPEA, 2015), os indicadores do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de renda e trabalho, que apresentam as correlações da baixa renda ante o desemprego, informalidade e escolaridade. A escala varia de 0, sendo de baixa vulnerabilidade, a 1, que indica ser maior a vulnerabilidade social de um município¹⁵.

Para o desenvolvimento desta parte da pesquisa, foram enviados, formalmente, por meio de correio eletrônico e de mensagens eletrônicas, o mesmo teor de convite para seis equipes gestoras de BCDs, sendo que houve a resposta de aceite de três, mas um deixou de responder a pesquisa, sem quaisquer justificativas. Restaram, portanto, dois BCDs que reuniam os requisitos definidos para a escolha e que aceitaram participar da pesquisa, com a localização em regiões metropolitanas, em territórios com grau de vulnerabilidade e que indicassem os potenciais inversores financeiros solidários em condições de realizar aplicações financeiras.

Por entender que nomear nesta pesquisa os referidos BCDs que aceitaram dar continuidade poderia expô-los mediante as informações a seguir, bem como atendendo ao que é designado pelo Comitê de Ética da Universidade sede desta pesquisa, e em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), optou-se por não revelar neste documento os BCDs pesquisados. Assim, a designação destes se dará como BCD A e BCD B.

O BCD localizado no estado de São Paulo fora identificado por intermédio da coordenação da Rede Paulista de Bancos Comunitários, que atua em ação direta com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Designado como BCD A, está localizado na região metropolitana de São Paulo, cujo IVS de renda e trabalho no ano de 2010 foi de 0,206.

O BCD A é oriundo das ações socioassistenciais de uma instituição estrangeira, que ampara a comunidade com as características exigidas para a pesquisa, já que atua nas periferias e objetiva resgatar a dignidade das pessoas, por meio da capacitação profissional para a geração de trabalho e renda, dentre outras atividades.

¹⁵ Os parâmetros estabelecidos pelo Ipea indicam que os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200 possuem muito baixa vulnerabilidade social. Os valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. IVS entre 0,301 e 0,400 são de vulnerabilidade social média, enquanto entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade. Os valores que variam entre 0,501 e 1 indicam que o município possui a vulnerabilidade social considerada como muito alta.

Com população estimada em 20.000 habitantes, o BCD A está sediado em um local com o histórico de população migrante de outras regiões do país, que chegaram para trabalhar nas indústrias.

Atualmente, o BCD A não tem atuado com a concessão de microcrédito, devido à ausência de apoios oriundos dos poderes públicos das diferentes esferas da gestão pública. Sua carteira de participantes é extremamente reduzida e suas ações têm sido de caráter assistencial.

Considerando que esta pesquisa objetiva averiguar a autossustentabilidade financeira dos BCDs mediante a captação de recursos monetários junto aos potenciais inversores financeiros solidários, este BCD reúne as condições necessárias para o estudo de viabilidade financeira, tendo em vista a sua localização, cujo entorno mais abrangente é composto por uma população urbana com, aproximadamente, 41.000 habitantes e renda média estimada em 3,6 SM, segundo o IBGE. Ainda, o seu processo histórico indica uma situação socioeconômica de vulnerabilidade, logo, foco das ações atendidas pelos princípios das finanças solidárias, por intermédio das concessões de microcrédito pelos bancos comunitários.

O outro BCD que atende aos requisitos definidos pela pesquisa e que respondeu ao convite será aqui designado como BCD B, localizado em uma comunidade na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

O BCD B iniciou suas atividades em 2011, por meio da sua associação de moradores, quando, em contato com a equipe da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal Fluminense (IEES – UFF), decidiram fundar um banco comunitário. Esta proposta foi apresentada aos principais atores sociais e foi aceita. Sua abrangência de atuação, que vai além dos limites do bairro, atende uma área com, aproximadamente, 23.588 habitantes.

A concessão de microcrédito para empreendedores locais e nos arredores da comunidade do BCD B é realizada de forma a praticar o comércio justo, sendo a taxa de juros menor, em comparação com o mercado financeiro convencional, ante o perfil socioeconômico do seu território de atuação.

Por esse motivo, estudar o BCD B acerca da relação entre a sua viabilidade financeira e o seu potencial de captação juntos aos eventuais inversores financeiros solidários poderá evidenciar o potencial real de utilização produtiva do dinheiro.

Tabela 3: Dados socioeconômicos da região de atuação dos BCD pesquisados

| Dados | BCD A | BCD B |
|--------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Unidade Federativa | São Paulo | Rio de Janeiro |
| População município* | 810.729 | 481.758 |
| Renda média mensal trabalho formal** | 3,1 salários-mínimos | 3,6 salários-mínimos |
| População Bairro (estimativa) | 41.313 | 23.588 |

Fonte: Elaboração própria, com base em estimativa do IBGE 2021* e no Censo IBGE 2022**.

Definidos os BCDs que participam da pesquisa, foram realizados contatos, inicialmente de forma escrita (*e-mail* e mensagem por *WhatsApp*) e, posteriormente, em visitas técnicas a cada uma das comunidades onde tais estão sediados, quando fora explanado o propósito deste estudo, os métodos para a coleta de dados, a descrição da importância da participação, bem como a explicação e a garantia do descrito no Art. 17 da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.

Ademais, fora informado que, da participação na pesquisa, os dados são protegidos e preservados, de forma que quaisquer outras maneiras que permitam a identificação dos convidados ou a visualização dos seus dados de contato não sejam acessadas por terceiros.

Ademais, fora firmado que, após a avaliação e aprovação desta pesquisa pela Banca de Defesa Pública, será realizada presencialmente a devolutiva dos resultados e proposições de ações para dinamização dos respectivos BCDs, o que ocorrerá individualmente com cada gestor(a), a fim de coibir eventuais constrangimentos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, considerou-se que esta pode ser comparada a um estudo de mercado, tendo em vista que será realizada uma análise referente aos problemas das transferências e vendas de serviços do ofertante ao consumidor que, neste caso, são os potenciais inversores financeiros solidários, cujas relações comerciais e a elaboração dos serviços e sua venda não remetam somente às questões financeiras conexas (Souza; Pagnani; Mazzalli, 2013).

Isto posto, integrar a equipe gestora dos BCDs significa que os processos participativos formam um eixo estratégico de transformação pela tomada de decisões que afetam o desenvolvimento socioeconômico coletivo, ao promover os agentes econômicos e sociais que realizam uma ação articuladora em seu território (Dowbor, 2016).

Propôs-se, então, e foi aceito pelas respectivas equipes gestoras dos BCDs selecionados, que tais fossem participantes ativos na coleta de dados, pois, no caso de uma eventual autorização legal para a captação de depósitos à vista ou a prazo junto aos

possíveis inversores financeiros solidários, a atuação e a dinâmica da equipe definirão o potencial de captação de recursos financeiros e, por consequência, a autossustentabilidade financeira do BCD.

Partindo do princípio da autonomia de ação de cada equipe, o que é parte do processo de avaliação para as condicionalidades da sustentabilidade, já que a ação comunitária é determinante para pensar a dinâmica das comunidades, inclusive em relação aos aspectos econômicos, as formas de compartilhamento dos questionários seguiram estratégias distintas.

A equipe do BCD B optou por focar nas pessoas de seu rol de 494 doadores dos últimos três anos, definindo estratégias de abordagem e de diferentes formas de contato (telefônico, mensagens via *WhatsApp*, envio de *e-mails* e contatos pessoais), solicitando para as pessoas contatadas que respondessem ao questionário e, ainda, compartilhassem com outras pessoas.

Já a equipe gestora do BCD A optou por compartilhar o *link* do questionário em sua rede de relacionamento social via *WhatsApp*. Por não haver uma base de referência para delimitar a quantidade de pesquisas, estimou-se a amostragem baseada no número de residentes no bairro sede.

Contudo, vale destacar que, embora os BCDs tenham atuação em suas pertinentes comunidades, há situações em que possuem clientes/associados em outras regiões, estados, ou até mesmo em outros países. Por esse motivo, não foi delimitada a abrangência de atuação geográfica, mas que as equipes gestoras buscassem respondentes de quaisquer lugares, a fim de averiguar, também, a sua capacidade de abrangência comercial para captação.

Com base nas estratégias que cada BCD optou por realizar, foi calculada a quantidade de amostragem mínima para que pudesse validar os resultados da pesquisa. Por meio de uma amostragem probabilística, em que a seleção é realizada de maneira aleatória, considerando o livre compartilhamento e prospecção das equipes gestoras, foi possível a análise dos resultados, usando os métodos de inferência estatística, podendo a pesquisa deduzir conclusões acerca de uma dada população, com base nos resultados obtidos com a amostragem aleatória simples, ou seja, o indivíduo é abordado ao acaso e cada elemento da população está sujeito à mesma probabilidade de ser requerido na amostra.

O cálculo da amostragem aleatória simples se dá utilizando a seguinte fórmula:

$$N = \frac{Z^2 \times P \times Q \times N}{e^2 \times (N-1) + Z^2 \times P \times Q}$$

Sendo que foram considerados os seguintes parâmetros:

| Onde: | Valor |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Z = Nível de Confiança | 80% |
| P = Quantidade de Acerto esperado (%) | 90% |
| Q = Quantidade de Erro esperado (%) | 10% |
| N = População Total | Conforme estratégia do BCD |
| e = Nível de Precisão (%) | 5% |

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Aplicados os cálculos com base na população definida como estratégia de cada BCD, os respectivos resultados do tamanho da amostra e a quantidade de respostas obtidas foram:

Tabela 4: Amostragem por BCD.

| BCD | Tamanho da amostra | Respostas obtidas | % da meta atingido |
|-------|--------------------|-------------------|--------------------|
| BCD A | 59 | 37 | 62,71 |
| BCD B | 53 | 59 | 111,32 |

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Definidas as respectivas amostragens e com as estratégias de captação das respostas para os questionários, as equipes iniciaram suas atividades.

Ainda vale ressaltar o prazo que cada equipe teve para realizar a captação de respostas para os questionários. A reunião com a equipe do BCD A ocorreu no dia 08 de março de 2023, ao passo que a visita técnica para o BCD B se deu no dia 14 de abril de 2023, portanto, com 37 dias de diferença entre as visitas. Para ambos, a data limite foi o dia 10 de julho de 2023.

Destaca-se que a diferença entre as visitas ocorreu devido à incompatibilidade de agendas e questões relacionadas ao deslocamento, haja vista a distância entre a residência do pesquisador e a sede dos BCDs.

5.2 Caracterização dos inversores financeiros solidários

O questionário (Apêndice I) está composto por 16 questões, com diferentes alternativas, que poderiam ser respondidas como múltipla escolha ou como caixa de seleção, conforme a necessidade de obtenção das respostas, por cada um dos respondentes, por meio do sistema *Google Forms* da conta *Workplace* da UFSCar.

Cabe destacar que todas as respostas eram optativas, logo, cada respondente teve a liberdade de responder ou não cada uma. Por conta disso, algumas análises contam com a totalidade dos respondentes e outras não, o que faz variar os valores monetários averiguados no decorrer da análise, porém, sem variações que comprometam a análise da conjuntura.

O grupo pesquisado como sendo os hipotéticos inversores financeiros solidários foi de 59 respostas referentes ao questionário compartilhado por intermédio do Banco BCD B e 37 pelo Banco BCD A, sendo todas pessoas físicas, binárias e não binárias, que possuam ou não aplicações em serviços financeiros convencionais, e limitado a uma pessoa por integrante do núcleo familiar, que compreendam a hipótese de sua participação, por meio de uma perspectiva socialmente progressista quanto às aspirações econômicas e favoráveis ao desenvolvimento de negócios de impacto social.

Considerando que os bancos comunitários serão as instituições financeiras solidárias beneficiadas pela eventual aprovação do PLP 93/2007, para como avaliar a dinâmica das referidas equipes gestoras de cada BCD, com o intuito de serem estas que promoverão a dinâmica econômica local que sustentará a receita operacional por meio dos juros decorrentes das concessões de microcrédito, optou-se que o ponto de partida de compartilhamento dos questionários se originasse pelas equipes, fazendo com que cada uma optasse pela estratégia mais adequada.

Para o grupo de inversores financeiros solidários de ambos os BCDs participantes da pesquisa, o compartilhamento ocorreu de forma aberta, com o propósito de obter uma amostra significativa e heterogênea da população, e com o maior número possível.

Buscou-se delimitar que os hipotéticos inversores financeiros solidários fossem, em um primeiro momento, membros do rol de profissionais de diferentes áreas do saber e de diferentes atuações profissionais no mercado de trabalho, previamente selecionados conforme o perfil almejado. Logo, evitou-se aplicar o questionário de inversores financeiros solidários para especialistas ou pessoas participantes de grupos de BCDs e moedas sociais, pois o grande número de participantes que, de alguma forma, conhecem

com profundidade ou atuam com o tema compromete a confiabilidade, tendo em vista que respondentes especialistas tendem a externar a mesma opinião sobre o assunto abordado, diminuindo a variabilidade total do questionário.

Após serem orientados quanto aos objetivos, os métodos e a descrição da importância destes para a pesquisa e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da CE de cunho social, tais foram sensibilizados a estenderem o convite para ao menos mais uma pessoa, desde que esta atenda aos critérios supracitados exigidos.

Tais convites seguiram os princípios estabelecidos na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que esteve disponibilizada por meio de um *link* de direcionamento, contido na mensagem de convite via *WhatsApp*, com o *link* do questionário para os inversores financeiros solidários. Inicialmente, o pesquisado foi direcionado para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que o convidado(a) pudesse lê-lo e, em eventual concordância com os termos descritos, indicasse, ao assinalar o ícone que descreve esta decisão.

Ressalta-se que o convite para participação na pesquisa fora feito de forma que não permitisse a identificação entre os convidados pelo pesquisador, nem a visualização dos seus dados de contato por terceiros. Os convites foram enviados individualmente por mensagem via *WhatsApp*, a partir das equipes gestoras dos bancos comunitários participantes.

Com o objetivo de ajustar eventuais incompreensões, dúvidas, erros, entre outros aspectos que pudessem comprometer a qualidade do questionários, como forma de testar e obter críticas, inicialmente, foram selecionados sete pesquisados que atendessem aos requisitos acima descritos, a fim de aplicar o questionário por meio de videoconferência (devido ao período de pandemia), para apresentar a proposta do projeto e dirimir eventuais dúvidas quanto aos termos técnicos empregados, apresentação sobre os bancos comunitários, entre outras possíveis questões que se fizeram necessárias.

Identifica-se que tal objetivo fora logrado, tendo em vista que, dos 57¹⁶ respondentes, 68,4% assinalaram a alternativa “Já ouvi falar, mas sem detalhes” e 12,3% indicaram “Nunca ouvi falar”, perfazendo, portanto, 80,7% dos pesquisados com pouco ou nenhum conhecimento acerca de bancos comunitários. Quanto às demais alternativas, 14% indicaram que “Sim, já ouvi falar e estudo o assunto”, 3,5% assinalaram “Sim, e sou

¹⁶ Ressalta-se que, mediante a orientação da banca examinadora após a análise dos dados preliminares desta pesquisa, a quantidade de entrevistados de ambos os grupos poderá ser ampliada.

pesquisador(a) sobre o assunto” e, 1,8% “Sim, eu participo de um banco comunitário e/ou de instituições de apoio aos bancos comunitários.”

6. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O estudo de múltiplos casos é viável, pois, para este grupo, será aplicado um questionário de forma virtual, que possibilite ser respondido pelos respectivos gestores de cada um dos BCDs designados, o qual terá como objetivos: (i) identificar o porte do BCD; (ii) identificar o perfil de renda/faturamento de seus clientes; (iii) identificar a potencial demanda por microcrédito no território em que atua o BCD; e (iv) identificar as condições para a cessão de crédito aplicadas pelo BCD.

Para tanto, foram formuladas questões simples, para que sejam compreendidas de forma concreta e precisa, considerando o grau de conhecimento do grupo entrevistado. Tais questões serão apresentadas com respostas de múltipla escolha e, portanto, fechadas, mas com uma série de possíveis respostas, que abrangem diferentes facetas sobre o assunto abordado. Ademais, a técnica de respostas por múltipla escolha possibilita a tabulação dos dados, além de permitir a exploração em melhor profundidade.

Juntamente ao questionário, mediante o atendimento das recomendações sanitárias determinadas à época decorrente da pandemia de COVID-19, objetiva-se incrementar as informações com a realização de entrevistas semiestruturadas e a observação como participante elaborando um diário de campo, a fim de oportunizar a eventual necessidade de esclarecimentos das perguntas e respostas, possibilitando a inclusão de roteiros não previstos, bem como atuar pelos sentidos para obter aspectos da realidade recorrendo às ações de ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos (Minayo, 1994).

6.1 Análise dos questionários

A análise demanda duas fases distintas, sendo: (i) análise do potencial de captação de recurso de hipotéticos inversores financeiros e (ii) análise de estudo do perfil do BCD. Foram delimitados BCDs que integram a Rede Brasileira de Bancos Comunitários e que atuem ou tenham atuado com a oferta de microcrédito, ao menos nos últimos cinco anos.

Para averiguar a sustentabilidade de financeira do BCD, foi necessário diagnosticar, nas pesquisas anteriormente relatadas, a ausência de estudos que abordassem os processos de gestão financeira destes. Tal análise de viabilidade é um fator imprescindível para a concretização do objetivo geral desta pesquisa, por ser a base para

se realizar a análise de convergência entre os interesses dos BCDs e dos potenciais inversores financeiros solidários.

Para tanto, foi solicitado aos gestores e gestoras dos BCDs os dados para a elaboração de indicadores de caráter econômico-financeiro, o que consiste em um conjunto de informações que expressam os eventos e movimentações financeiras que foram realizadas ao longo do processo de concessão e recebimento de microcrédito.

A análise dos dados coletados deu-se conforme a fase da pesquisa, sendo que, na primeira, reitera-se que a premissa inicial da pesquisa documental complementar, decorrente dos DFs que seriam apresentados pelos gestores dos BCD, o que não fora possível, tendo em vista a ausência de um padrão ou organização por parte da gestão dos BCDs contatados.

Esta ocorrência denota a ausência ou, ao menos, a não replicação dos métodos de gestão do apoio institucional acadêmico, por meio dos estudos e assistências da área de Ciências Sociais Aplicadas, especificamente relacionados ao núcleo de negócios (Administração, Contabilidade e Economia), o que corrobora com a evidenciação da baixa aderência destes quanto à ECOSOL, em especial, estudos e análises contábeis e financeiras.

Com o intuito de obter uma perspectiva financeira dos BCDs, em diálogos permanentes com os integrantes das equipes gestoras para auxiliar na orientação de quais informações comporiam a análise, como, por exemplo, explicar e orientar a obtenção dos dados de custeio e que, após isso, estes foram coletados e aferidos os resultados, obteve-se um diagnóstico financeiro parcial acerca da autossustentabilidade. Ainda, condicionou-se as condições prévias de eventuais recebimentos de aportes financeiros individualizadas de cada BCD.

Ficam evidenciadas as disparidades quanto ao potencial de recebimento de aportes entre cada BCD, o que poderá causar uma relativa preferência ou o conceito de *rating* por parte dos inversores financeiros em uma eventual condição real de aporte.

Primeiramente, cabe ressaltar que a aferição do desempenho financeiro de uma organização tem um caráter multidisciplinar. Por consequência, mensurar o desempenho financeiro de uma organização indicará a eficiência e a efetividade de ações anteriores que precisam ser coletadas, analisadas e interpretadas para além dos aspectos quantitativos financeiros, a fim de que as conclusões por elas obtidas sejam disseminadas como forma de difusão do conhecimento para correção e aprimoramento das ações (Neely, 1999).

O uso de indicadores de gestão objetiva expressa a situação em que se encontra a organização que se deseja avaliar, já que o resultado aferido indica as condições financeiras no momento da análise. Ao definir o processo de mensuração, ficam estabelecidos os dados necessários que irão compor o indicador, por meio de um processo comparativo padronizado, visando manter uma relação próxima (Fernandes, 2017).

Neste aspecto, os Empreendimentos Financeiros Solidários (EFS) têm, dentre as suas premissas, a de que “buscam o controle social ou democrático do dinheiro” (Silva, 2017, p. 20). Ainda, o fato de seus projetos precisarem de estruturação em torno das necessidades territorialmente contextualizadas, estes vivem a demanda de adequação, em decorrência das alternâncias que ocorrem no contexto local, bem como da realidade socioeconômica e das parcerias que são estabelecidas ao longo da sua trajetória (Silva, 2017).

O processo negativo recente, pelo qual passaram os BCDs no país, decorrente da ausência da participação do Estado na oferta de formas de manutenção das suas atividades, fez com que estes se reorganizassem em suas comunidades, para atenuarem os danos. Porém, muitos sucumbiram, por diferentes motivos.

Ante a isso, ao analisar as condições financeiras de cada um dos BCDs pesquisados, nota-se uma considerável disparidade dos resultados financeiros ao longo dos últimos anos. Antes de mais nada, ressalta-se que o processo histórico-estrutural de cada um dos bancos comunitários formou a realidade na qual cada um se encontra atualmente.

Verifica-se que, no BCD B, a manutenção da atividade comunitária, com foco em dar continuidade às atividades de desenvolvimento econômico local, indica uma ação que referencia o poder local dos agentes econômicos territoriais, que atuam de forma frequente na captação de recursos financeiros, por meio de campanhas de doação e articulação para a cerebral ação de convênios com diferentes instituições.

Por outro lado, o banco BCD A possui uma condição financeira inferior, apesar de estar situado em uma região urbana muito adensada e com renda média indicativa para eventual desenvolvimento econômico local.

Embora a presente pesquisa não objetive investigar as causas que levam a tais diferenças do ponto de vista de atividade comunitária, fica expresso que o banco comunitário é uma ferramenta que depende da articulação de seus agentes comunitários, para que a dinâmica econômica no território seja contínua, principalmente, se esta vier a

atuar com a captação de recursos financeiros por meio de depósitos a prazo ou à vista de seus respectivos inversores financeiros solidários.

Tabela 5: Dados financeiros anuais dos BCD pesquisados

| Dados Financeiros /ano | BCD A | BCD B |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| 1 Despesas de custeio | 6.560,00 | 75.480,00 |
| 2 Receita com taxas | 144,00 | 132.290,47 |
| 3 Receita com juros | 480,00 | 29.571,53 |
| 4 Empréstimos financeiros | - | - |
| 5 Saldo em caixa | 2.400,00 | 85.648,96 |
| 6 Obrigações financeiras 12 meses | - | - |
| 7 Crédito Liquidação Duvidosa (7%) | 672,00 | 92.603,33 |

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A Tabela 5 acima contém as informações financeiras necessárias principais para analisar a saúde de cada BCD pesquisado. Dentre os indicadores acima listados, estuda-se, neste primeiro momento, o Índice de Eficiência (IE), que objetiva diagnosticar o quanto custa para uma instituição gerar a sua receita, sendo que o menor resultado do cálculo do IE significa um bom indicador, pois demonstra que o empreendimento financeiro está gastando menos para gerar cada unidade monetária de receita, sendo que, em teoria, um índice ideal é de 50%, indicando que \$ 1 (uma unidade monetária) de despesa resulta em \$ 2 (duas unidades monetárias) de receita.

Em situações convencionais, as pessoas que realizam as suas aplicações financeiras especulativas têm tal indicador como referência para tomarem a decisão de destinar os seus recursos financeiros, pois tal índice realiza a comparação entre as instituições financeiras, estabelecendo como parâmetro de decisão.

Contudo, este estudo utilizará o IE apenas como forma de averiguar o estado das condições de cada BCD, a fim de investigar se a proposta de captação de recursos junto aos potenciais inversores financeiros solidários atenderia a cada um, e o que indica como sendo a respectiva necessidade.

Dessa forma, o cálculo do IE é obtido pela seguinte operação matemática:

$$IE = \frac{\text{Despesas não juros}}{\text{Receitas Operacionais} - \text{Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa}}$$

O item que consta no numerador da fórmula consiste nas chamadas “despesas não juros”, designada na Tabela 5 como “despesas de custeio”, que significa o conjunto de despesas, como, por exemplo, pessoal, operacionais (energia elétrica, locação, internet etc.) e *marketing*, sendo estes fundamentais para o funcionamento da instituição e necessários, para que resultem em negócios que, ao menos, cubram seus custos.

As Receitas Operacionais (RO) são compostas pelas taxas pagas aos BCDs, como taxa caução sobre inadimplência, entre outras que possam ser estabelecidas por cada BCD; neste caso, estão identificadas como “receitas com taxas”. Já a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa significa o risco da taxa de inadimplência que poderá ocorrer; para fins de estudo, foi utilizada a informação de um dos BCDs pesquisados como sendo de 7%.

Aplicando a fórmula acima, ao extrair cada um dos dados de cada banco comunitário, o resultado identificado para o BCD B é de $IE = 1,90$, ou seja, com base nos dados informados, a situação deste BCD é negativa, visto que, para cada unidade monetária de despesa, há uma relação de 45% para a geração de receita perante a unidade monetária despendida. Para o BCD A, a relação é ainda mais inadequada, pois o $IE = 12,42$, indica a grande dificuldade de fazer com que as despesas de custeio sejam pagas, havendo a necessidade de reorganização e investimento para alavancagem do BCD.

Tais disparidades expressam as diferenças existentes nas condições de desenvolvimento e de dinamização da atividade econômica territorial, corroborando com o que afirma Joaquim Melo (2008), de que “não existem territórios pobres (...), mas se empobrecem porque perdem as suas poupanças locais”. Por vezes, a perda dessas poupanças pode indicar a ausência de um eixo estratégico de transformação, relacionada ao desenvolvimento econômico e social, dado que falta potencializar o papel articulador do conjunto de agentes econômicos que agem no território (Dowbor, 2016).

Ademais, tais resultados expressam que parte do valor captado é destinado para as despesas de custeio, ou seja, pagamento das despesas de manutenção, o que é necessário, visto que se trata da remuneração da equipe gestora e das despesas de manutenção; porém, reduz a capacidade de oferta de microcrédito.

Outro indicador, que contribui para analisar a gestão do BCD com foco no desenvolvimento territorial, quando usado convencionalmente pelas instituições financeiras, indica o que é positivo acerca da gestão financeira para o banco comunitário. Porém, o Saldo de Tesouraria, sob a perspectiva das finanças solidárias por intermédio

dos BCDs, indica se este EFS cumpre com a sua função social, que é a de dar o valor produtivo do dinheiro.

O Saldo de Tesouraria (ST) avalia o nível de entesouramento da organização, indicando o montante de investimentos financeiros em giro, que foi financiado pelo passivo financeiro, como, por exemplo, captações junto aos especuladores financeiros. Quanto maior o seu resultado, melhor, pois indica menor dependência de empréstimos, e que é uma aplicadora de sobras de recursos. Se negativo, significa que a instituição é tomadora de recursos e depende de capital de terceiros para sobreviver, o que não é o ideal, já que um cenário onde a empresa gera recursos através da sua atividade operacional, se tornando autossustentável, é preferível.

Sendo assim, quanto maior for o ST de um banco comunitário, significa que ocorre o entesouramento dos valores, indicando que está reduzida a circulação de moeda na comunidade foco do atendimento do BCD.

O referido indicador é obtido pela resolução da seguinte fórmula:

$$ST = \frac{\text{Ativo Circulante Financeiro}}{\text{Passivo Circulante Financeiro}}$$

Sendo:

- ST: Saldo de Tesouraria
- Ativo Financeiro Circulante: todas as formas de que a organização possui de dinheiro como, por exemplo, saldo em contas bancárias, dinheiro em caixa, possíveis recebimentos nos próximos 12 meses.
- Passivo Financeiro Circulante: todas as obrigações financeiras (pagamentos), ou seja, compromissos que a instituição deve cumprir pelos próximos 12 meses.

Antes, vale ressaltar que nenhum dos dois bancos comunitários que participaram da pesquisa indicaram haver obrigações financeiras, tais como empréstimos junto a outras instituições financeiras ou quaisquer formas que caracterizassem o Passivo Financeiro Circulante. Isto se deve ao fato de que as ações das equipes gestoras dos respectivos BCDs obtiveram os recursos por meio de doações ou convênios firmados com outras instituições, ao modo de subvenção econômica.

Mas, aplicada a fórmula aos dados financeiros dos bancos comunitários pesquisados, o resultado obtido pelo BCD B indica o ST positivo em R\$ 85.648,96, o que pode ser considerado alto. Contudo, vale ressaltar que o ST é o resultado de um momento

específico na data em que os dados foram coletados, o que pode variar conforme a estratégia de fomento da organização. Por outro lado, o BCD A possui um ST menor, mas também positivo em R\$ 2.400,00, o que possibilita a concessão de nanocrédito.

O fato de ambos os bancos comunitários indicarem resultados positivos em seus respectivos ST, apesar da disparidade, evidencia a relativa dependência de articulação junto às instituições de apoio ou de doações captadas. Embora isso possa parecer algo que demonstre a sensibilização dos entes apoiadores, concomitantemente, expressa a vulnerabilidade que tais margeiam, em função de não haver o compromisso com o território, mediante uma relação mais oficializada e correspondida.

Uma relação que atue com a identidade territorial, ou para as pessoas externas à comunidade, um processo de sensibilização e de correlação com o território, que possibilite, de alguma forma, a sua contribuição com o desenvolvimento socioeconômico local. Murilo Flores afirma que:

(...) a dinâmica econômica do desenvolvimento territorial está fincada na afirmação de recursos territoriais inéditos sobre os quais se promove uma inovação e que estabelecem novas formas de relação com consumidores (Flores, 2006, p. 6).

Considera-se, portanto, que a construção social de um território pode estar relacionada às estratégias de valorização de seus ativos econômicos locais materiais e imateriais, que possibilitem sua interação com o exterior.

E é nessa interação que, por vezes, os bancos comunitários já se asseguram, mas ainda sem a devida correlação de permanência prolongada e continuamente sensibilizada para a sua sobrevivência.

Assim, inovar com produtos e serviços que atendam e promovam a relação dos bancos comunitários com o exterior, apoiados legalmente pela ação de prospecção de pessoas dispostas a inverterem os fluxos convencionais de suas rendas nas grandes corporações financeiras improdutivas, para funcionarem como um dreno invertido, que potencialize e faça acontecer o valor produtivo do dinheiro, se torna o potencial ponto de inovação e renovação dos bancos comunitários.

Sendo o foco deste trabalho o de investigar a autossustentabilidade dos bancos comunitários por meio de uma prática inovadora para os BCDs, assume-se a delimitação nesta seção de dados relacionados às questões das condicionalidades financeiras por parte dos respondentes.

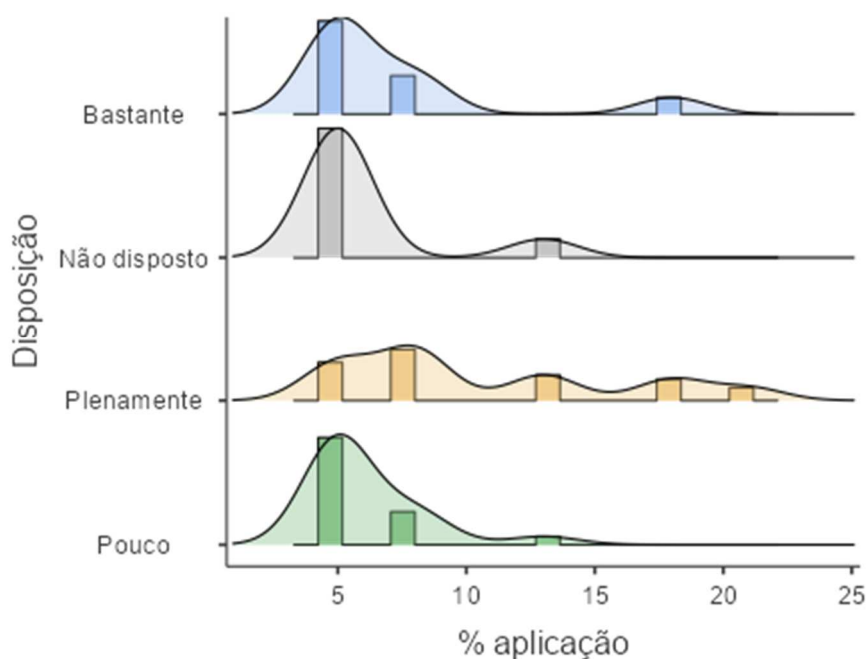
A proposta de incrementar a autossustentabilidade dos BCDs por meio da captação direta de recursos, embora seja uma prática comum às instituições financeiras convencionais, ainda é um desafio para os empreendimentos financeiros solidários. Tal ação coadunada com os princípios da ECOSOL e caracteriza um dos fundamentos da tecnociência solidária, dado que transforma uma prática de concentração de renda no mercado secular, caracterizando a tecnociência de um dreno invertido para uma nova utilidade do dinheiro em prol da sociedade.

A primeira análise, que indica que tal inversão seja possível, é percebida ao analisar a disposição de realizar aplicações financeiras, quer dizer, se tornar um investidor financeiro solidário em um banco comunitário, aceitando um rendimento conservador com resgate para o prazo de 24 meses, mediante a condicionalidade da contrapartida de impacto socioeconômico na comunidade.

Dentre os respondentes da pesquisa compartilhada pelo BCD B, 58,62% indicam estar plenamente ou bastante dispostos em serem investidores financeiros solidários. No BCD A, 44,12% indicaram a mesma disposição. Estas respostas são positivas, pois a renda média indicada por este público soma R\$ 361.630,50 entre os respondentes do BCD B e R\$ 152.985,00 dos respondentes do BCD A.

Outra faixa de participação relevante nesta questão é a dos que responderam que “estariam poucos dispostos”, sendo 35,29% com renda média total de R\$ 45.570,00 pelo BCD A, e 29,31% com renda média total de R\$ 65.425,50 pelo BCD B. Embora a disposição deste grupo seja pouca, a adoção de ações de sensibilização e conscientização da importância em dinamizar a economia local, poderá captar uma parte desses, ainda que com baixo valor de aplicação. Isto denota que as equipes gestoras deverão ter um posicionamento atuante e de desenvolvedores econômicos locais.

Gráfico 1: Disposição em aplicar nos BCD pesquisados



Fonte: Elaboração própria, com uso do *software* Jamovi, 2023.

Em análise restrita das condicionalidades para efetuar uma eventual aplicação, o grupo de respondentes que informaram aceitar a rentabilidade que cubra a perda inflacionária do período, adicionada da rentabilidade de uma aplicação conservadora, mediante a apresentação de dados que comprovem a dinamização da economia local, foi a maior condicionalidade apresentada para ambos os BCDs.

Para o BCD B, 52,24% condicionaram por esta alternativa, o que reforça a necessidade de que os gestores tenham uma ação propositiva em relação à dinamização econômica, já que, além de necessitarem pagar o valor futuro das inversões, também precisarão estruturar ações de redes econômicas locais e solidárias, a fim de que a produção e o consumo sejam realizados, na medida do possível, dentro do território de atuação. O mesmo propósito se aplica à equipe gestora do BCD A, pois 40,54% dos respondentes indicaram a mesma condicionalidade, sendo a maior parte.

Embora os indicadores que demonstrem a dinamização econômica do território não tenham sido apontados (nível de emprego no território, número de empreendimentos, redução da pobreza, velocidade da moeda etc.), vale ressaltar que esta condicionalidade implica na necessidade de uma renovação, ou o aprimoramento constante quanto ao

modus operandi dos gestores dos bancos comunitários, pois demandará destes a perspectiva de planejamento estratégico, a fim de promover a economia local.

Em relação a ações que envolvem diferentes saberes quanto às relações de trabalho, produção, consumo, se torna possível identificar a tecnociência solidária, por decorrência cognitiva da ação de um coletivo de prossumidores¹⁷ sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico e de um acordo social, os quais ensejam, no ambiente produtivo, a autogestão e a cooperação, provocando uma modificação no produto gerado, cujo resultado material e imaterial pode ser apropriado.

Tal prática vai ao encontro do que afirma Dowbor (2016), de que a racionalidade econômica demanda ações sustentadas nos mecanismos locais e participativos. A ação colaborativa e estruturada entre os agentes econômicos locais tende a conduzir a comunidade aos saberes da autogestão, logo, indica ser uma ciência engajada para revolucionar os movimentos.

Outro aspecto da mesma questão indica que 13,51% e 16,95%, dos BCD A e BCD B, respectivamente, aceitariam apenas a rentabilidade que cubra, ao menos, a perda inflacionária do período. Embora esta seja do ponto de vista financeiro a melhor alternativa para os BCDs, também pode indicar um risco futuro de não haver uma relação construtivista, o que se assemelha ao ato de doação e, por consequência, poderá retirar a inversão financeira realizada, denotando a ausência de vínculo territorial, que seria a apropriação do espaço por grupos com possibilidades variantes de reprodução social (Heidrich, 2017).

Complementando, os que não exigem condicionalidades socioeconômicas do território (somente a reposição inflacionária ou esta adicionada da correção pela poupança), somam 37,84% e 40,68%, respectivamente, para BCD A e BCD B. Contudo, subentende-se que, embora se trate de uma ação de caráter de impacto social, está descartada a condicionalidade filantrópica, logo, exigível de resgate. Dessa forma, períodos em que a inflação esteja alta resultarão em maior desafio para os gestores, caso optem por manter este instrumento como estratégia de captação.

Em observação à Tabela 7, fica evidenciado o caráter positivo da aceitação da proposta, ao identificar que aceitam obter um rendimento inferior ao de uma aplicação financeira conservadora; a soma entre os “bastante dispostos” e os “plenamente

¹⁷ Participantes das redes de EcoSol que são, ao mesmo tempo, produtores e consumidores.

dispostos” constituem a maioria, com 51,04% do total de respondentes de ambos os BCDs (96 respondentes no total).

Nota-se que, destes grupos que mais favorecem os BCDs, 70% dos que se colocam como plenamente dispostos e 86,2% dos “bastante dispostos”, condicionam a inversão financeira aos requisitos básicos de reposição da perda inflacionária do período, devidamente adicionada do rendimento (neste quesito, podendo ser inferior a uma aplicação conservadora), mediante a comprovação de dados que indique que o referido aporte tenha sido empregado na comunidade e resultado em dinamização da atividade econômica.

Tabela 6: Tabela de Contingência e Teste X2 - Aceite de rendimento inferior x Condicionalidade

| Aceita Rend. Inferior? | | Condicionalidades | | | | Total |
|------------------------|------------|-------------------|---------------------------|---------------------|-------------|---------|
| | | Todos+Garantia | Inflação/Rend/Dinamização | Inflação/Rendimento | Só inflação | |
| Bastante | Observado | 0 | 25 | 0 | 4 | 29 |
| | % em linha | 0.0 % | 86.2 % | 0.0 % | 13.8 % | 100.0 % |
| Não disposto | Observado | 4 | 9 | 0 | 1 | 14 |
| | % em linha | 28.6 % | 64.3 % | 0.0 % | 7.1 % | 100.0 % |
| Não respondeu | Observado | 2 | 1 | 0 | 1 | 4 |
| | % em linha | 50.0 % | 25.0 % | 0.0 % | 25.0 % | 100.0 % |
| Plenamente | Observado | 0 | 14 | 1 | 5 | 20 |
| | % em linha | 0.0 % | 70.0 % | 5.0 % | 25.0 % | 100.0 % |
| Pouco | Observado | 5 | 20 | 0 | 4 | 29 |
| | % em linha | 17.2 % | 69.0 % | 0.0 % | 13.8 % | 100.0 % |
| Total | Observado | 11 | 69 | 1 | 15 | 96 |
| | % em linha | 11.5 % | 71.9 % | 1.0 % | 15.6 % | 100.0 % |

Testes χ^2

| | Valor | gl | p |
|----------|-------|----|-------|
| χ^2 | 23.4 | 12 | 0.025 |
| N | 96 | | |

Fonte: Elaboração própria, com o *software* estatístico Jamovi, 2023.

Considerando o as três propostas mais favoráveis aos BCDs, estas indicam que a média entre os dois bancos comunitários é de 86,65% de pessoas dispostas a optarem por retornos inicialmente cabíveis às condições de atuação destes. Contudo, a alternativa menos favorável que, além de demandar as condicionalidades já analisadas, acrescenta a exigência de estar condicionado a uma garantia de reposição dos valores em caso de perdas pelo não cumprimento dos acordos preestabelecidos.

Dos respondentes por intermédio do BCD B, apenas 5,08% demandam esta condição. Porém, ao analisar esta condicionalidade do BCD A, o percentual de respondentes é de 21,62%, portanto, 4,2 vezes maior que dos pesquisados pelo banco fluminense.

Deste grupo de respondentes mais céticos, 87,5% declararam renda entre 1,5 até 6 SM (entre R\$ 1.953,00 a R\$ 7.812,00), e o restante entre 10 e 30 SM. Dentre os respondentes do BCD B para esta mesma opção, ficaram igualmente distribuídos em 33,3% cada um e suas rendas variam até 1,5 SM, de 3 até 4,5 SM e entre 10 até 30 SM.

Embora o questionário não verse sobre, presume-se que o considerável percentual que exija tal garantia se deva pela aversão ao risco. Assim, vale salientar sobre a importância de se estruturar no arcabouço de segurança para eventuais inversores financeiros nos bancos comunitários um fundo garantidor de microcrédito, que tenha o respaldo de uma instituição de fomento pública, a fim de proteger os depositantes, garantindo a dinâmica econômica local a partir dos bancos comunitários.

Identificadas as condicionalidades e pretensões dos grupos e para fins de estimativa do potencial de inversão financeira nos bancos comunitários, indagou-se no questionário a disposição destes em efetivar tal ação, o que resultou no que explana a Tabela 7, abaixo:

Tabela 7: Condicionalidade para inversão financeira por BCD pesquisado

| Disposição em investir | BCD A | | BCD B | |
|-----------------------------|-----------|----------|-----------|----------|
| | Captação | Fr. Rel. | Captação | Fr. Rel. |
| Estaria plenamente disposto | 5.497,70 | 30,74% | 11.008,41 | 28,90% |
| Estaria bastante disposto | 5.914,34 | 33,07% | 19.084,07 | 50,09% |
| Estaria pouco disposto | 3.333,12 | 18,64% | 4.462,61 | 11,71% |
| Não estaria disposto | 3.141,08 | 17,56% | 3.541,44 | 9,30% |
| | 17.886,24 | | 38.096,53 | |

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Para trabalhar com as possibilidades de autossustentabilidade financeira dos BCDs, neste estudo, não será considerado o grupo “não estaria disposto” em realizar aplicações.

Dessa forma, considerando os valores apontados pelos grupos que estariam plenamente, bastante e pouco dispostos em aplicar em um BCD perfaz para o BCD A o valor de R\$ 14.745,15, correspondendo a 82,4% dos possíveis recursos que poderão ser captados. Os 90,7% dispostos a inverterem seus recursos no BCD B totalizariam R\$ 34.555,08 mensais. Ambas as constatações indicam que os valores captados mensalmente atenderiam aos custos necessários para a manutenção dos bancos comunitários.

Porém, destaca-se que a maior parte dos respondentes de ambos os questionários (54,2% BCD B e 40,5% BCD A) com pretensão de aporte indicaram a necessidade de resultados que indiquem a dinamização econômica do território, adicionados à reposição da perda inflacionária e o ganho com a rentabilidade.

Isto indica ser um fator preponderante para a proposta de autossustentabilidade dos BCDs, demonstrando ser relevante a necessidade de renovação da gestão dos BCDs com foco no processo de dinamização econômica do território, logo, das equipes de gestão dos BCDs serem agentes ativos quanto ao planejamento dos processos econômicos do território (feiras de ECOSOL, formação de redes de comercialização, difusão dos princípios da ECOSOL para empoderamento territorial etc.).

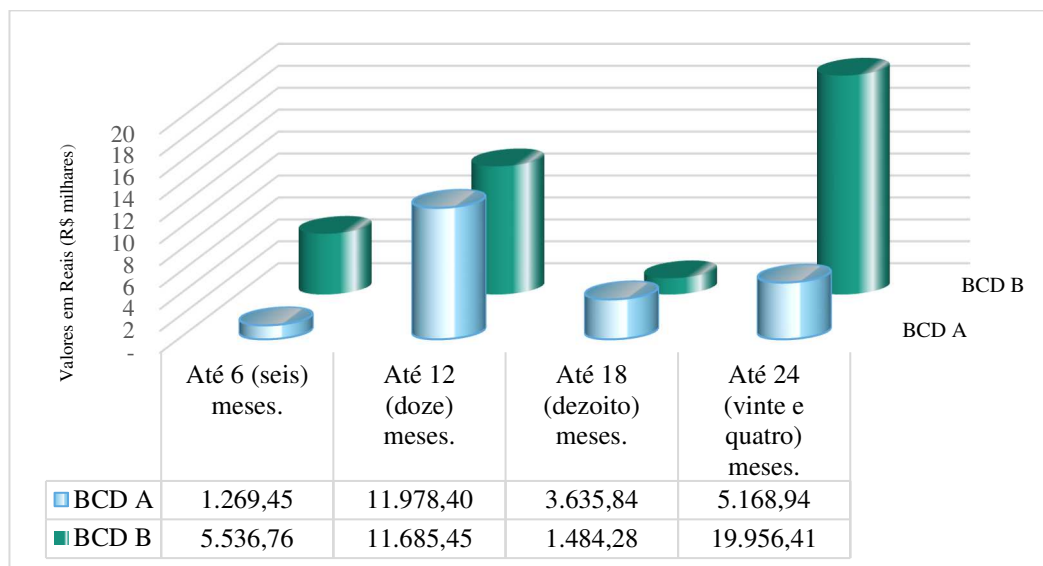
Evidencia-se, portanto, que as equipes gestoras dos BCDs se vejam defronte à necessidade de um planejamento estratégico ainda maior, pois, além das exigibilidades financeiras que deverão atender a legislação, haverá a necessidade de ter um planejamento estruturado, que indique as perspectivas econômicas do território para garantir a dinâmica econômica, a baixa inadimplência e, por conseguinte, o retorno do investimento realizado pelo investidor social.

Por esse motivo, a necessidade de renovação das práticas de gestão e atuação territorial dos BCDs se torna um fator imprescindível para a sobrevivência deste instrumento. Esta renovação provocará a inovação das práticas de gestão dos BCDs, lançando um novo modelo para atender aos princípios das finanças solidárias.

Outra significativa informação para os BCDs está relacionada ao prazo de permanência da aplicação. Esta informação possibilita saber o tempo possível entre a captação do recurso, distribuição deste por meio de microcrédito e recuperação dos valores mediante o pagamento das parcelas acordadas entre o BCD e os tomadores. Dessa forma, quanto maior for o prazo que o investidor esteja disposto para resgatar o valor, melhor será

para o BCD, já que terá condições mais adequadas para gerir a recuperação dos valores, com a devida taxa de juros e prazos.

Gráfico 2: Disposição de prazo e valores para aplicação em um BCD



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao longo do processo entre a entrada da inversão financeira no caixa do BCD e a sua concessão por microcrédito, os bancos comunitários pesquisados não possuíam um fluxo de caixa estruturado, que possibilitasse identificar a velocidade e a quantidade de concessões. Isto corrobora com a ausência da participação dos núcleos de estudos de negócios nestes bancos, tendo em vista que, pelo tempo de operação destes, já seria possível uma análise do histórico financeiro com a elaboração de indicadores de gestão, o que expressaria maior segurança quanto ao tempo e ao valor a ser invertido nos BCDs.

Dentre as alternativas no questionário, estão as que indicam o prazo de aplicação em 18 e 24 meses, sendo os maiores propostos. As respostas dos públicos de cada BCD indicam que as posições são inversamente proporcionais, pois, para o BCD A, 55,9% se dispõem em aportar seus recursos em, no máximo, 12 meses, enquanto o BCD B indica o percentual de 55,36% dispostos a manter as inversões entre 18 e 24 meses, sendo 51,6% no maior tempo proposto.

Fica evidente, apesar dos valores ainda serem baixos em seu montante, para o público pesquisado de cada banco comunitário, que a grande maioria manteria a aplicação entre 12 e 24 meses.

Assim, retomando a condicionalidade de haver a reposição inflacionária adicionada de uma rentabilidade e com dados que indiquem a evolução da dinâmica

econômica ter sido a mais optada pelas pessoas pesquisadas por intermédio de ambos os BCDs, vale aferir se o valor hipoteticamente captado seria viável para iniciar a concessão de microcrédito.

Tais valores serão analisados no transcorrer desta pesquisa, como forma de avaliar a viabilidade financeira da captação, no entanto, nesta seção, será analisado o potencial de captação e de microcrédito por meio da hipotética captação junto a terceiros.

6.2 A questão dos juros no Brasil e para os BCD

Paracelso, filósofo e alquimista suíço, defendia que as plantas medicinais, inclusive as venenosas, são medicamentos botânicos criados pela divindade e apresentados à humanidade (Neufeld, 2018), para quem é atribuída a afirmação de que “a diferença entre o remédio e o veneno é a dose”.

Traçando uma analogia aos juros no Brasil, pode-se considerar que tal afirmação é verdadeira!

Em agosto de 2023, a inflação registrada dos últimos 12 meses pelo BC foi de 3,16% e a taxa básica de juros estabelecida pelo Copom em 13,25%, perfazendo juro real de 10,09%, o que resulta na maior taxa de juros real¹⁸ do mundo. Como consequência, os investimentos na economia real, que são os que geram empregos, devido à dinamização na cadeia produtiva, são reduzidos, já que o retorno é maior ao aplicar em um serviço financeiro, ao invés de investir em algo concreto, conforme descreve Dowbor (2023):

(...) quando rende mais o rentismo financeiro, ou seja, a aplicação em títulos e diversos “produtos” financeiros, do que abrir uma empresa e realizar um investimento produtivo, o dinheiro flui para onde rende mais: para ganhos improdutivos (Dowbor, 2023, n.p.).

Segundo o relatório produzido pelo corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI), contendo a declaração do diretor executivo para o Brasil da referida instituição, os bancos brasileiros têm exposição limitada a choques na taxa de juros e estão “protegidos nos profundos mercados de derivativos do Brasil (...) O risco de um nexo banco-soberano adverso é principalmente aliviado por gestão do risco de taxa de juro” (*International Monetary Found*, 2023, n.p.).

¹⁸ O juro real é o resultado da subtração entre a taxa básica de juros e a inflação.

Esta gestão do risco, realizada por intermédio da taxa de juros, sob o pretexto de proteger a economia de uma escalada inflacionária, na verdade, se trata de uma narrativa não verdadeira pois, com base no crescimento econômico dos últimos cinco anos, a taxa de juros deveria ser reduzida, devido à falta de demanda. A transferência de recursos públicos para grupos financeiros por intermédio do pagamento da Dívida Pública Federal caracteriza um dreno improdutivo, já que os recursos financeiros são destinados a novas aplicações das instituições financeiras, ao invés dos produtores, que promoveriam a dinamização econômica (Dowbor, 2020).

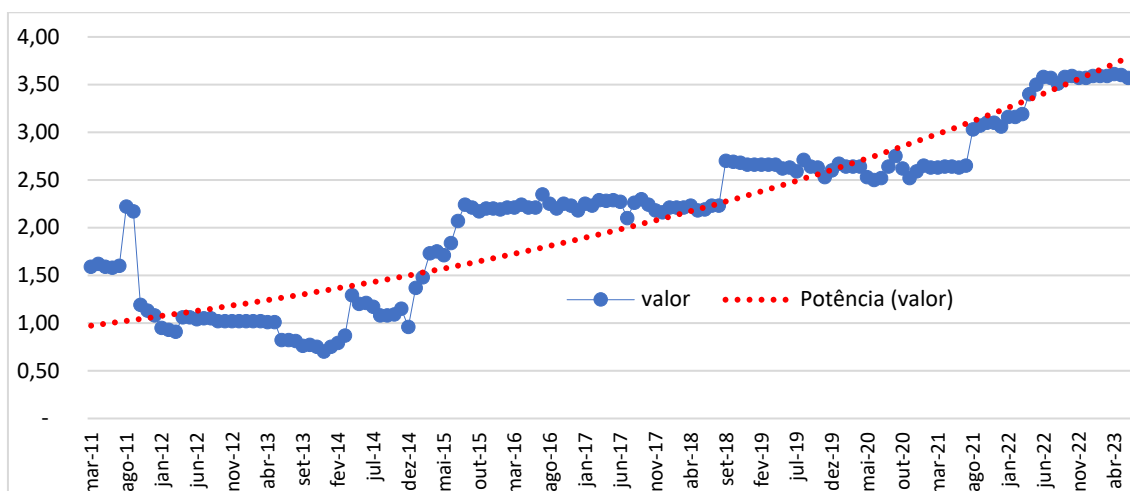
Dentre outras tantas formas de gerir o risco dos bancos comerciais, estão as operações compromissadas, que consistem na remuneração da sobra de caixa dos bancos¹⁹ comerciais, em que os gastos com juros no ano de 2022 aumentaram, resultando em R\$ 133,2 bilhões (Fatorelli, 2023). Dessa forma, ao serem remunerados pela sua ineficiência em não ofertar crédito com juros mais baixos, os bancos comerciais mantêm as taxas de seus serviços financeiros em índices altos.

Talvez seja este o maior dos absurdos praticados pelos detentores do poder improdutivo do Brasil! Um exemplo disso são os dados da Pesquisa de Juros da ANEFAC que, em junho de 2023, indicou que as linhas destinadas às pessoas físicas e que são importantes para dinamizar a economia são consideravelmente superiores à taxa básica. Outro exemplo são as linhas de crédito destinadas ao consumo no comércio, cuja taxa anual está em 92,51%, empréstimo pessoal dos bancos em 62,52% a.a., empréstimo pessoal em financeiras com 133,18% a.a. e os juros do cartão de crédito em 427,26% (ANEFAC, 2023).

Outro reflexo dessas garantias dadas às instituições financeiras comerciais é a alta taxa de juros para as linhas de microcrédito. Dentre as linhas de microcrédito, analisa-se aqui as taxas de juros dos financiamentos com destinação específica, os chamados créditos direcionados, que servem, sobretudo, para investimentos de médio e longo prazos, cuja fonte de recurso parte da captação dos depósitos à vista, das cadernetas de poupança, além de outros fundos e programas públicos.

¹⁹ Consiste na soma de todos os valores decorrentes de depósito e aplicações captadas pelos bancos que poderiam ser destinadas em forma de crédito para a sociedade, mas não são ofertadas já que os bancos comerciais são remunerados pela sua ineficiência.

Gráfico 3: Taxa média mensal de juros das operações de microcrédito com recursos direcionados - Pessoas físicas (Mar/2011-Jun/2023)



Banco Central do Brasil/Departamento Econômico, 2023.
 Fonte: Elaboração própria, 2023.

O Gráfico 3 apresenta a evolução da taxa média mensal dos juros referentes às operações de microcrédito na oferta de recursos direcionados para microempreendedores pessoa física (Banco Central do Brasil, 2023), entre março de 2011 e junho de 2023. Ao longo desse período, a menor taxa foi aferida em 0,7% (dezembro/2023), enquanto a maior esteve em 3,61% (abril/2023), as quais, anualizadas consistem em 8,73% e 53,05%, respectivamente. Em junho de 2023, a taxa média mensal de juros do microcrédito foi estabelecida em 3,57%, logo, 52,34% a.a.

A taxa de juros para o microcrédito acima praticada no Brasil pode ser considerada como sendo um “ato criminoso”, quando comparada às taxas de microcrédito em outros países.

Segundo a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), associação privada sem fins lucrativos, pioneira em concessões de microcrédito em Portugal, a concessão de microcrédito para o prazo médio de 48 meses é remunerada pela taxa de juros Euribor²⁰ 90 dias adicionado de 2% a 3% anuais. Assim, considerando que a referida taxa em 31 de julho de 2023 para 90 dias estava em 3,715% a.a. e que, em caso de aplicar o percentual teto adicional de 3%, perfaz o total anual de 6,715% que, ao mês, corresponde a 0,54%. Verifica-se, portanto, que a taxa média mensal no Brasil é 7,8 vezes maior que a média europeia. Portanto, se faz necessário o resgate produtivo do dinheiro!

²⁰ As taxas Euribor baseiam-se na média das taxas de juros praticadas em empréstimos interbancários em euros por muitos bancos proeminentes europeus.

Supondo que os valores de uma eventual inversão financeira em bancos comunitários identificados anteriormente venham a ser concedidos em forma de microcrédito produtivo, pode-se estimar os valores descritos na Tabela 8.

Nesta, os valores de potencial de concessão foram divididos conforme as respostas apresentadas no questionário, em relação ao valor correspondente ao prazo de que se manteria a inversão financeira para cada um dos bancos comunitários. Dessa forma, as equipes gestoras têm a informação do quanto se poderá conceder mediante o prazo.

Para ambos os bancos pesquisados, foram analisadas as possibilidades de concessão de crédito com base nos prazos apresentados nas respectivas pesquisas, com vistas à organização dos BCDs.

Com antecedência, vale reafirmar que, para a presente pesquisa, havia a expectativa de que seriam identificados estudos prévios acerca da gestão dos bancos comunitários. Contudo, ao se pesquisar utilizando termos das palavras-chave relacionadas ao tema desta pesquisa, não foram encontrados, nas plataformas que reúnem as coleções de periódicos, bibliotecas, repositórios digitais e bases de dados nacionais (*Web Of Science*, *Scielo Analytics* e *BDTD*), estudos financeiros e contábeis com foco especificamente na análise de resultados e indicadores restritos à gestão dos bancos comunitários.

Demonstrações financeiras possibilitam o acompanhamento dos resultados, bem como contribuem para as decisões do quanto o EFS poderá conceder mediante os valores anteriores. Instrumentos como o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) explanam a situação financeira da empresa em um período específico, que, para o caso dos bancos comunitários, poderiam contribuir para saber quanto de dinheiro entrou e saiu na empresa a cada período desejado (dia, semana, mês, trimestre, ou ano), possibilitando aferir os ajustes da taxa de juros conforme a dinâmica econômica do território. Outro instrumento importante para os bancos comunitários seria a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), pois reuniria todas as informações de receitas e os resultados de cada operação de concessão de microcrédito.

Diante disso, as análises a seguir visam apresentar: (i) a necessidade de importância destes estudos e (ii) a estimativa, ainda que consideravelmente hipotética, de potencial resultado das concessões de microcrédito, por meio das captações de recursos junto aos eventuais inversores financeiros solidários.

Para a análise do cálculo, foram consideradas somente as receitas decorrentes dos juros aplicados, logo, não estão inclusas as demais possíveis RO, como, por exemplo,

taxas de adesão comunitária, de abertura de crédito, decorrentes de transação por aplicativos, entre outras possíveis formas. Foram considerados os prazos para estrutura de cessão de crédito (12 e 24 meses) e três alternativas de quantidade de cessões, a fim de averiguar a capacidade de oferta mediante a demanda.

Tabela 8: Estimativa monetária de captação, cessões de crédito e valor futuro – sem reembolso

| BCD | Prazo de aplicação (meses) | Valor Captado | Quantidade tomadores | Crédito Concedido por tomador | Prazo (ano) | Taxa de Juros (a.a.) | Valor Futuro (unit.) | Valor da parcela p/ tomador | Montante (original + juros) | Ganho Tt. juros (final contrato) | Resultado mensal (juros) |
|-------------|----------------------------|---------------|----------------------|-------------------------------|-------------|----------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| | | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) | (F) | | | | |
| Commissari | De 18 à 24 | 13.247,85 | 3 | 4.415,95 | 2 | 52,34 | 10.248,31 | 427,01 | 30.744,92 | 17.497,07 | 729,04 |
| | | | 5 | 2.649,57 | 2 | 52,34 | 6.148,98 | 256,21 | 30.744,92 | 17.497,07 | 729,04 |
| | | | 7 | 1.892,55 | 2 | 52,34 | 4.392,13 | 183,01 | 30.744,92 | 17.497,07 | 729,04 |
| | De 6 à 12 | 8.804,78 | 8 | 1.100,60 | 1 | 52,34 | 1.676,65 | 139,72 | 13.413,19 | 4.608,42 | 384,03 |
| | | | 10 | 880,48 | 1 | 52,34 | 1.341,32 | 111,78 | 13.413,19 | 4.608,42 | 384,03 |
| | | | 12 | 733,73 | 1 | 52,34 | 1.117,77 | 93,15 | 13.413,19 | 4.608,42 | 384,03 |
| Preventório | De 18 à 24 | 21.440,69 | 3 | 7.146,90 | 2 | 52,34 | 16.586,14 | 691,09 | 49.758,42 | 28.317,73 | 1.179,91 |
| | | | 5 | 4.288,14 | 2 | 52,34 | 9.951,68 | 414,65 | 49.758,42 | 28.317,73 | 1.179,91 |
| | | | 7 | 3.062,96 | 2 | 52,34 | 7.108,35 | 296,18 | 49.758,42 | 28.317,73 | 1.179,91 |
| | De 6 à 12 | 17.222,21 | 8 | 2.152,78 | 1 | 52,34 | 3.279,54 | 273,29 | 26.236,31 | 9.014,10 | 751,18 |
| | | | 10 | 1.722,22 | 1 | 52,34 | 2.623,63 | 218,64 | 26.236,31 | 9.014,10 | 751,18 |
| | | | 12 | 1.435,18 | 1 | 52,34 | 2.186,36 | 182,20 | 26.236,31 | 9.014,10 | 751,18 |

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Mediante a hipótese de captação, verifica-se que, ao considerar a primeira concessão, extraído desta os evidentes riscos inerentes e suas consequências (inadimplência, multas etc.), que não foram possíveis de averiguar, devido à inexistência de demonstrativos financeiros, o que impossibilitou estimar o multiplicador financeiro, ao final do prazo de doze meses, o BCD A poderia obter de receita com juros o valor de R\$ 13.356,95, e o BCD B o resultado de R\$ 23.172,97, ao final do mesmo período.

Tabela 9: Simulação de resultado financeiro da operação de crédito do BCD

| BCD | Prazo de aplicação (meses) | Reajuste IPCA* 3,16% | Rentabilidade - CDI/Ano** 13,65% | Resgate para inversores | Ganho juros (ano) | Resultado final(ano) |
|-------------|----------------------------|----------------------|----------------------------------|-------------------------|-------------------|----------------------|
| Commissari | De 18 à 24 | 418,63 | 1.808,33 | 2.226,96 | 8.748,53 | 6.521,57 |
| | De 6 à 12 | 278,23 | 1.201,85 | 1.480,08 | 4.608,42 | 3.128,34 |
| Preventório | De 18 à 24 | 677,53 | 2.926,65 | 3.604,18 | 14.158,87 | 10.554,69 |
| | De 6 à 12 | 544,22 | 2.350,83 | 2.895,05 | 9.014,10 | 6.119,05 |

*BACEN

** BACEN-Dados Diários - 24 de julho de 2023

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Pupo (2022) retrata o perfil do crédito gerido pelo Banco Bem, no estado do Espírito Santo, onde, na demanda por crédito na comunidade, o de consumo tem maior procura, com 44,14% dos créditos concedidos; seguido dos créditos produtivo (32,32%) e habitacional (23,52%). Nestes, desde o ano de 2020, a taxa de juros é de 3%, sem a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito (TAC). A inadimplência varia de 0 a 3%, conforme a linha de crédito, sendo a de consumo de até 2%.

Joaquim Melo comenta que o “índice de inadimplência nacional ficava em média entre 3% e 4%. Em 2018, nós fechamos com inadimplência média de 8%. Então, os pequenos negócios estão tendo dificuldade para pagar o crédito” (Magalhães; Paiva, 2019, n.p.).

À vista disso, caberá à equipe gestora de cada BCD gerir e transparecer aos eventuais inversores financeiros as formas que possam garantir até qual grau de inadimplência é aceitável e que não incorrerá em risco.

Ao analisar as condições de demanda por crédito, perfil socioeconômico do público-alvo, segmentos dos empreendimentos por estes administrados e a boa aceitação das condicionalidades propostas pelo questionário, que foram positivamente relatadas pelas equipes gestoras, considera-se que a resistência apresentada na questão de aceitar os aportes dos inversores financeiros solidários em forma de aplicação, com a

contrapartida de que estes possam efetuar o resgate do valor investido acrescido de juros, se mostra decorrente de um eventual desconhecimento do potencial que a comunidade possui ou da aversão de assumir riscos.

Para Souza (2023), os resultados mostram que, sem escala, a captação de recursos/poupança seria excessivamente arriscada para os financiadores e, sem controles, arriscada para os gestores dos BCDs, que seriam responsabilizados pela devolução dos recursos e sua remuneração.

Poderia instituir uma forma segundo a qual o custeio dos BCDs seria feito exclusivamente por meio de subvenções, protegendo os recursos dos financiadores, que seriam aplicados única e exclusivamente às operações de crédito.

Caso os recursos para custeio resultassem superavitários, seriam aplicados também às operações de crédito. Os superávits com operações de crédito originadas com recursos de custeio formariam, obrigatoriamente, uma reserva contábil, que só poderia ser consumida no pagamento das atividades, incluindo inadimplência, as quais seriam arcadas, primariamente, pelo saldo positivo das operações de crédito com recursos de financiadores e, apenas secundariamente, pelas reservas geradas a partir da aplicação dos recursos de subvenções em operações de crédito, o que pode ser acrescido no PLP, visto que não consta (Souza, 2023).

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Como visto no início desta pesquisa, para alguns grupos sociais, a ciência era vista (e, em alguns casos, ainda é) como algo restrito aos grupos sociais elitistas.

Diante de um processo histórico-estrutural, no qual o acesso à educação de qualidade é uma pauta de luta constantemente veiculada em diferentes plataformas políticas, a construção científica, ou seja, o saber aplicado, durante muito tempo ficou restrito a um grupo com condições socioeconômicas.

Apesar dos avanços decorrentes de políticas públicas que promoveram o acesso de grupos sociais de menor renda, povos originários, cotas para estudantes oriundos do ensino público, entre outros, nota-se, pelos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, antes do período pandêmico da COVID-19, que apenas 20% da população entre 25 e 34 anos conquistou o diploma de nível superior, e que 40% dos ingressantes em universidades pertenciam aos 20% da população com maior poder econômico. Até então, no mesmo período do levantamento, somente 5% integravam os 20% mais pobres da população (INEP, 2020).

Tais dados demonstram que o acesso à educação superior é historicamente limitado no Brasil, sobretudo em favorecimento às pessoas integrantes das classes sociais A e B.

A percepção de uma ciência elitista leva à aceitação da construção de dispositivos tecnológicos que aparentam benefícios à sociedade, mas que, em sua maioria, serviram e têm servido às grandes organizações econômicas. Um exemplo disso, no âmbito das organizações financeiras capitalistas, o meio de pagamento Pix, criado pelo BC alcançou, somente no mês de junho de 2023, a quantidade de 3.298.122 transações (Banco Central Do Brasil, 2023), tornando-se o principal instrumento de operações financeiras do país.

Tal informação está disfarçada de algo benéfico exclusivamente à sociedade, quando, na verdade, as grandes organizações financeiras são as verdadeiras beneficiadas, visto que, dentre tantas formas, está a redução de custos logísticos, devido à retirada de dinheiro em espécie de circulação, além de outras vantagens, conforme relatou o próprio Presidente do BC, Campos Neto, em participação na 32ª edição da Febraban Tech:

Eu quero já dizer que não é verdade que os bancos perdem dinheiro com o Pix. Inclusive, a gente deve, em algum momento, soltar algum tipo de estudo mostrando isso. Você tem uma perda de receita em transferência, mas, por outro lado, novas contas são abertas, novos modelos de negócio são gerados, você retira dinheiro de circulação, o que é um

custo enorme para o banco, você aumenta a transação, então o transacional aumenta (Agência Brasil, 2022, n.p.).

Dessa forma, a ciência se mostra cada vez mais necessária para a sociedade, à medida que esta obtém e percebe os benefícios derivados de sua participação no processo de construção do saber territorial. Isto denota que a ciência deve ser aplicada.

Ante a isso, o campo CTS atua na desmistificação do conceito elitista e do estereótipo do cientista como um personagem masculino, dotado de extremo saber e isolado da sociedade.

Ambicionando humanizar a ciência, permeando pela interdisciplinaridade e a transversalidade do saber para a geração de pesquisas que possibilitem o acesso e a inclusão de mais pessoas por meio da conscientização dessa possibilidade, o campo CTS promove estas sejam realizadas no território, pelas pessoas do território e, portanto, uma forma/jeito de fazer ciência.

Ao evidenciar que a ciência não possui neutralidade, associada ao processo histórico de elevada restrição à academia pelas classes trabalhadoras, o que reflete na produção de dispositivos tecnológicos que atendam às classes dominantes, os cientistas do campo CTS compreendem e difundem que a ciência seja uma produção democrática e pela revolução dos movimentos sociais.

Sendo a universidade o local em que a ciência é o principal produto, formar e qualificar novos pesquisadores é uma de suas funções. Por isso, a universidade é vista como uma organização social gerida por planejamento, perspectivas, controle e sucesso em prol da sociedade. Sua prática reconhece a divisão social, econômica e política da comunidade em que está inserida, devendo cumprir a sua função social com práticas baseadas no reconhecimento público de sua legitimidade e responsabilidades (Morés, 2017).

A ciência, agrupada de todo o seu conjunto de saberes, tem na universidade um dos seus principais palcos de diálogo com a sociedade, pois fundamenta a existência humana.

Considerando que a CE está no campo CTS, poderia haver a realização de mais estudos e a construção de habilidades dos profissionais mais sensíveis às demandas sociais, o que viria a atender o objetivo quanto ao perfil do economista, de ter a sólida consciência social que contribui para as transformações político-econômicas e sociais, conforme destacado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em

Ciências Econômicas e, por consequência, contribuir no cumprimento da função da universidade.

Entretanto, vale ressaltar que, conforme relata o Documento de Área sobre Economia da Diretoria de Avaliação (DAV), divisão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), até o ano de 2018, havia 33 programas de doutorado na área, bem como afirma:

A Área de Economia tem se caracterizado por evitar mudanças bruscas no processo avaliativo e incorporar mudanças com prévia discussão com a comunidade acadêmica. Neste sentido, as mudanças têm tido um caráter marginal, mas que de forma cumulativa permitem a evolução e o desenvolvimento da área. Neste quadriênio, esta tendência será mantida. As mudanças que viermos a promover serão frutos de profundas discussões com a área (CAPES, 2019, n.p.).

A análise dos dados coletados ocorreu conforme a fase da investigação, sendo que, na primeira, reitera-se que a premissa inicial da pesquisa documental complementar decorreria a partir dos DFs (ou similares que cumprissem a função destes), que seriam apresentados pelas equipes dos BCDs, mas que não fora possível, tendo em vista a ausência de um padrão ou organização particular por parte da gestão de cada um dos BCDs contatados.

O plano de contas tem por objetivo analisar os documentos que contenham as informações financeiras destas instituições, das quais seriam extraídos os elementos sobre a quantidade de empréstimos por microcrédito realizados, o valor médio destas ofertas, os prazos de pagamento das parcelas estipuladas e os eventuais atrasos, a taxa de inadimplência, a taxa de juros aplicada, além de demais dados necessários para averiguar a liquidez financeira dos BCDs e demais índices já relatados, serviriam de base para a análise comparativa dos anéis dos potenciais inversores financeiros solidários.

Diante da evidenciada escassez de estudos econômicos que indiquem o engajamento aplicado desta área do saber junto aos bancos comunitários, cabe a reflexão sobre como e para onde poderão seguir as pesquisas econômicas futuras.

A ausência de pesquisas que atendam às demandas por estruturas e técnicas de gestão para os bancos comunitários pode ser o resultado da elitização dos currículos dos cursos de Economia que necessitam de uma revisão, o que pode ser obtido por meio da inserção dos conceitos do campo CTS nestes, visto que propõe uma visão de resgate da

ciência desta área ao seu princípio, que é o de estudar a riqueza da sociedade, e não a sociedade rica!

A ausência destes estudos e, provavelmente, a falta de práticas de extensão, podem ocorrer, também, para outros empreendimentos solidários, financeiros ou não. A atenção de inserir a academia, sobretudo, a da CE ao seu princípio básico, promoverá uma renovação educacional, política, cultural e social.

Desde o surgimento do Banco Palmas, em 1998, os BCDs têm se mostrado um instrumento fundamental da ECOSOL para o combate à pobreza extrema e inserção social por meio da dinâmica econômica.

Ao longo do seu desenvolvimento, ações em parceria com o poder público foram cruciais para a sua manutenção e conquista dos objetivos sociais, econômicos e territoriais, o que resultou na sua expansão por todo o território nacional (e fora dele), fortalecendo a identidade territorial, empoderamento dos agentes sociais e dos empreendedores locais estabelecidos nos territórios atendidos pelos BCDs.

Contudo, por ser o BCD um instrumento que expressa, ainda que de forma inconsciente, um modo de fazer ciência em relação à economia capitalista convencional, sobretudo na perspectiva sul-americana, onde os bancos comerciais detêm sobremaneira os estados, a sua continuidade ficou ameaçada após as crises políticas e econômicas que culminaram com o golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016. Assim, os recursos advindos de instituições públicas de fomento, como, por exemplo, o BNDES e da Senaes, ficaram restritos, ou até mesmo inexistentes.

Para além de questões financeiras, a ausência do apoio ficou explícita ao verificar que as equipes gestoras não possuíam conhecimento financeiro e contábil sobre as condições mínimas de sustentação financeira.

Isto demonstra a outra falha no arcabouço de sustentação autônoma dos BCDs, que foi a ausência de estudos de viabilidade econômica e financeira de cada banco, perpassando por estratégias de dinamização econômica local, como define o rol de princípios da ECOSOL.

O distanciamento das Ciências Sociais Aplicadas, e reforçando, principalmente, dos núcleos de estudos e pesquisas em negócios das universidades resulta na ausência ou na baixa quantidade de estudos quantitativos de viabilidade e gestão econômica solidária, quer seja o objeto de estudo os BCDs ou outros empreendimentos financeiros solidários como objeto de estudo.

Em face do malogro político ultradireitista recente no Brasil, o qual preteriu desenvolvimento econômico social em prol de grupos econômicos e do mercado financeiro, ainda mais agravado pela pandemia de COVID-19, os BCDs reduziram, ou até mesmo extinguiram as suas atividades.

Diante de tal cenário, vale ressaltar que o devido funcionamento dos BCDs promove a reestruturação socioeconômica territorial e que é urgente a inovação quanto aos processos de autossustentabilidade econômica e financeira.

Com base no conceito da tecnociência solidária, popularizar um processo praticado no mercado financeiro convencional, de forma que seja salutar para a sociedade no entorno do BCDs, se torna um ato de profanação deste instrumento outrora usufruído pela tecnociência capitalista financeira e, portanto, uma AST.

A instrumentalização deste processo de popularização proposta nesta pesquisa ocorreria pela prática da captação de recursos financeiros à vista ou a prazo de terceiros que, espontaneamente, optassem por aplicar parte de suas reservas financeiras em BCD, sob a contrapartida de que, ao final do prazo previamente acordado, recebam o valor corrigido monetariamente.

Os resultados obtidos na pesquisa de campo indicam que, nesta pequena amostra, ambos os BCDs participantes obteriam valores anuais consideravelmente superiores ao que costumam obter em suas ações pela captação de doações ou similares. Em média, 76% dos pesquisados estariam “plenamente dispostos” ou “bastante dispostos” em realizar as suas inversões financeiras nos bancos comunitários, apesar de 59,2% terem afirmado “nunca ouvir falar”, ou saber pouco sobre o que é um BCD.

O tempo de permanência da aplicação no BCD também é uma informação importante; do público do BCD A, 55,9% estariam dispostos a investir seus recursos por, no máximo, 12 meses, enquanto no BCD B, o percentual de 55,36% estaria disposto a manter os investimentos entre 18 e 24 meses, sendo 51,6% no maior período sugerido.

Em contrapartida, 54,24% dos potenciais inversores financeiros solidários do BCD B e 40,54% do BCD A indicam condicionalidades que elevam a necessidade de renovação do modo de operação da equipe gestora, pois demonstram exigir, além da recomposição da perda inflacionária do período de permanência, a adição da rentabilidade de uma aplicação, que colocam a necessidade de comprovar a dinamização da economia local, o que caracteriza uma contrapartida social.

Em relação ao montante passível de uma eventual captação, vale ressaltar que a pesquisa aferiu hipóteses baseadas em um percentual com base na taxa média de um

Certificado de Depósito Interbancário (CDI), o que já indica um valor monetário consideravelmente reduzido e se torna ainda mais quando se opta em propor a disposição parcial desta reserva financeira para aplicação.

Contudo, mesmo diante da simulação que utilizou uma taxa média mensal dos juros referentes às operações de microcrédito na oferta de recursos direcionados para microempreendedores pessoa física, já considerada desumana, e do valor potencial de captação mensal, os bancos comunitários pesquisados não conseguiriam cobrir os seus respectivos custeios. Para tanto, a solução mais adequada seria, do ponto de vista da atividade proposta, aumentar a quantidade de inversores financeiros solidários para cada BCD. Assim, esta captação seria utilizada como cessão de microcrédito produtivo e para consumo, por meio das respectivas moedas sociais.

Para isso, será necessário que a equipe gestora tenha o conhecimento de não somente administrar os fluxos financeiros com análises periódicas da sua evolução (função da academia), mas, também, de ser agente dinamizador da economia local, a fim de garantir o devido resgate da aplicação financeira acordada junto ao investidor que realizara a aplicação.

Neste conjunto de ações, ficaria evidenciada a ação transdisciplinar do campo CTS, em que a sociedade é participante, logo, sem autorias, misturada, de cunho participativo, realizando a apropriação social do conhecimento.

Entretanto, mediante as condicionalidades apresentadas, há a necessidade de renovação quanto à forma de gestão do planejamento estratégico territorial, o que demanda a requalificação da equipe gestora do BCD, sendo esta uma função cabível ao núcleo de negócios das universidades.

Em uma eventual retomada de políticas públicas que, de alguma forma, fomente a dinâmica dos BCDs por meio da cessão de crédito, ainda permanecerá a relativa dependência de agentes públicos. Caso ocorra, tais programas governamentais precisarão ter em seu bojo o processo de emancipação ou, ao menos, alternativas que denotem a redução da dependência e que promovam a autossustentabilidade financeira, por meio da tecnociência solidária financeira.

Dessa forma, considerando ser o banco comunitário uma AST baseada nos princípios da tecnociência solidária para atender aos preceitos das finanças de proximidade, tal instrumento se mostra viável quanto ao seu potencial de captação, o que lhe confere credibilidade perante os potenciais inversores financeiros solidários, mediante

o aprimoramento da transparência decorrente dos indicadores de gestão obtidos por intermédio do emprego dos DFs elaborados pela equipe gestora.

Aqui, não se anula a participação do Estado como indutor da atividade econômica, com apoios decorrentes de editais ou demais formas de subvenção. Pelo contrário! Tal como um EES recebe o apoio por meio dos editais públicos para estruturar o seu produto e serviço e ir ao mercado concorrencial disputar o espaço com os seus concorrentes capitalistas, os bancos comunitários também poderão (e deverão) captar os recursos de fomento público para a sua estruturação e ir ao mercado não limitado ao seu território para captar recursos de potenciais inversores solidários financeiros, para promoverem a função produtiva real do dinheiro, como um dreno financeiro invertido.

Assim, garante-se uma forma de alavancagem financeira, criando um regime misto para que, paulatinamente, se concretize a autossustentabilidade financeira. Afinal, ao analisar o propósito de instituições sociais, neste caso, os BCD, o fato de não poderem captar recursos junto aos potenciais inversores solidários se torna um absurdo, visto que as grandes instituições financeiras capitalistas realizam isso sem quaisquer retornos à sociedade. Pelo contrário! Captam oferecendo armadilhas agiotas!

Caso contrário, os BCDs estarão sujeitos ao malogro da prática assistencialista, sem a perspectiva de evolução para um instrumento econômico dinamizador do território, o que fortaleceria o combate à pobreza.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa teve como foco central investigar a viabilidade financeira de captação de recursos à vista e a prazo pelos BCDs, almejando a sua autossustentabilidade financeira, ou para atenuar a dependência de recursos públicos, já que esta fonte pode reduzir, ou até mesmo cessar, devido à oscilação política na gestão pública das diferentes esferas. Portanto, averiguar a renovação e inovação quanto à estratégia que esse modelo poderia (e ainda pode) proporcionar para os BCDs e, conseqüentemente, para a comunidade.

No decorrer da pesquisa, novas evidências, perspectivas e instigações permearam as análises e provocaram uma reflexão sob a ótica da economia de impacto, produção científica, modo de fazer ciência e a função social dos agentes relacionados ao tema, que formam a conjuntura que leva à esta conclusão.

Ao se averiguar a produção mais atual da CE, foi possível verificar que há um relativo distanciamento da área de negócios (Administração, Contabilidade e Economia) das instituições de ensino superior em aplicar o conhecimento de gestão nos EES. Foi possível observar a pouca quantidade de produções desta área acerca das práticas de gestão e uso de instrumentos de aferição dos dados financeiros e econômicos. Isso pode ter um efeito de atraso no desenvolvimento das finanças solidárias, o que, nesta pesquisa, ficou evidente nos BCDs.

Os estudiosos da CE, buscando atender à sua formação crítica para as disparidades sociais, precisarão se atentar aos esforços científicos para o desenvolvimento do potencial humano, repensando os seus valores e propósitos, a fim de que se propicie um futuro promissor para a sociedade, por intermédio desta área.

Esta cessação revelou que, apesar de terem passado, aproximadamente, mais de dez anos da criação dos BCDs aqui pesquisados, o sistema ainda não se demonstra minimamente estruturado para a sua autossustentabilidade.

Isto denota a necessidade de ampliação dos estudos relacionados ao objeto desta pesquisa, com o propósito de instrumentalizar os EES das técnicas de gestão, que possibilitem evidenciar os resultados obtidos e, com isso, ampliar a prospecção de maior apoio.

Estudar e estruturar as políticas públicas de microfinanças para os EES resultará no estabelecimento da função produtiva do dinheiro, dinamizando a economia nos territórios com maior vulnerabilidade social.

Para além de novos estudos de cunho econômico, diferentes áreas do saber também poderão agregar suas contribuições a partir da perspectiva aqui iniciada, como, por exemplo, o segmento da educação, objetivando o redesenho do arcabouço da função social das profissões ao longo do ensino superior.

Uma formação focada no desenvolvimento de competências necessárias para que um território se aproprie de sua dinâmica de transformação, almejando uma comunidade econômica e sustentavelmente viável e socialmente justa, demanda a qualificação de seu coletivo de pessoas, para que estejam capacitadas para analisar de forma integrada a sua realidade e, por meio de uma visão crítica e propositiva, oportunize sólidas e consistentes propostas para a melhoria da qualidade de vida conjunta.

Para tanto, o campo de estudos CTS se mostra como forma de alcançar estes instrumentos pelo conhecimento científico e tecnológico, rompendo com a elitização deste, tornando a C&T capaz de satisfazer as necessidades regionais da população de um território que utilize a sua riqueza humana e seus recursos locais para a geração de adequações sociotécnicas imbuídas da tecnociência solidária.

Cabe aos pesquisadores das áreas do núcleo de negócios de universidades que ofertem estes cursos, particularmente, da CE, se aproximarem dos conceitos do campo de estudos CTS, a fim de transcender a tecnociência convencional, mediante a utilização dos indicadores econômicos e sociais que impactam nas diferentes dimensões da sustentabilidade, especialmente, a econômica, a social e a política.

Portanto, o estudo CTS consiste em um campo para que se entenda e realize a ciência de forma participativa, cuja produção tecnológica seja celebrada por um acordo social, com a apropriação coletiva e autogestionária à vista da perspectiva de mudança e, até mesmo, de esperança.

Por fim, para este pesquisador, desde a concepção da proposta de pesquisa submetida no processo seletivo, o seu desenvolvimento por meio de longas conversas com orientadores, entrevistados(as), integrantes da banca de qualificação, entre outras fontes de debates elucidativos que provocaram reflexões e novas perspectivas acerca do objeto e do objetivo, constato que, tal como as finanças precisam ser democratizadas, a compreensão da ciência ainda é um desafio para a população, ficando restrita ao acesso universitário. Não porque não chegue a ela, pois, na verdade, já está lá, embrenhada no saber coletivo, tão somente os comunitários ainda não sabem que são os verdadeiros fazedores da ciência necessária.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>. Acesso em: 28 jan. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios, p. 40, 2009.

AGÊNCIA BRASIL. Não é verdade que os bancos perdem dinheiro com Pix, Dia presidente do BC. In: **Agência Brasil**. Brasília, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-08/nao-e-verdade-que-bancos-perdem-dinheiro-com-pix-diz-presidente-do-bc> . Acesso em: 17 ago. 2023.

ALDRIGHI, Dante M. Uma avaliação das contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros. **Rev. Economia Política**, São Paulo, v. 26, p. 137-157, mar. 2006. ISSN 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/TJVty4kgqTrJs3yKwjgx33G/?lang=pt> . Acesso em: 04 ago. 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Tradução Walter José Evangelista e Marai Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Thompson, 2006.

ANEFAC. **Pesquisa de juro - Julho 2023**. Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. p. 2. Disponível em https://www.anefac.org/files/ugd/21624f_04f8d892b81c40d98c5d58756d98b341.pdf Acesso em: 10 ago. 2023.

ANZE, Viviani R. Políticas de fomento à economia solidária no Estado de São Paulo no período recente (2011-2016): simulação de possíveis *paybacks* para o investimento público e considerações para a expansão do fluxo de benefícios associados. In: **Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7835/1/bmt_62_pol%C3%ADticas.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

ASCHER, François. **Metápolis ou l'avenir des villes**. Odile Jacob. Paris: 1995.

AULER, Décio. **Interações entre Ciência-Tecnologia-Sociedade no Contexto da Formação de Professores de Ciências**. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Santa Catarina. p. 257. Florianópolis, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxa de poupança das famílias: uma análise para Brasil e regiões. **Estudos especiais do Banco Central**, Brasília, 2021. ISSN 107. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE107_Taxa_de_poupanca_das_familias.pdf . Acesso em: 01 maio 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas do Pix**. Brasília. 2023. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/estatisticaspix> Acesso em: 23 ago. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas Monetárias Crédito. **Dados abertos**, 2023. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/25505-taxa-media-mensal-de-juros-das-operacoes-de-credito-com-recursos-direcionados---pessoas-fisic>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Metodologia de decomposição do custo do crédito e do spread**: aperfeiçoamentos e decomposição por segmento de atividade financeira, incluindo cooperativas, 2020. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE086_Metodologia_de_decomposicao_do_custo_do_credito_e_do_spread.pdf . Acesso em: 26 ago. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional** (Cosif), 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cosif>. Acesso em: 06 set. 2021.

BARRÊTO, Iago C. C.; CERIDONO, João G.; BUENO, Vinicius G. **Introdução da moeda eletrônica e seus impactos na comunidade**: caso do Banco Palmas - CE, São Paulo, Outubro 2015. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/introducao_da_moeda_eletronica_e_seus_impactos_na_comunidade_caso_do_banco_palmas.pdf . Acesso em: 28 ago. 2021.

BATEMAN, Milford; CHANG, Ha-Joon. The microfinance illusion. In. **SSRN Electronic Journal**. 2009. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/242709143_The_Microfinance_Illusion Acesso em: 12 out. 2022.

BAVA, Silvio C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: BASIL, FUNDAÇÃO B. D. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004. p. 103-116.

BAZZO, Walter A; PEREIRA, Luiz T. V.; LINSIGEN, I. V. Conversando sobre educação tecnológica. **COBENGE** 2003. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/legado/arquivos/16/artigos/CNE390.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2022.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In. **A biograohical approach**. Ed. 2. New York. Basic Books, 1975. Pag. 73-81. Disponível em

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7693742/mod_resource/content/1/AULA%20%20-%20COMP%20-%20Berger%20e%20Berger%20-%20o%20que%20e%20uma%20instituicao%20social.pdf Acessado em: 29 jun 2020.

BNDES. **Relatório anual 2011**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/_export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2011/relatorio_anual2011.pdf.> Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 9.790**, Brasília., 23 março 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Economia Solidária**. Brasília, p. 18, 2013. Disponível em:

<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F00FA3A014F0496938B7DF7/Num%201%20A%C3%A7%C3%B5es%20Integradas%20para%20Municipios%20e%20UFs.pdf>
Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Imprensa Nacional**, 20 Abril 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22913878/do1-2016-05-20-recomendacao-n-17-de-29-de-abril-de-2016--22913713 . Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 13.844** de 18 de junho de 2019. Institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 11.646**, de 16 de agosto de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11646.htm. Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Política Nacional de Economia Solidária**. Brasília, p. 18, 2013. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F00FA3A014F0496938B7DF7/Num%201%20A%C3%A7%C3%B5es%20Integradas%20para%20Municipios%20e%20UFs.pdf>
Acesso em: 06 ago. 2021.

BRUSKY, Bonnie; FORTUNA, João P. **Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

CABRAL, Giovana; PEREIRA, Guilherme R. Introdução aos estudos CTS. In: **Ciência, Tecnologia e Sociedade I**. Cap. 2. Natal: EDUFRN, 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Complementar 93/2007**. Câmara dos Deputados. Brasília, p. n.p. 2007. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=361065> Acesso em: 12 out. 2020.

CAPES. **Documento de Área: área 28 - Economia**. Ministério da Educação. Brasília. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/economia-pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CARVALHO, Hilano J. R. D.; SHIMBO, Ioshiaqui; ZANIN, Maria. Gestão estratégica e gestão em economia solidária. In: SOUZA, André R. D.; ZANIN, André. **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. Cap. Parte 3, p. 125-134.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**. Dez 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt> Acessado em: 23 abr. 2022.

CORAGGIO, José L. Economia Social e Solidária. In: SOUZA, André R.; ZANIN, Maria **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: UFSCar, 2017. Cap. 3, p. 31-46.

CORRÊA, Raquel F.; GEREMIAS, Bethania M. **Determinismo Tecnológico: elementos para debates em perspectiva educacional**. In: Rev. Tecnologia e Sociedade. v. 9. N.: 18. GT Educação Científica e Tecnológica e Estudos CTS: Novos Desafios e Possibilidades. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2633> Acesso em: 10 nov. 2023.

CROMBIE, Alistair C. **Styles of Scientific Thinking in the European Tradition**. Gerald Duckworth. v.3 Londres: 1994. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/147447409700400214> Acesso em: 05 fev. 2022.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Investidores no mercado Investidores no mercado: uma análise dos critérios regulatórios para investimento em valores mobiliários - Estudo a partir da metodologia de análise de impacto regulatório**. Assessoria de Análise Econômica e Gestão de Riscos. Julho 2021. Disponível em https://www.gov.br/cvm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/air_investidores-no-mercado-de-capitais-brasileiro_2021-07-19.pdf Acesso em: 13 nov. 2023.

DAGNINO, Renato. Abordagens em ciência, tecnologia e sociedade. In: MARINHO, Maria G. S. M. C., *et al.* **Abordagens em ciência, tecnologia e sociedade**. Santo André:

Universidade Federal do ABC, 2014. p. 17-42. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262914560> **Abordagens em ciência tecnologia e sociedade**. Acesso em: 06 jan. 2020.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária**: um manual estratégico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. **Tecnologia social**, Campina Grande, 2014. 207-265. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7hbdtd/pdf/dagnino-9788578793272-10.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Tradução Patrícia de Freitas Ribeiro; revisão da tradução Aníbal Mari. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; KLAPER, Leora; SINGER, Dorothe. ANSAR, Saniya. **The Global Findex Database 2021**: Financial Inclusion, Digital Payments, and Resilience in the Age of COVID-19. International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank Washington, DC., 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/globalfindex/Report>. Acesso em: 03 ago. 2023.

DEWEY, John. **The public and its problems**. Alan Swallow, 1927.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** Imperatriz, MA: Ética, 2016. 144 p. Disponível em <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/Dowbor-Poder-Local-portal.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições SESC São Paulo; 2020.

DOWBOR, Ladislau. **O dreno financeiro que paralisa o país**: a farsa do déficit. São Paulo, 15 Abril 2023. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2023/02/23-5-Farsa-do-de%CC%81ficit.pdf>. Acesso em: 21 maio 2023.

DYMSKI, Gary; ISENBERG, Dorene. Housing finance in the age of globalization: from social housing to life-cycle risk. In: BAKER, Dean; EPSTEIN, Gerald; POLLIN, Robert **Globalization and Progressive Economic Policy**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2010. Cap. 9, p. 219-239. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/346674602_Housing_finance_in_the_age_of_globalization_from_social_housing_to_life-cycle_risk . Acesso em: 13 jan. 2022.

FATORELLI, Maria L. Explode a remuneração da sobra de caixa dos bancos com a alta da taxa Selic pelo Banco Central. **Auditoria Cidadã**, Brasília, Fevereiro 2023. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/explode-a-remuneracao-da-sobra-de-caixa-dos-bancos-com-a-alta-da-taxa-selic-pelo-banco-central/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FERNANDES, Djair R. Uma contribuição sobre a construção de indicadores e sua importância para a gestão empresarial. Revista da FAE, [S. l.], v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/430>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte**. Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade - RIMISP. 2006. Disponível em https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developolvimento.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

FORMETON, Danilo *et al.* Participação social em ciência e tecnologia: uma breve reflexão sob a perspectiva CTS. **Rev. Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, 17, abr./jun. 2021. 234-249. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/10619>. Acesso em: 11 out. 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto C. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Rev. Organizações e Sociedade**, v. 15, p. 219-232, Abril/Junho 2008. ISSN 45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/ycjPg73hsgNFQDVpZLpmfzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2021.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; SILVA JR, Jeová T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In: DAVID, Antonio *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. [S.l.]: Edições Almedina, 2009. p. 31-37.

FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. **The economics of industrial innovation**. Routledge, 1997.

FREIRE, Marusa V. **Moedas sociais**: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil, Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

FRIZON, Nayana. **Bancos comunitários de desenvolvimento**: identificação de relações estratégicas de parceria. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Tecnologia e Sociedade, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. 2015. Disponível em

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1150/6794.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 12 nov. 2020.

FRIZON, Nayana; CARVALHO, Hilano J. R. D.; ZANIN, Maria. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: tendências e lacunas nas publicações acadêmicas brasileiras. **Revista de Desenvolvimento Econômico** –, Salvador, 01 Dez 2015. 699-719. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4005>. Acesso em: 11 jan. 2022.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

GIL PÉREZ, Daniel *et. al.* Para uma imagem não deformada do trabalho científico. In: **Ciência & Educação**, v.7, n.2, p.125-153, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/DyqhTY3fY5wKhzFw6jD6HFJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2023.

GOLDSCHMIDT, Irene L. *et. al.* Promoção da equidade no SUS: o direito à diversidade. In: **Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016. p. 71-79. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39426>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GROSSMAN, Sanford J.; STIGLITZ, Joseph E. On the impossibility of informationally efficient markets. **The American economic review**, p. 393-408, 1980. Disponível em <https://www.aeaweb.org/aer/top20/70.3.393-408.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2022.

HAYASHI, Maria C. I.; SOUSA, Cidival M.; ROTHBERG, Danilo. (org.). **Apropriação social da ciência e da tecnologia: contribuições para uma agenda** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 323 p. ISBN 978-85-7879-187-2. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

HEIDRICH, Álvaro. Vínculos territoriais: discussão teórico metodológica para os estudos das territorialidades locais. **GEographia**, Niterói, Jan./Abr. 2017. 29-40.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Tradução Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto política nacional de apoio ao desenvolvimento local**. 2006. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2013/01/1509.pdf> Acesso em: 13 dez. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior**. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 13 jun. 2023.

INTERNATIONAL MONETARY FOUND. Press release; staff report; staff supplement; and statement by the executive director for Brazil. **2023 Article IV Consultation**,

Washington, D.C., 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/CR/2023/English/1BRAEA2023001.ashx>. Acesso em: 13 jun. 2023

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em https://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

KOSMINSKY, Luís; GIORDAN, Marcelo. Visões de ciências e sobre cientista entre estudantes do ensino médio. In. **Química Nova na Escola**, n. 15, p. 11-18, 2002. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001246957>. Acesso em: 28 mar. 2022.

KUMAR, Anjali. **Access to Financial Services in Brazil**. Directions in development. 2004. The World Bank. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/738461468743954483/access-to-financial-services-in-brazil> Acesso em: 13 jan. 2022.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária e desafios epistemológicos. In: SOUZA, André R.; ZANIN, Maria A **Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: UFSCar, 2017. Cap. 2, p. 24-29.

LIMENA, Maria C. Complexidade nas políticas públicas: o planejamento em questão. In: ALMEIDA, Cleide; PETAGLIA, Izabel; SPIRANDELI, Antonio. **Estudos de complexidade**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 101-111.

LINSINGEN, Irlan V.; PEREIRA, Luis T.; BAZZO, Walter A. **Introdução aos estudos CTS**. Cadernos de Ibero-América. 2003. Disponível em https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2017081016a4ce38376218dc8a5149b27/1_Introducao_ao_estudos_CTS_Bazzo_et_al.pdf Acesso em: 21 abr. 2022.

LINSINGEN, Irlan V. Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo. **Ciência & Ensino**, 1, Novembro 2007. Disponível em: <http://200.133.218.118:3536/ojs/index.php/cienciaeensino/article/viewFile/150/108> . Acesso em: 06 jan. 2020.

LIPPMAN, Walter. **Public opinion**: with a new introduction by Michael Curtis. p. em. Originally published: New York: Macmillan, 1922. Disponível em: https://monoskop.org/images/b/bf/Lippman_Walter_Public_Opinion.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

MAGALHÃES, Beatriz; PAIVA, Deslange. Bancos comunitários perdem apoio do governo federal e reduzem empréstimos: 'Estamos órfãos'. **G1**, São Paulo, 02 julho 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/02/bancos-comunitarios-perdem-apoio-do-governo-federal-e-reduzem-emprestimos-estamos-orfaos.ghtml> . Acesso em: 18 jul. 2022.

MARX, Karl. **O Capital - crítica da economia política**. Livro I. O processo de produção do Capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Editora Boitempo. 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf> Acesso em: 12 abr. 2020.

MEDEIROS, Priscila C. V. D. B.; STRIEDER, Roseline B.; MACHADO, Patrícia F. L. PLACTS como aporte teórico da Educação CTS: um levantamento a partir das Atas do ENPEC. **Educação CTS/CTSA e Alfabetização Científica e Tecnológica**, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA108_ID1321_30072021165555.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

MINAYO, Maria C. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução N° 4**: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces004_07.pdf Acesso em: 03 set. 2023.

MORÉS, Andréia. A universidade e a sua função social: os avanços da EAD e suas contribuições nos processos de ensino e aprendizagem. **Rev. Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, 25, Jan/Abr 2017. 141-159. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/8123/pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MORIN, Edgar; KERN, Anne B. **Terra pátria**. traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOURÃO, Paulo R.; RETAMIRO, Wiliam. Community development banks (CDB): a bibliometric analysis of the first 2 decades of scientific production. **Environment, Development and Sustainability**, p. 477-493, 08 Janeiro 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10668-020-00592-6>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NEDER, Ricardo T. **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. - Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010 (1. ed.) 2013 (2. ed.). Disponível em: <https://www.sfu.ca/~andrewf/coletanea.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

NEDER, Ricardo T. A prática da adequação sociotécnica entre o campesinato: educação, ciência e tecnologia. **Linhas Críticas**, Brasília, 21, n. 45, 01 Maio 2015. 357-381. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193542556007.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

NEELY, Andy. The performance measurement revolution: why now and what next? **International Journal of Operations & Production Management**, Londres, Fevereiro 1999. 205-228. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/235311021_The_performance_measurement_revolution_Why_now_and_what_next/citation/download. Acesso em: 2 ago. 2023.

NEUFELD, Paulo M. Personagem da História da Saúde III: Paracelso. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, Rio de Janeiro, 50, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.rbac.org.br/wp-content/uploads/2019/01/RBAC-vol-50-3-2018-revista-completa-corrigida.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

OGIBOSKI, Vitor. **Reflexões sobre a tecnociência**: uma análise crítica da sociedade centrada na tecnologia. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Multidisciplinar) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1093>. Acesso em: 17 dez. 2023.

OLIVEIRA, Eva A. A técnica, a techné e a tecnologia. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 4, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/rir.v2i5.510. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/20417>. Acesso em: 10 set. 2023.

OXFAM, Brasil. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

PINHO, Leonardo. Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização. **Le monde diplomatique - Brasil**, 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

POLIANYI, Karl. **The great transformation**: the political and economic origins of our time; foreword by Joseph E. Stiglitz; with a new introd. by Fred Block.—2nd Beacon Paperback, 2001. Disponível em: https://inctpped.ie.ufrj.br/spiderweb/pdf_4/Great_Transformation.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

PUPO, Carolina P. **Finanças solidárias no Brasil**: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares. 2022. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-15062022-191912. Acesso em: 10 set. 2023.

RETAMIRO, Wiliam. Matemática financeira e estatística. In: SCHERRER, Albero M. **Manual para o exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Cap. 7, p. 187-216.

RETAMIRO, Wiliam; ARAÚJO, Elvira A. S.; VIEIRA, Edson T. A educação como ferramenta para o desenvolvimento. **Revista Meridiano**, Buenos Aires, 2, 01 julho 2013. 143-157. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/n2/08/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

RETAMIRO, Wiliam; SILVA, José L.; VIEIRA, Edson T. A sustentabilidade na cadeia produtiva do algodão orgânico. **Latin American Journal of Business Management**, Taubaté, 4, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/119> . Acesso em: 13 out. 2021.

RETAMIRO, Wiliam; VIEIRA, Edson T. **Empreendimentos econômicos solidários como política de desenvolvimento**. Economia Solidária como política pública de desenvolvimento econômico local e de empoderamento social. ISBN 978-3-330-75611-3 Novas Edições Acadêmicas, 2017.

RICHARDSON, Robert J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGO, Ariadne S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. Tese de Doutorado. Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23908/1/ARI%c3%81DNE%20SCALFONI.pdf> Acesso em: 7 jul. 2022.

ROCHA, José C.; COSTA, José W. Fundo rotativo solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semiárido. **Rev. Agriculturas**, v. 2, outubro 2005. ISSN 3. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2019/11/artigo2v2n3.pdf> . Acesso em: 12 ago. 2021.

ROCKENMEYER, Adenauer C.; VIEIRA, Edson T. O método da assimetria informacional para avaliação do PRONAF no município de 2008 a 2012. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 63–81, 2018. DOI: 10.48075/igepec.v21i2.15481. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/15481>. Acesso em: 11 set. 2023.

ROSA, Suiane E.; STRIEDER, Roseline B. Educação CTS e a não neutralidade da ciência-tecnologia: um olhar para práticas educativas centradas na questão energética. **Rev. Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Curitiba, 11, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/7292> . Acesso em: 01 dez. 2022.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia e Administração**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SANTOS, Lyndon A.; BACCEGA, Marcus V. A.; MATEUS, Yuri G. **O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2021 Disponível em: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2021/04/O-Golpe-de-2016-e-o-Futuro-da-Democracia-no-Brasil.pdf . Acesso em: 21 abr. 2020.

SCHROEDER, Rolf; MIYAZAKI, Yoshhisa; FARE, Marie. Community Currency Research: an analysis of the literature. **International Journal of community Currency Research**, 15, 2011. Disponível em: <https://ijccr.files.wordpress.com/2012/04/ijccr-2011-schroeder.pdf> . Acesso em: 01 maio 2021.

SERRA, Neusa; FERNANDEZ, Rafael S. Economia criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. **INMR - Innovation & Management Review**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 355-372, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/110253>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, Sandro P. Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, Janeiro 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2270.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). In: APLICADA, Instituto D. P. E. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. p. 89-94. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3784>. Acesso em: 10 set. 2021.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. v. I, Nova Cultural, Coleção "Os Economistas", 1996, p. 17-54.

SOUZA, Erika M. D. R.; FARIAS, Sidilene A. D.; ANTUNES, Ettore P. Visões inadequadas sobre a ciência e o enfoque CTS: uma discussão sobre as concepções de pós-graduandos de uma IFES da região norte. **SCIENTIA NATURALIS**, 3, 2021. 499-510. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SciNat/article/view/5659/3188>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SOUZA, Kleber H. **Análise de viabilidade dos resultados**. WhatsApp. 11 ago 2023. 14h18min. 1 mensagem WhatsApp.

SOUZA, Maria C.; PAGNANI, Éolo M.; MAZZALLI, Leonel. Introdução à pesquisa mercadológica - tipos e conceitos. In: **Princípios da administração mercadológica**. Campinas: UNICAMP, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VESSURI, Hebe. De la transferencia a la creatividad: Los papeles culturales de la ciencia en los países subdesarrollados. **Polis Revista Latinoamericana**, 21 Janeiro 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/7672> . Acesso em: 06 jan. 2020.

VIEIRA, Edson T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. [doi:10.11606/T.8.2009.tde-03022010-143611](https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-03022010-143611). Acesso em: 10 set. 2023.

WEINBERG, Alvin. **Science and Trans-Science**, Abril 1972. 209-222. Disponível em: http://www.andreasaltelli.eu/file/repository/07_Weinberg1972.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

WERNKE, Rodney. **Gestão financeira: ênfase em aplicações financeiras e casos nacionais**. São Paulo: Saraiva Educação. 2017.

WORD BANK. The global findex database 2017. Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution. **The Global**, Washington, DC, 2018. 151. Disponível em: <https://globalfindex.worldbank.org/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

APÊNDICE

Respostas dos participantes da pesquisa. *Link:*

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1KfHQ7XI-6M9MJEO-mp0yXCZIR3TgfXt/edit?usp=drive_link&oid=108596246686021060205&rtpof=true&sd=true

ANEXO

Parecer Consubstanciado do CEP. *Link:*

<https://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisaAgripador.jsf>